

MENSAGEM

APRESENTADA À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1948
PELO
SENHOR MOYSES LUPION
GOVERNADOR DO PARANÁ



CURITIBA — PARANÁ
1948

353.0313
P223
1948

SENHORES DEPUTADOS:

Cumprindo o que determina o artigo 48, VII, da Constituição Estadual, tenho a honra de apresentar a essa Assembléia Legislativa a presente mensagem, dando contas da situação do Estado e sugerindo as medidas que os fatos indicam como necessárias.

Devo aproveitar esta oportunidade para manifestar, mais uma vez, a emoção que sinto ao saudar os ilustres representantes do povo nesta Câmara Legislativa, — homens de todos os Partidos políticos que aqui estão reunindo as suas contribuições de inteligência, de tenacidade, de caráter e de patriotismo, com o propósito comum do engrandecimento da nossa Terra.

Quando assumi a direção do executivo estadual, — tenho-o ainda bem presente, — estava o Estado apertado pelas penosas consequências imediatas da guerra. Não irei recapitular o quadro das imensas dificuldades econômicas do povo.

E por tal forma o quadro se apresentava que era de se ter a sensação de que aquêlê estado de cousas não iria mais terminar. E o próprio poder organizado do Estado parecia impotente para conter aquêlê desesperada avalanche.

De outra parte, os olhos do Paraná todo se voltavam para o norte do Estado, que nos apresentava o quadro de uma produção de prodigiosa abundância, como uma extraordinária realidade e a mais promissora anunciação para o futuro; mas, ao mesmo tempo que isso, o víamos todos, lutando contra a mais acabrunhante falta de transportes, apesar de termos mercados não apenas certos, mas sequiosos. Poucos quadros, neste domínio, poderiam ser mais inquietantes. Na véspera de atingirmos uma excepcional posição no plano econômico nacional, era como si disséssemos ao homem criador da riqueza e da abundância que parasse em seu esforço.

No plano da administração dos negócios públicos, encontramos um orçamento, — e um orçamento é, em grande parte, um plano de trabalho, — no qual oitenta por cento das verbas estavam destinadas ao pagamento do Pessoal, ficando assim apenas uma parte insignificante para a realização das tão numerosas medidas que se tornava necessário

enfrentar. Não desejamos, de nenhuma forma, criticar os elaboradores desse plano, pois que, com toda justiça, havia sido necessário promover o aumento dos vencimentos do funcionalismo público, pondo-os à altura do novo nível de vida, extraordinariamente mais alto agora pelas circunstâncias sabidas da guerra.

É bem verdade que, deixando-se de parte esse lado mais escuro das cousas, que tinha, — observando-se bem, — um caráter puramente acidental, poderíamos vêr bem claro, como fundo mais definidor de nossa realidade, um panorama altamente promissor de desenvolvimento, índices inquestionáveis de rapidíssimo progresso, e uma vontade e poderosa ambição de grandeza no ânimo do homem da nossa terra. Essa prosperidade manifesta estava, porém, a exigir do Estado que o aparelhamento dos serviços públicos tivesse um desenvolvimento no mesmo ritmo.

E, não obstante essa exigência tão ineludível, — procurando dar da realidade um retrato bem fiel em um simples exemplo, — encontrávamos, — indicando um caso apenas, — os serviços estaduais de construção e conservação de nossas estradas com menos de vinte caminhões para três mil quilômetros de rodovias!

E já vimos que os planos de trabalho que recebêramos deixavam-nos apenas vinte por cento das verbas livres, feito o pagamento do Pessoal. Agravando as circunstâncias, fomos encontrar, na Secretaria de Viação e Obras Públicas, compromissos assumidos e compromissos vencidos que ascendiam a perto de trinta e seis milhões de cruzeiros, sem que houvesse previsão orçamentária ou outros créditos para o seu pagamento. Novamente aqui reafirmamos que não é nosso propósito criticar ninguém. Estamos mesmo a crêr que agiram com acêrto os que assumiram a perigosa responsabilidade de autorizar, ainda que irregularmente, as obras que determinaram aquêles compromissos, ainda que isso fôsse uma imprudência grave. Tal autorização estaria inspirada naquele fato de que se tornava imperativo promover os meios para que o nosso desenvolvimento presente não sofresse restrições fundamentais e ter-se-ia, ainda, fundado no natural otimismo que êsse progresso justificava, fazendo prever sensíveis melhoras na arrecadação dos dinheiros públicos.

Considerando todos êsses fatos, é com a mais viva satisfação que, hoje, fazemos um confronto da situação atual com a daquele primeiro período de nosso govêrno. Tendo obtido uma arrecadação de perto de cem milhões de cruzeiros mais do que fôra orçado, pudemos, não só cobrir aqueles trinta e seis milhões de despesas irregulares, como ainda pudemos adquirir uma relativa, apesar de insuficiente, liberdade de movimentos.

E já para o corrente ano podemos contar com uma previsão orçamentária, que muitos supuzeram exageradamente otimista no primeiro momento, mas que se vai cumprindo auspiciosamente, apesar de quási dobrar a previsão feita para o ano passado. E, neste novo orçamento, bem compreendendo o sentido dos nossos problemas e a importância que cada um assume na circunstância presente, destinamos as verbas mais vultuosas à Secretaria de Viação e Obras Públicas, que é a Secretaria

dos caminhos e das estradas. Simultaneamente com isso, obtivemos do Governo Federal as maiores verbas que ao nosso Estado já foram destinadas, atingindo as de viação números neste setor inéditos em nossa história.

Entra a compôr o quadro do momento atual, para o paralelo que estamos estabelecendo com os dias em que iniciamos o nosso governo, a muito sensível melhoria das condições da vida, — da vida do homem do povo sobretudo, — tendo-se conseguido deter aquela perigosa avalanche que ia dia a dia tornando a vida mais impossível para as camadas mais pobres da população. Poucos meses depois de assumirmos o governo, felizmente, em uma das nossas palestras públicas, tivemos oportunidade de dizer que os preços dos gêneros de alimentação do homem do povo haviam sido detidos em sua alta e eram, então, mais ou menos, os mesmos que encontráramos vigentes. De certo, não temos conseguido melhorias substanciais na situação dos preços, do ponto de vista do povo, mas atingimos, fora de toda a dúvida, a uma situação de normalidade e, digamos, de moralidade, que representa, por certo, algo que parecia a alguns já impossível de reconquistar.

De outra parte, aquêle movimento geral de progresso do Estado não sofreu declínio algum e o Paraná se pode contar hoje entre as primeiras unidades da Federação, pela sua situação econômica e financeira absolutamente privilegiada. Nem mesmo alguns acidentes sumamente graves em nossa vida econômica, como a peste suína, a invasão dos gafanhotos e a broca do café, conseguiram exercer uma ponderável influência negativa naquele movimento ascendente. Neste setor dos agentes negativos, temos a satisfação de termos podido chegar a dizer que, à custa de grandes esforços, embora depois de uma batalha sem interrupção e cheia das mais ásperas dificuldades, não perdemos, hoje, mais nenhuma unidade do nosso rebanho suíno, vitimada pela peste, a não ser em raros casos de imprudência de um ou outro criador.

Não desejamos afirmar que tenhamos sido nós os artifices exclusivos ou principais do novo quadro, — eis que o presente documento não está feito como um testemunho de vaidade, mas como uma verificação dos fatos e das realidades, e como um testemunho, sim, da nossa satisfação e do nosso contentamento.

Nesse mesmo período de tempo, completou-se o processo de reintegração do Estado na ordem democrática, primeiro com o fato altamente expressivo da promulgação da Constituição Estadual, que a vossa competência e o vosso patriotismo deram ao Paraná; depois com o funcionamento dessa respeitável Assembléa Legislativa, e, por fim, com as eleições municipais últimas e a consequente reintegração dos Municípios em seu regime de governo próprio. Orgulhamo-nos de que as eleições municipais, que se realizaram dentro de nossa gestão, se tenham processado no ambiente do maior respeito e da maior ordem, tendo o nosso governo, na esfera que era da sua competência, realizado, felizmente com bom êxito pleno, tudo que pareceu necessário para a livre manifestação nas urnas da vontade popular.

Fato ainda marcante, porque representa um sinal do desenvolvimento tão considerável de nosso Estado, foi o da criação dos vinte e

três novos Municípios. A circunstância de que tais Municípios novos sejam criados ao norte, ao sul, a leste e a oeste, torna o acontecimento ainda mais auspicioso, por dar uma prova de que a prosperidade do Paraná é um movimento sincrónico em tôdas as direções.

Mais um motivo de satisfação para os paranaenses que amem a sua terra é o evidente prestígio conquistado pelo nosso Estado no cenário nacional, e as sólidas relações de amizade que travamos com os nossos vizinhos. Em especial queremos referir a muito honrosa visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da Republica, General Eurico Gaspar Dutra, que não só acedeu em vir ao Paraná para vêr o milagre da nossa prosperidade, como veio, dando nisso uma prova do mais alto aprêço, fazendo-se acompanhar das figuras das mais destacadas de seu governo. Acrescentem-se a isso as demonstrações diárias de consideração do governo federal para com o Paraná, evidentes nas multiplicadas atenções às nossas solicitações e no muito e até excepcional que nos tem sido concedido pelo governo da União.

No plano puramente administrativo, a nossa preocupação fundamental foi fugir das medidas tomadas isoladamente, sem sentido orgânico, foi planificar para agir, e, neste sentido, para apanhar os dados e bem conhecer os problemas, nós mesmos percorremos o Estado em tôdas as suas direções, levamos conosco os técnicos da administração pública, voltamos ricos de dados e de apontamentos; convocamos, nas Conferências Econômicas regionais, e na mais recente Conferência dos Prefeitos em Curitiba, — os interessados de cada Município, e as entidades ligadas à produção e ao comércio do Estado, para um debate democrático dos problemas, e a essas Conferências fizemos empenho em que estivessem presentes os nossos auxiliares mais diretos de governo e os especialistas de maior responsabilidade dos Departamentos do Estado. E, dêsse modo, com as idéias gerais em mente, que trazíamos já da fase da propaganda de nossa candidatura a governador do Estado, manifestadas em nossa Plataforma política, entregamos aquêle tão abundante material colhido aos técnicos da administração pública ou a especialistas que fomos procurar fora dos quadros do Estado quando foi de mistér — logrando assim atingir a uma planificação inteligente, que começa por situar excelentemente os nossos problemas, por apanhá-los em visão de conjunto e com sentido técnico, para depois formular soluções, primeiro perspectivas, isto é, que marcam o rumo geral a seguir, e depois relativas ao período preciso do nosso governo.

Considerando, mesmo de um modo geral, os diversos aspectos da situação do Estado, em cada um dos seus sectores, e referindo-nos primeiramente à produção, teríamos de repetir que nem mesmo as ásperas calamidades que nos assolaram conseguiram diminuir o ritmo de nosso desenvolvimento econômico, ou amortecer as vontades de nossos homens, empenhados na criação dessa prosperidade. De certo, temos pesadíssimos problemas a resolver neste domínio, para alguns dos quais as soluções são tão complexas quanto é possível, como no caso, por exemplo, das culturas agrícolas mais ricas do Estado, feitas, porém, em moldes tais que as convertem em destruidoras da riqueza e da feracidade de nosso solo, preparando a formação de áreas praticamente estéreis e pau-

pérrimas. Aí está o problema tão sério da diminuição do rendimento da nossa produção por unidade de cultura, verificada tal diminuição em vários sectores, em vários dos títulos das nossas estatísticas. Temos necessidade de elaborar um plano, e adotar medidas capazes de deter essa marcha para traz, e de obter ao menos a justa recuperação do que foi perdido. Aí está a insignificância da assistência veterinária que damos aos nossos rebanhos, provocando a afirmação de que chegam ao mercado apenas as unidades que a natureza cria, tendo-se estimado, em alguns casos, em mais de trinta por cento as perdas já regulares do nosso gado bovino e equino. Aí está ainda a conclusão da Conferência de Jacarézinho, em que se sugeria a inclusão do Paraná no plano de fomento do amendoim, para atender às nossas necessidades em óleos comestíveis, — e citamos essa conclusão apenas para relacioná-la com a necessidade de se considerar o muito grave problema da produção para a alimentação interna do Estado, para alimentação das populações mais pobres do Estado.

E, neste sector da produção, ao mesmo tempo que os nossos problemas são graves, a nossa Secretaria de Agricultura, nós a encontramos absolutamente desaparelhada para ser o órgão capaz de cuidar a fundo dos problemas relacionados com a criação da abundância, que é a sua tarefa fundamental.

No domínio da viação e dos transportes, creio poder dizer, com todo o rigor, que aqui reside o ponto fundamental e nevralgico da vida administrativa do Estado, sabendo-se que, mesmo apesar de todos os problemas graves que se possam apontar no plano da produção, o mais importante de tudo, o essencial dos nossos problemas, está muito mais na circulação e movimentação do que pudermos produzir, para os centros de consumo, ao tempo adequado, do que propriamente na produção. Nasceu daí, em nosso governo, o que convençionamos chamar a batalha dos transportes, batalha árdua, sem duvida, em que tínhamos que entrentar dificuldades situadas fora do que pode a simples ação de um Estado, pertencendo mesmo algumas à própria esfera da vida econômica internacional. Grandes foram os esforços e nem sempre os resultados foram proporcionais aos trabalhos empenhados. Devo dizer que, por vezes, senti como algo dramático o problema que estávamos entrentando. Tinha visto de perto, com meus olhos, a realidade, por exemplo, da vultuosíssima safra do norte e os seus heroicos produtores ameaçados de perdê-la por falta de transportes. Tenho consciência de que riz o que estava no limite das minhas possibilidades para obter o seu escoamento para os seus mercados naturais. O que obtive está muito aquém dos meus desejos, apesar de tudo. Haveria outras medidas possíveis de tomar, mas estas dependiam de que nossos recursos orçamentários nos deixassem as mãos mais livres. Com recursos limitados tínhamos de fazer o limitado. Temos a convicção, porém, de que o que era possível fazer foi feito.

Demos aos três mil quilômetros de estradas de rodagem, cuja conservação tem o Estado a seu cargo, o limite dos cuidados que os nossos

recursos nos permitiam. Os observadores honestos terão de reconhecer que muito foi feito nesse sentido. Avançou-se bastante na mecanização desses serviços, e, graças a essa medida, pensamos que, para breve, terão diminuído muito as nossas preocupações com os problemas de conservação de nossas estradas.

O Estado lutava com falta de pneumáticos e caminhões e foram muitas as providências realizadas nos sectores indicados, para que a situação desse problema pudesse melhorar. Não é, de certo, o caso de historiar as portas a que batemos com essa preocupação.

O outro aspecto do problema dos transportes é o caso dos transportes ferroviários, — aspecto árduo, porque as nossas ferrovias, vitais para o Estado, estão fora do alcance da nossa ação. Cremos, porém, que o que era fundamental obter, nós obtivemos.

Mas, no centro dessa política dos transportes, domina a poderosa idéia-fôrça da ligação ferroviária do norte, a partir de Apucarana, no sentido de trazer o norte ao coração do nosso Estado e ao nosso Porto. Em complemento dessa idéia, está a ampliação urgente do nosso sistema portuário, pondo-o no mesmo nível a que atingiu e deve ainda atingir a nossa abundante produção e as nossas acrescidas necessidades. Felizmente, podemos dizer que tôdas as medidas estão tomadas para que esse desideratum chegue tão rapidamente quanto possível ao seu termo de realização. Esperamos que, ao terminar o nosso governo, se tenha, neste sentido, chegado tão próximo da conclusão dos trabalhos que o seu fim esteja por assim dizer à vista. Seguramente não é necessário encarar a significação e a importância desta obra para o Paraná.

No que à energia elétrica se refere, não são menos clamantes as nossas necessidades. Como tôdas as soluções anteriores se fizeram sem obedecer a nenhum esquema de conjunto, a nenhum encaminhamento de sentido orgânico, e foram antes iniciativas dispersas dos municípios que, sem maiores recursos, foram aceitando soluções quasi sempre precaríssimas de emergência, com o aproveitamento de elementos insuficientes e as mais das vezes inadequados, de ordinário mal satisfazendo, no próprio momento em que eram adotadas, às exigências mínimas que deveriam cobrir, — ocorreu que, ao termo desse processo, se chegou à situação atual, em que os mais sérios descontentamentos e os mais urgentes problemas estão semeados praticamente por toda a parte. É evidente que a marcha normal das cousas, neste domínio, dificilmente poderia ter sido outra, mas não é menos certo que chegamos a um momento em que nos é forçoso mudar de direção. E não é mais o caso de nos contentarmos com pequenos remendos à situação atual, com novas pequenas soluções provisórias, que não seria isso mais do que adiar de mais um dia a solução efetiva do problema. Compreendendo isso, foi que fizemos elaborar um plano geral, relativamente ao problema da energia elétrica em nosso Estado, baseado no estudo dos numerosos casos isolados que passam a ser, desse modo, apreciados de uma só vez, e com soluções adequadas não só às necessidades presentes, mas ao nosso desenvolvimento futuro. Foi assim que se teve oportunidade de vêr, já num primeiro levantamento, que, sendo a potência instalada no Estado, consideradas as empresas para serviços públicos e as instalações para fins particulares, de 34.896

Kw., o consumo por habitante no Paraná deveria ser calculado como sendo de 77 Kw. por ano, ao passo que o consumo médio por habitante em São Paulo, Distrito Federal e sul do Estado do Rio orçava por 130 Kw. por ano. Dada a circunstância de que tal número, quasi o dobro do nosso, é aproximadamente a décima parte do consumo por habitante dos países mais densamente eletrificados, — bem podemos avaliar a penúria de nossa situação atual. Desejando-se elevar o Paraná, pelo menos ao nível da zona central do Brasil, teremos, porém, de duplicar de imediato a potência disponível, para triplicá-la dentro do período próximo de dez anos. Precisamos elevar os nossos 35.000 Kw. à altura dos 130.000 Kw., nos próximos dez anos.

Para bem compreendermos a nossa situação, paralelamente a esses fatos, ponhamos o outro de que o Paraná é o primeiro Estado do Brasil em fôrça hidráulica, podendo contar com 350 quedas de água de uma certa importância.

Considerando isso tudo é que fizemos estudar os planos de uma política de soluções por estruturas, com a tendência de uma centralização reguladora e de inter-ligação e coordenação das operações de geração e transmissão de energia elétrica para o suprimento em grosso às mesmas empresas que as redistribuiriam diretamente aos consumidores.

E foi já em consideração a esse esquema, e em consideração aos estudos a que êle deu lugar, que encaminhamos as primeiras soluções já ordenadas e em execução para o problema dos suprimentos de energia elétrica no Estado.

Outro sério problema ligado ao problema da produção, é o do homem para o trabalho. A questão se torna particularmente grave nas zonas rurais do Estado, de grande produção. É bem verdade que a prosperidade prometida aos que trabalham, pelo Paraná, teve a virtude de atrair para nós, de todos os Estados que nos cercam, uma corrente imigratória de nacionais espontânea e muito abundante, que está longe ainda de ter cessado. Cremos que a decisiva importância dessa contribuição obscurece quaisquer números que se possam citar relativos mesmo ainda a simples possibilidades de imigração estrangeira. Aquêl movimento, porém, da população, traz consigo uma série de graves problemas, que é preciso enfrentar com segurança, precisão e acentuada objetividade. De outra parte, outros movimentos internos da população, as migrações internas, e o fato tão caracteristicamente presente entre nós da falta de rápida e perfeita assimilação dos elementos estrangeiros, está a exigir a inauguração de uma nova política de população, pensada dentro de um sentido de organicidade, — preocupação essa, de resto, hoje aguda por tôda a parte. Não foi outro o objetivo da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Estamos demasiado conscientes de que a população é um dos elementos fundamentais da riqueza e da prosperidade para que possamos deixar que problema de tal monta fique sujeito à improvisação das soluções grosseiramente imediatistas.

Dentro da órbita, ainda, dos problemas da nossa vida econômica, é preciso considerar-se, em particular, o problema do crédito, sendo certo que os atuais sistemas de financiamento do nosso regime bancário não

logram servir ao pequeno produtor que, pelas próprias proporções mesmo de sua atividade, não oferece, não pode ter possibilidades de oferecer as garantias normais exigidas no caso. Por esta razão, em nossas Conferências Econômicas, o que vimos levantar-se, fundamentalmente, foi o problema do financiamento ao pequeno produtor. Foi com esse objetivo, para atender a esse objetivo, que promovemos a criação da carteira de crédito agrícola do Banco do Estado, e a fórmula que pensamos adotar para resolver aquela dificuldade apontada, é a de promover o financiamento ao pequeno produtor através das organizações cooperativas, ao mesmo tempo assim estimulando o cooperativismo, tão pouco difundido entre nós, apesar das imensas possibilidades que êle pode encerrar.

No campo da saúde pública, ainda que os problemas que tenhamos de enfrentar sejam, por vezes, de uma extensão que lhes dificulta sobremaneira a solução e a sua solução dependa da outra muito mais complexa da própria elevação do padrão de conforto material de nossa gente, sem o que toda a organização e boa vontade de órgãos oficiais especializados ficam com a sua eficiência muito circunscrita, — podemos considerar satisfatórios os resultados dos nossos esforços. Cremos que cabe bem dizer-se que o ano de 1947 foi profícuo à saúde pública. No correr do ano, foi executado o serviço de rotina criado para o nosso aparelhamento de saúde pública, e vamos conseguindo realizá-lo cada vez melhor. De há muitos anos o Estado foi dividido em Distritos sanitários, com unidades sanitárias em quâsi todos os municípios. As nossas necessidades neste sector são de duas ordens: primeiro, dotar tais unidades de instalações próprias e adequadas; e, segundo, obter delas um rendimento progressivamente melhor. Si algumas dessas unidades distritais estão dando já um rendimento satisfatório e algumas vezes até excelentes, infelizmente não podemos ainda nos contentar com os resultados na maioria dos casos. Entendemos que o ponto relevante dos problemas relativos ao nosso Departamento de Saúde Pública é a organização dos serviços distritais, fazendo-se de mistér organizar talvez um regime mais eficiente de fiscalização, ao mesmo tempo que apurar a formação de pessoal especializado.

Para atender às nossas necessidades de dotar as unidades sanitárias de instalações próprias e tecnicamente projetadas para tal fim, fizemos elaborar, neste sentido, um plano geral de obras de saúde pública, obedecendo aos princípios modernos de classificação das unidades sanitárias e levando em conta as necessidades regionais, subordinadas a fatores como densidade de população, importância econômica, questões sociais, etc., mantendo em todas elas, sempre, porém, a característica da possibilidade de ampliação, conforme a técnica sanitária prescreva ou os problemas locais exijam.

Dentro do mesmo propósito de disciplinar as soluções, e encarando agora o problema, ainda de saúde pública, do estabelecimento das redes de água e esgoto no Estado, obtivemos do extinto Conselho Administrativo autorização para baixar o decreto-lei que tomou o número 669, determinando à Secretaria de Viação e Obras Públicas elaborar um programa de serviços de água e esgotos visando beneficiar os municípios de Palmeira, União da Vitória, Rio Negro, Lapa, Sertãoópolis, Apucarana, Arapongas, Rolândia, Antonina, Pirai do Sul, São Mateus do Sul, Guarapuava,

Palmas, Antônio Rebouças, Cambé, Marechal Malet, Tomazina, Andirá, Tibagi, Ribeirão Claro, Joaquim Távora, Campo-Largo, — fazendo proceder em tal sentido aos necessários estudos e à organização dos projetos e orçamentos para a execução das respectivas obras. O referido decreto-lei abria ainda, para esse fim, um crédito de Cr\$ 800.000,00 e determinava que a Secretaria referida apresentasse ainda um plano de financiamento das obras cujos estudos houvessem sido aprovados, prevendo-se, porém, a transferência para as administrações municipais, sem onus algum para os cofres públicos, dos serviços já organizados e inicialmente explorados pelo Estado.

Paralelamente aos problemas de saúde pública devemos colocar os de educação. Ainda que o Estado do Paraná tenha gasto, no ano de 1947, com educação, as cifras mais altas de suas verbas, atingindo à casa dos cem milhões de cruzeiros se incluirmos as despesas com edificações escolares, material e pessoal, — apesar disso, são muito grandes ainda as nossas necessidades neste domínio. Começam elas com as clamantes exigências por um substancial aumento do número de salas de aulas, não por mais que tenhamos feito, as nossas escolas estão muito longe ainda de comportar os alunos que solicitam insistentemente matrícula em nossos cursos primários. Mas essa deficiência em quantidade não nos atinge apenas no que se refere aos cursos primários. Praticamente, não temos cursos pré-primários, tão reduzida é a capacidade dos que possuímos, tão pequeno o seu número e tão insuficiente o seu rendimento. Neste capítulo do rendimento, os resultados não são mais animadores. Como estamos ainda forçados a contar com um magistério composto em parte de demasiado considerável de professores extranumerários, sem nenhuma preparação pedagógica e frequentemente sem mesmo preparação geral bastante, muitas vezes até com uma preparação geral quase ridícula, em consequência disso, são ainda demasiado altos os números para exprimir as reprovacões e para indicar os nossos alunos repetentes, encarecendo sobremaneira o preço do ensino primário, por aluno, em nosso Estado. Isso, para tocar apenas no lado mais material do problema, sem ir discutir o aspecto mais subjetivo do rendimento escolar em quanto ao problema da formação da personalidade, da formação moral, da formação da sociabilidade, da formação cívica, de tudo isso, enfim que, na educação, transcende à simples aquisição de um mínimo exigível de conhecimentos.

No plano da educação secundária, porque êle se rege por um regime federal, nada se podendo dizer enquanto à organização, deve-se considerar sumamente auspicioso o fato da afluência cada dia maior, nas cidades, de alunos para os cursos secundários, bem como as insistentes solicitações dos Municípios requerendo a criação de Ginásios locais. — dando tudo uma demonstração de que, nos centros de maior desenvolvimento, já atingimos a uma mentalidade nova, que inclui entre as suas existências, como mínimo de educação, um quanto bem mais alto do que a formação primária. Devemos lamentar que defeitos de organização não permitam que, em alguns casos, infelizmente bastante frequentes, o ensino secundário dê o rendimento que seria de desejar.

Na ordem da formação profissional, pelo que toca às organizações do Estado, é muito pouco o que temos, e isso mesmo estruturado fora de

tôda a idéia de conjunto e, de certo, apartado do que recomendam a pedagogia do ensino profissional e as exigências da psicotécnica.

No que se refere à ordem social e política, basta que se diga que nenhum fato social e político se desenrolou no Paraná, neste período do nosso governo, que viesse impedir o pacífico ritmo de trabalho de nossas populações.

Tal é, numa síntese, a situação do Estado, nos seus aspectos fundamentais, tais são os seus problemas mais relevantes, tais são as suas necessidades maiores. Deixamos para os anexos que acompanham o presente documento, a análise mais pormenorizada dos fatos, bem como a exposição de nossa atividade administrativa.

Tudo deixa bem evidente que, apesar das grandes dificuldades que ainda temos que vencer, apesar da persistência de alguns problemas que há muito já deveriam ter sido enfrentados, apesar do muito que está por fazer, a situação geral do Estado é excelente. A sua marcha de progresso o colocou entre os primeiros da Federação. Os seus orçamentos, não só não apresentam os alarmantes deficits frequentes na maioria dos grandes Estados do Brasil, como podem servir de índices da sua prosperidade.

O que é de mistér é que realizemos todo o esforço para que a administração pública se mantenha sempre ao serviço dêsse grande ímpeto de progresso, e à altura dele, e não só servindo-o, mas estimulando-o e promovendo-o. Para isso, havemos de concentrar o máximo das nossas energias, nesse extraordinário propósito de construir, de colaborar para a construção de um **PARANÁ MAIOR**.

Curitiba, 1 de maio de 1948.

MOYSES LUPION
Governador do Estado

POLÍTICA ECONOMICA

PRODUÇÃO

I

Si se quizesse resumir em uma impressão única a situação do Estado, no que à vida econômica se refere, caberia dizer-se que devemos considerá-lo em um excelente movimento de progresso. Todos os paranaenses tem sobrada razão para otimismo, para entusiasmo e para orgulho. E, si se quizesse resumir em uma só indicação os problemas que devemos enfrentar e as soluções, dever-se-ia dizer que, no fundamental, devemos apenas realizar um esforço, mas êsse imenso, para que êsse movimento de progresso não esbarre com entraves de certos dos nossos aparelhamentos, que ficaram rapidamente antiquados e deficientes, diante da celeridade da marcha do Estado. O trabalho a realizar é abrir vias para a livre expansão daquele grande impulso. Si desejarmos encontrar de nossa afirmação uma prova objetiva, podemos escolher êsse fato sumamente demonstrativo da elevada imigração de filhos de outros Estados para o nosso. Ao sul, são catarinenses e riograndenses vindos, diariamente e em massa, enquanto ao norte são mineiros e paulistas, chegando, todos, numa proporção da qual não temos números certos, mas que, cremos, se poderia calcular em próximamente duas centenas de milhares neste últimos anos. Veem êles atraídos para a região ocidental do Estado, e veem atraídos pela excepcional criação de riqueza que a nossa prosperidade lhes promete.

Seria quási um crime que aquêle impulso de progresso encontrasse obstáculos porque o Estado não houvesse conseguido removê-los. E não é possível aceitar, igualmente, que o Estado se conforme com ir removendo as dificuldades num ritmo comum, desde que o surto de desenvolvimento de nossa terra impõe-nos um ritmo até agora incomum.

Devemos ter, porém, bem presente que, mesmo anesar de devermos considerar como absolutamente satisfatória a situação da nossa produção, — quási que em cada caso há problemas a resolver e alguns até mesmo sumamente graves. Êles porém não são de ordem a diminuir o nosso otimismo.

Êsse otimismo, porém, não nos podê fazer cruzar os braços. Os pro-

blemas com que nos defrontamos, por vezes, não são, de nenhum modo, simples.

Procurando descer a fatos particulares, e apenas a modo de exemplo, mostrariamos o caso da pecuária, considerado já não em face de uma situação da crise como a criada pela peste suína, mas na normalidade de sua situação atual. A representação do Centro de Comércio e Indústria de Guarapuava à Conferência de Ponta Grossa teve oportunidade de frisar:

“A pecuária foi a atividade fundamental dos nossos ancestrais, na sua faina de povoar os campos nativos de Guarapuava, — e de tal forma se arraigou nos costumes dos guarapuavanos, que, de um modo geral, vem passando de geração a geração, sem solução de continuidade: filho de fazendeiro é, quasi sempre, fazendeiro.

Assim é, no município, a atividade mais difundida e constitue os fundamentos e o alicerce de nossa economia interna.

Os métodos de criação, mau grado a sub-divisão progressiva das propriedades, são ainda, com ligeiras modificações, os que adotaram os nossos avoengos.

Criação extensiva, rebanhos à solta nos campos nativos, — pouca preocupação com a seleção. — do que resulta a deficiência da nossa produção pecuária em função da vasta área a ela destinada.

Além disso, — informam os marchantes, — o nosso boi de corte vêm reduzindo, ano a ano, seu rendimento em pêso, o que significa que os rebanhos, ao envez de melhorarem as suas qualidades específicas, vêm piorando sensivelmente”.

E continuando:

“O mercado principal para o nosso boi de corte é o de Curitiba, de difícil acesso para o gado preparado em Guarapuava.

Noutros tempos existiam os invernistas dos campos gerais que adquiriam em Guarapuava os bois magros e ali os preparavam para o corte.

Hoje quasi desapareceram êsses intermediários úteis e necessários, porque as vistas dos marchantes se voltaram para São Paulo, onde encontram múltiplas facilidades para adquirir e transportar. Dessa anomalia resulta que se desfalcam os rebanhos paulistas essenciais aos suprimentos da sua população.

A carne ali é racionada e ficam retidas as tropas de Guarapuava, com sérios embaraços aos criadores.

Urge, pois, a organização de estabelecimentos frigoríficos ou xarqueadas que deem escoamento à nossa produção.

Já com a produção suína tal não acontece, pois, além de possuirmos uma organização modelar para o beneficiamento do porco gordo e dos seus sub-produtos, a facilidade de transporte em caminhões faculta a saída de centenas de milhares de suínos gordos que, assim, são trans-

portados para Ponta Grossa e até para São Paulo. Essa facilidade tem permitido que o mercado de suínos se mantenha sempre, em ótimas condições, tanto de procura como de preço compensadores.”

Outro problema de importância, relacionado com a pecuária de nosso Estado, é o da organização da defesa sanitária animal.

Os rebanhos do Paraná praticamente, não tem assistência veterinária. Necessitam de uma vigilância sanitária permanente, constante, e sobretudo de natureza profilática.

Na Conferência de Ponta Grossa, o problema foi focalizado nestes termos: “É de todos os criadores a queixa de que só chega ao mercado consumidor aquilo que a própria natureza cria, — eis que os nossos criadores não dispõem de assistência técnica para debelar as mais variadas doenças que destroem mais de 30 % da produção anual. Ponta Grossa, porque representa no Estado ponto de convergência dos maiores municípios criadores do Paraná-Sul, seria o ponto naturalmente indicado para servir de sede a uma inspetoria de defesa sanitária animal, repartição necessária, indispensável mesmo para que o Paraná possa desenvolver a sua pecuária”.

Creemos que se deve referir aqui o dramático apêlo da Comissão representativa de Palmas, na mesma Conferência:

“A Comissão representativa do Município de Palmas solicita encarecidamente a criação de uma Inspeção de Defesa Sanitária Animal visto os rebanhos bovinos, equinos e ovinos terem, nestes últimos três anos, sofrido grandes ataques de epizootias e enzootias que veem causando enormes prejuizos aos criadores daquele e dos municípios vizinhos.

Os equinos tem sido as maiores vítimas de males, para os criadores desconhecidos, pois dizem tanto animais adultos e novos, como ocasionam o aborto das éguas em adiantado estado de gestação.”

Devemos, de passagem, assinalar a, por assim dizer, absoluta falta de técnicos veterinários entre nós, pois o número dos que possuímos é de todo insuficiente para as nossas necessidades. E, para agravar o mal, a nossa Escola Superior de Veterinária vem tendo uma frequência insignificante.

Evidentemente não desejamos fazer aqui uma análise da produção em nosso Estado. Salientávamos que a situação geral se deve considerar boa, que as perspectivas são as mais animadoras, mas que isso não nos pode fazer cruzar os braços, visto como temos inúmeros problemas que enfrentar, alguns dos quais de solução complexa ou que exige planificação, continuidade de ação e sentido técnico na sua solução. O caso da pecuária é apenas um exemplo.

Si quizermos citar outros, e agora considerando o caso sobretudo da lavoura, e considerando-o em primeiro lugar de um ponto de vista geral, poderíamos repetir que: “Outro sintoma típico de nossa situação desvantajosa tem sido muito bem identificado no nomadismo de nossa gente. Já Saint Hilaire denunciara, em princípio do século passado, a extrema mobilidade das populações brasileiras, que decorre, seja da

procura de novas perspectivas econômicas, condicionadas a mudanças das atividades exploradas, seja do estabelecimento em meio mais favorável para o estabelecimento das mesmas. Este é o caso da lavoura, por exemplo. Não se pode falar, propriamente, entre nós, em cultura do solo. Mais próprio será referir-se à exploração dele. E certamente esta indústria extrativa *sui-generis* e bárbara percorrerá todos os roteiros das bandeiras, no cumprimento da sentença à qual parecemos condenados, por atavismo, criando novos focos de povoamento fadados à decadência, depois de um surto de progresso assombroso em seu elan, e pondo em equação constante a iniciativa privada e governamental na realização de cometimentos ferroviários e rodoviários, que a tarefa de transportar a produção para os centros de escoamento impõe”.

Descendo ao particular, e considerando, por exemplo, a tão fundamental produção do café, com um futuro que fará de nosso Estado, obrigatoriamente, o seu maior produtor no Brasil, um dos estudiosos do problema pôde, entretanto, dizer: “Há um ponto sombrio na risonha perspectiva da produção do café no norte do Paraná: é que os cafezais do Paraná continuam a ser plantados pelo mesmo processo como o foram os de São Paulo e de todo o Brasil, ou seja a destruição da floresta virgem para explorar o filão de humus, enquanto êle existe, sem nenhum cuidado pela sua conservação. As madeiras de lei são aproveitadas em mínima parte, e o resto queimado, em quantidades enormes. Essas florestas não são, de nenhum modo, restituídas. E, além do inestimável prejuízo de sua perda, há o prejuízo, ainda maior, do enfraquecimento acelerado das terras pela erosão, êsse mesmo fenômeno que reduziu quasi a zero os cafezais do Nordeste e os chapadões do centro do país, e que vai devastando, rudemente, todo o nosso hinterland. Si êsse processo continuar, principalmente nas ferazes zonas novas do norte do Paraná e do vale do rio Doce, pouca coisa nos restará em matéria de florestas, dentro de um quarto de século. E, dentro de cinquenta anos, os brasileiros de amanhã contemplarão oito milhões e meio de quilômetros quadrados de terras calcinadas, empobrecidas e semi-desérticas, das quais, só à custa de imenso esforço, conseguirão extrair uma deficiente alimentação. A agricultura brasileira no presente, já não pode ser o produto, apenas, do pioneirismo. Essa época, brilhante embora, já passou. Urge entrar na época do plantio científico ou pelo menos, de um maior cuidado do que o que se vem tendo até hoje”.

Si quizessemos citar outros fatos, referiríamos o caso da nossa batata, que bem pode mostrar como temos encarado sem grande objetividade os nossos problemas, e qual a natureza das dificuldades que temos, às vezes, agora, de enfrentar, em uma solução bem orientada.

“As boas variedades antes cultivadas acham-se degeneradas, pelo ataque contínuo das doenças, pela falta de seleção e principalmente pela falta de melhores conhecimentos técnicos de nosso agricultor.

Êsses fatores todos concorrem para a baixa da produção que se verifica de ano para ano.

Isso impõe-nos, naturalmente, uma política de restituição às culturas das variedades próprias e resistentes em nosso Estado, pelos métodos de seleção e multiplicação, — mas tal esforço não dará resultados

sinão em um tempo superior a cinco anos, pois não será possível obter em tempo menor aquêlle trabalho de seleção e multiplicação”.

Ao lado de tais fatos, de origem remota, poderíamos citar êsses três outros, de caráter accidental, mas verdadeiros flagelos, — a peste suína, a invasão de gafanhotos e a broca do café.

Estas observações tôdas ficam aqui com o intuito de mostrar que o nosso otimismo em relação ao grande ímpeto de progresso de nosso Estado, no plano econômico, não é nascido de termos fechados os olhos para as deficiências que apresentamos em nosso sistema de produção e para os males e mesmo calamidades que poderiam desaconselhar ou não autorizar aquêlle otimismo.

Muito ao revés, ainda tendo em conta precisa tais males, deficiências e até flagelos, cremos que o nosso otimismo tem a sua mais plena justificação.

É bem verdade que tudo está a exigir uma ação vigilante, um cuidado planejamento que não olhe apenas aos problemas de ordem mais imediata, mas atente ao mesmo tempo para o presente e para o futuro, e um esforço incomum para evitar os entraves e auxiliar como é devido aquêlle impulso ascendente da nossa economia.

II

De outra parte, os nossos organismos públicos da administração estão, muitas vezes, em um nível técnico já inaceitável, viciados de rotina, de improvisação, com um rendimento, assim, muito aquém do que seria normal lhes pedir, — pouco econômicos, portanto. E não podemos esperar que as coisas vão, aos poucos, se ajustando. Precisamos rapidamente, colocar-nos à altura das nossas necessidades. Seria criminosa, já o dissemos, qualquer displicência. Seria inacreditável até, qualquer retardamento. Precisamos concentrar neste mister boa parte das nossas melhores energias.

Enquanto à nossa Secretaria da Produção, ou seja a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, para termos dela uma idéia justa, fizemos nomear uma Comissão para inspecionar e levantar o estado geral de todos os seus órgãos, e os membros nomeados bem se desincumbiram de suas funções, imprimindo ao seu relatório bastante senso de realidade e de observação.

Procuraremos aqui dar um resumo e, de preferência, com as próprias palavras do volumoso relatório, que nos dá um retrato fiel de como encontramos a Secretaria da Produção.

Como se sabe, a Secretaria de Agricultura compreende cinco Departamentos: o da Produção Vegetal, o da Produção Animal, o de Assistência ao Cooperativismo, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e o Departamento do Ensino Superior, Técnico e Profissional.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO ANIMAL

Este Departamento, desde a sua criação, funciona com a seguinte organização:

Duas Divisões:

- a) — Divisão de Fomento Animal
- b) — Divisão de Controle da Produção Animal

Nove Serviços:

- a) — Produção Animal
- b) — Avicultura e Apicultura
- c) — Sericicultura

- d) — Marcas e Registos
- e) — Controle de Produtos de Origem Animal
- f) — Assistência Veterinária
- g) — Controle Veterinário
- h) — Agrostologia
- i) — Serviço de Controle dos Postos Zootécnicos

Secção Administrativa:

- a) — Expediente e Protocolo
- b) — Contabilidade
- c) — Almoxarifado

A organização acima, salvo algumas alterações que se fazem necessárias para acompanhar a evolução e desenvolvimento da pecuária, é boa, e preencheria as suas finalidades, si os seus órgãos funcionassem harmoniosamente.

Infelizmente, a situação encontrada é anormal, e o Departamento não funciona com a regularidade exigida para atender às necessidades próprias de suas finalidades.

As duas divisões, praticamente, não estão lotadas, pois os seus titulares respondem, respectivamente, pelo Departamento de Produção Animal e pelo Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional, não havendo, a rigor, um responsável legal e regular pelo funcionamento das mesmas.

Na parte dos Serviços, igualmente se verificam anormalidades idênticas, que desvirtuam as finalidades para que foram criados, visto que os chefes titulares encontram-se em atividades diversas daquelas em que se deveriam encontrar. Cabe aqui fazer um reparo que esclarece a razão dessa anormalidade. A falta de pessoal técnico e auxiliares práticos é responsável pelo afastamento dos funcionários das suas verdadeiras funções, trazendo essa desorganização dentro do Departamento.

O Chefe do Serviço de Produção Animal encontra-se à frente do Posto Agro-Zootécnico de Ibioporã, no Norte do Estado, não atendendo, por essa forma, às necessidades exigidas neste sector da produção.

Os Serviços de Avicultura e Apicultura e de Sericultura não estão lotados, e com exceção de uma pequena estação de Apicultura, em formação, e de um aviário, também em formação, o mais não funciona racionalmente.

O Serviço de Marcas e Registros funciona regularmente e tem lotado o respectivo chefe. Trata-se de um serviço de feições simples e tem a seu cargo uma escrituração burocrática para o registro de criadores e lavradores, além do registro de marcas de animais.

O Serviço de Controle de Produtos de Origem Animal, embora lotado, não funciona com suas verdadeiras finalidades.

O Serviço de Assistência Veterinária, criado com a finalidade de atender aos animais de propriedade do Estado, nos diversos Postos Zootécnicos e de Monta, atende em parte as suas finalidades, na medida dos seus fracos recursos e deficiência de pessoal especializado.

O Contrôlo de Serviço Genealógico funciona em parte, mas, de certo, deficientemente, com um funcionário. O seu titular acumula as funções de Diretor do Posto Zootécnico do Canguirí e da Escola Prática Manoel Ribas.

O Serviço de Contrôlo dos Postos Zootécnicos, que tem, a seu cargo a inspeção periódica e exame dos Postos Zootécnicos e organização geral dos mesmos, não funciona, estando o seu chefe lotado como diretor da Escola de Trabalhadores Rurais "Dr. Getúlio Vargas", em Palmeira.

O Serviço de Agrostologia praticamente não funciona, estando agora em formação um Posto Agrostológico em São José dos Pinhais.

A Secção Administrativa sofre igualmente as mesmas deficiências de organização e falta de pessoal especializado, e de maior orientação.

É necessário que se diga que, em vários sectores, a organização encontrada é satisfatória no sentido técnico, com fichário e impressos ideais para os fins a que se destinam, porém falta o andamento necessário, ou podemos dizer, mais vida e movimentação com pessoal regular.

O Patrimônio, que deveria constituir a base da organização do Departamento, não se acha devidamente escriturado".

Considerando, ainda neste Departamento, a vida dos seus Postos Zootécnicos e Postos de Monta, os seguintes dados gerais, tirados do mesmo relatório, podem prestar um justo esclarecimento:

"Assistência Veterinária — É precária a assistência veterinária dispensada aos animais de propriedade do Estado. Este serviço deveria contar com um quadro maior de veterinários e enfermeiros veterinários, para dar assistência completa aos animais de raça.

O número de cabeças de bovinos, equinos e asininos é superior a 450, entre machos, fêmeas, bezerros e potrilhos, além dos suínos e ovinos, também em grande número.

Uma das finalidades do Serviço de Assistência Veterinária é o de assistir e inspecionar todos os Postos Zootécnicos e de Monta junto às Prefeituras, verificando si as instalações são apropriadas e si satisfazem às exigências mínimas de higiene, para manter em bom estado de sanidade os reprodutores de trato. Outra das finalidades é a de instruir os tratadores ou responsáveis sobre alimentação adequada e trato a dispensar aos animais, bem como atender aos chamados, quando os animais são atacados de doenças.

Entretanto, a assistência dispensada é exclusivamente para os animais positivamente doentes, quando é o fato comunicado a esse Departamento. É comum nesses casos que, até que venha a comunicação ao veterinário, o animal tenha morrido ou a doença tenha progredido a ponto que a assistência médico-veterinária não possa mais nada fazer, porque quando o tratador inexperiente verificou os sintomas doentios foi somente quando o estado da moléstia já havia progredido demasiadamente.

Padreações e registros genealógicos — Para fins de registros o Departamento recebe dos Postos Zootécnicos e de Monta, notas das coberturas verificadas no período próprio, que são registradas nos livros e fichas próprias. Esses registros são bem feitos e satisfazem às exigências do serviço. Verificaram, porém, as comissões do interior, que não há o necessário rigôr na execução perfeita das notas, talvez por falta de inspeção periódica dos Postos.

Fichas clínicas e farmácia veterinária — Não dispõe o Departamento e tampouco os Postos, da ficha clínica individual dos reprodutores e animais de raça, necessária para acompanhar e verificar a qualquer momento o passado clínico dos animais de valôr.

Contrôle de forragem e alimentação — Verifica-se que o contrôle da forragem fornecida para o consumo dos Postos é praticamente inexistente, pois da forma por que vem sendo escriturado e apreciado nada tem de útil.

Não há uma tabela de alimentação e forrageamento estabelecida para os Postos, como ponto de partida para o contrôle e estabelecimento do custo de manutenção do Posto e dos respectivos animais.

Estabelecidos anualmente os comparativos entre o consumo e os resultados obtidos com as coberturas e a produção, poder-se-ia aquilatar dos resultados advindos para a região e da necessidade de manter, extinguir, aumentar ou diminuir o número de reprodutores nos respectivos postos.

Auto-suficiência dos postos zootécnicos — Poucos são os Postos capazes de se satisfazerem com culturas de forragem, por falta de áreas, instalações, pobreza das terras, falta de máquinas na escala necessária e outros fatores recomendáveis como elementos para uma produção econômica.

Não obstante não poder a maioria dos Postos atingir 100%, alcançarão esses Postos, com melhor organização, uma porcentagem que concorrerá de muito para aliviar as despesas de manutenção.

Somente os Postos de Ibioporã, Cambará e Santo Antônio da Platina poderão produzir, devidamente aparelhados, em escala apreciável e com capacidade para se abastecerem, com possibilidades para abastecerem outros Postos.

Resultados e apreciações — Infelizmente não apresenta este Departamento nada neste particular, nem dados coligidos para demonstrar a sua produtividade e os resultados econômicos trazidos à pecuária do Estado.

É dever reconhecer, entretanto, que grandes são as dificuldades com que luta o Departamento, no desenvolvimento e apreciação do seu programa, com a falta de pessoal técnico (agrônomo e veterinários) e práticos, para movimentar a sua máquina técnica e administrativa.

Igualmente deve-se reconhecer que o programa que vem seguindo o Departamento tem trazido grandes benefícios à nossa pecuária, pois

embora não se possam apreciar em números êsses resultados, pode-se afirmar que o programa de melhoria de nossa pecuária, lançado desde os governos passados, surtiu os efeitos desejados, ou os cumpriu pelo menos em grande parte”.

Seria alongar demais esta exposição mostrar a análise feita de cada um dos Postos Zootécnicos e de Monta. Cremos, mesmo, que tal análise não cabe nos moldes do presente documento. De resto, parece que já foi bem clara a exposição feita até agora em linhas gerais, bem clara e elucidativa.

Nessas condições, parece-nos que será útil transcrever as conclusões de caráter geral que uma das sub-comissões fez, apreciando várias das organizações desta Secretaria da produção, apreciação essa que bem se poderia tornar extensiva a quási tôdas as demais organizações da mesma Secretaria:

I — Em todos os estabelecimentos visitados um assunto que feriu a atenção e merece prontas medidas saneadoras é o que se refere à falta de uma contabilidade adequada e especializada aos diversos estabelecimentos, falta essa que traz como consequência o desconhecimento completo da situação real e constitue assim um sério obstáculo ao contrôle geral. Cada estabelecimento deve ter pleno conhecimento de sua situação econômica e financeira, para uma boa previsão de suas possibilidades e planos de trabalho, em vista do que, necessita conhecer as dotações orçamentárias que lhe são destinadas.

II — Em tôdas as dependências inspecionadas observamos como que uma falta de coordenação entre si, sendo que o único contacto mútuo observado foi por iniciativas próprias, decorrentes de necessidades locais, e, raramente, por interferências pré-estabelecidas; o intercâmbio assim realizado nos pareceu falho, mesmo desordenado. Acreditamos que as relações referidas devem obedecer a um critério estudado e de caráter geral.

III — Cremos imprescindível que o amparo das autoridades superiores seja intensificado com prontas providências para as necessidades locais, sem as demoras suscitadas por uma burocracia dispensável sempre que possível, e que venha a agravar as demoras acarretadas pelas grandes distâncias e pelas deficiências das nossas vias de comunicação.

IV — Igualmente, é imperativo que sejam incentivados os esforços dos técnicos que trabalham no interior, mantendo-se em ritmo crescente o entusiasmo para o trabalho, e recompensando-se o esforço dispendido concedendo-se relativa comodidade para êles e suas famílias, outorgando-lhes gratificações e mesmo percentagens sôbre sua produção, e dando apoio para a consecussão de obras idealizadas, quando justificadas.

V — Convém sanar as dificuldades existentes em todos os postos do interior, que lutam com grandes dificuldades de ordem pecuniária, para resolver os assuntos de urgência, como sejam: diárias para custeio de viagens, concertos de emergência, transportes imprevistos e urgentes, e uma série mais de despesas que ocorrem nos diversos sectores.

Os meios de transporte, seja para o pessoal, seja para produtos, má-

quinás ou animais, deixam, sem exceção, para tôdas as regiões inspecionadas, tudo a desejar; cremos indispensável prover o interior com os veículos necessários, tanto para as inspeções, entendimentos ou socorros rápidos, como para atender à necessidade do escoamento ou transporte, sem delongas prejudiciais.

VI — Por tôda a parte, impressionou bem a maneira com que foi recebida esta inspeção, o que nos pareceu um índice de bôa vontade para a obra de reconstrução ora encetada. Depreendemos existir, de um modo geral, certo entusiasmo, muitas vezes mascarado pelo desânimo oriundo das dificuldades encontradas pelos executores dos trabalhos rurais.

Essa impressão mais fundos traços marcou em nosso espírito, quando verificamos, aliando à ausência de qualquer resquício de má vontade, os mais francos elogios e as esperanças que em todos os lugares despertaram as medidas tomadas por V. Excia., consubstanciadas em nossa missão, e que foram recebidas com o mais decidido apóio”.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO VEGETAL

Organização:

A — Secção Administrativa:

- a) — Expediente e Protocolo
- b) — Contabilidade
- c) — Almozarifado

B — Divisão de Experimentação Vegetal

- a) — Serviço de Experimentação Agrícola
- b) — Serviço de Genética Vegetal
- c) — Serviço de Meteorologia
 - 1 — Estação Experimentação de Cambará
 - 2 — Estação Experimental de Rolândia
 - 3 — Estação Experimental do Cari

C — Divisão do Fomento Vegetal

- a) — Serviço de Fomento da Produção
 - 1 — Secção de Cereais, leguminosas, raízes e tubérculos
 - 2 — Secção de contrôle e fiscalização das vendas de sementes
 - 3 — Secção de Fruticultura e horticultura
 - 4 — Secção de plantas têxteis e diversas
 - 5 — Campo de multiplicação de sementes em Iratí
 - 6 — Idem, de Rolândia
 - 7 — Idem, de Castro
 - 8 — Idem, de Morretes
 - 9 — Pôsto Agro-Zootécnico de Ibioporã

D — Serviço de Padronização de Produtos

- a) — Secção de classificação do algodão
- b) — Secção de classificação de batata
 - 1.ª região: Araucária; 2.ª, Iratí; 3.ª, Rio Azul; 4.ª,

Ponta Grossa; 5.^a, Joaquim Távora; 6.^a, Cambará;
7.^a, Prudentópolis; 8.^a, Cornélio Procopio; 9.^a,
Apucarana.

E — Serviço Florestal

- a) — Secção de Florestamento e Reflorestamento
- b) — Secção de Defesa Florestal.

Relativamente a este Departamento, é o seguinte o relatório que nos foi apresentado:

A — Secção Administrativa — A secção administrativa necessita de uma reforma geral. Aliás a deficiência na organização das secções administrativas dos Departamentos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio é quasi geral, com exceção do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

B — Divisão de Experimentação Vegetal — 1) — Conforme a organização em vigor, esta Divisão possui os Serviços de Genética Vegetal, de Experimentação Agrícola e de Meteorologia e as suas Estações experimentais.

Estão funcionando satisfatoriamente apenas as Estações Experimentais de Cambará e Rolândia. E estamos aparelhando a Estação Experimental do Carí para dedicar-se à experimentação da Cana de Açúcar e do Arroz. Ainda com relação às estações experimentais necessita este Departamento de instalar e manter uma estação experimental que se dedique ao estudo da batata e dos cereais de inverno, que deverá ser localizada no Município de Rio Azul e outra que se dedique à experimentação e multiplicação de árvores frutíferas. Antes de qualquer ampliação que se pretenda dar aos serviços inerentes a esta Divisão, é necessário que se tenham técnicos especializados nos diferentes sectores da experimentação vegetal e maquinário agrícola necessário ao bom andamento dos serviços existentes. Com o maquinário deficiente que possuímos não poderemos conseguir o que almejamos, isto é, auto-suficiência.

C — Divisão do Fomento Vegetal — Em virtude do acordo firmado com o Governo Federal, esta Divisão tem a atividade muito limitada. A Divisão de Fomento possui os campos de Iratí e Castro, que estão à disposição do Governo Federal. As secções e serviços de Fomento da Produção e de Estatística só poderão funcionar quando contarem com pessoal especializado.

D — Serviço de Fiscalização e Padronização de Produtos — Necessário se torna uma modificação nos Regulamentos dos Serviços de Fiscalização da Batata e do Algodão. E para um melhor funcionamento dos dois serviços existentes, o Departamento necessita de fiscais classificadores de produtos, para o algodão e para a batata. Seria necessário criar um serviço de classificação de cereais e plantas leguminosas, mas para este órgão seriam necessários, no mínimo, 60 fiscais classificadores. Seria necessário criar, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, as cadeiras relativas a tais especializações.

E — Serviço Florestal — Este serviço só poderá executar a contento suas atribuições depois que: a) — o Departamento de Geogra-

fia, Terras e Colonização consiga regularidade na expedição dos títulos definitivos de posse das terras de domínio particular, pois só é fornecida autorização para desmatamento quando apresentar o interessado documento que prove a posse e, na situação atual, são muitas as dificuldades dos interessados; b) — para a execução das atribuições afetas a este Serviço, é necessária a criação de um quadro mais amplo e mais selecionado de guardas florestais”.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

As conclusões finais da Comissão, relativamente a este Departamento, são as seguintes:

“A causa principal da situação precária e anormal em que se encontra este Departamento, é o fato de terem passado pelo mesmo, em cinco anos, cerca de oito diretores. Outro fator importantíssimo e que tem concorrido para a situação dolorosa em que êle se encontra é o fato de êsses Diretores não possuírem tirocínio e conhecimentos técnicos sobre cooperativismo, indo adquiri-los dentro do Departamento e na sua direção !

Este fato tem colocado em choque a capacidade técnica de nossa Secretaria de Agricultura perante o Ministério de Agricultura, através do seu serviço de Economia Rural, que não esconde o descontentamento de que se acha possuído, chegando ao ponto de, no texto do acôrdo com o nosso Estado, subordinar os atos do nosso Departamento ao contrôlo absoluto de seu representante na Agência daquele Serviço em nosso Estado.

Infelizmente, a verdade é que o Ministério tem razão, como se verá da síntese que daremos de como encontramos o Departamento de Assistência ao Cooperativismo.

Organização — O esquema de sua organização é idêntico ao dos Departamentos congêneres do país. Entretanto, êle só figura no papel. Internamente a situação é bem outra. Falhas em todos os sectores. Agrupamentos de funcionários em seccões. Outras seccões alegando falta de pessoal. Funcionários com estágio no Serviço de Economia Rural, isto é, especializados, exercendo funções de escriturários e contabilistas.

Assistência — Segundo as próprias declarações colhidas no Departamento de Assistência ao Cooperativismo, a assistência é dada às cooperativas apenas quando elas solicitam. Não há fiscalização periódica para saber qual a situação da sociedade. Tudo é feito através de correspondência. Os contadores enviam instruções às cooperativas sobre organização de escritas e quando o assunto é mais grave remetem às mesmas o boletim — “Contabilidade de Cooperativas”, de autoria do Dr. Waldemar Campos, para que, estudando o assunto, abram e façam a escrita da sociedade. Há casos mais graves, isto é, quando não é possível ao pessoal da Cooperativa fazer a escrita, então os documentos são enviados ao Departamento, que abre e faz a escrita. Segundo declarações de funcionários do Departamento, houve caso de ser feito mais de quatro anos de escrita de uma só vez. Até agora estão trabalhando internamente afim de estabelecerem uma “Padronização da escrita de

Cooperativas”, trabalho êsse baseado no boletim “Contabilidade de Cooperativas” e num outro boletim que também se encontra pronto, padronizando a documentação para a organização contábil e administrativa das cooperativas.

Cooperativismo Escolar — O funcionário encarregado dêste sector nos declarou textualmente: “O DAC confessa sua incapacidade para regularizar êsse assunto, dada a resistência do professorado e da própria Diretoria de Educação. Apesar dos esforços dispendidos, a Diretoria de Educação teima em manter um mixto de Cooperativa e Caixa Escolar.

Federação — Esta Federação foi fundada na mesma ocasião em que se transformaram as Caixas Escolares em Cooperativas. Estas, mal ou bem funcionando, porém, aquella continúa registada no Ministério e o DAC, tendo encontrado dificuldade em fazê-la funcionar, silenciou sobre o assunto, com prejuizo capital para as cooperativas. Quanto à parte educacional, o professorado não acredita, visto não ter a prova da vantagem econômica. O DAC, é responsável por esta situação.

Propaganda — Não há serviço que necessite de maior propaganda do que o cooperativismo. Êsse tem uma série de inimigos naturais. O cooperativismo de que teremos mais de nos ocupar é o que tem a sua sede nas zonas rurais. Os componentes dessas entidades são em geral lavradores com poucos conhecimentos dêsse assunto e são facilmente desviados pelos inimigos do cooperativismo. Daí a grande necessidade de propaganda. Infelizmente o DAC, nada tem feito neste sector, apesar de receber do Ministério de Agricultura uma subvenção anual de cinquenta mil cruzeiros, destinada quasi que exclusivamente para êsse fim. Além dessa subvenção, o DAC, possui um jôgo de Multigraph e mimeógrafo, os quais têm sido aproveitados para serviços da Secretaria da Agricultura e do próprio Palácio do Govêrno, segundo informações dos funcionários.

Irregularidades em Cooperativas — Segundo verificamos dos processos existentes no DAC, existem alguns casos de irregularidades graves nas cooperativas, sobre os quais o DAC, tem tido ação morosa ou ineficiente, quando deveria ter havido energia afim de que fôsse salvaguardado o principal fator à favor do cooperativismo: Confiança.

Cooperativa Liberdade — De há muito que vem funcionando como cooperativa. Agora o DAC, descobriu que era uma casa comercial. Está providenciando a sua transformação”.

O relatório da Comissão prossegue neste diapasão. Dispensamo-nos de continuá-lo, pois o que ficou dito já é suficientemente elucidativo.

III

As nossas Conferências Econômicas, as nossas viagens por todo o Estado, batendo-o em tôdas as direções, não tinham apenas o propósito, — é bem de vêr, — de reunir o material preliminar para o trabalho de planejamento geral. Eram também e igualmente uma forma de tomarmos contacto direto com aqueles problemas que exigem uma atenção imediata e soluções de urgência: era u'a maneira de sentirmos as necessidades instantes e por assim dizer as próprias pulsações da vida econômica do Estado. Por isso fizemos questão, em cada uma daquelas Conferências, de reunir aí as expressões mais significativas das forças interessadas na produção e na vida econômica do Estado, — e as conclusões a que chegaram tais Conferências exprimem de modo bem evidente os bons resultados que elas produziram neste sentido de dar ao govêrno um quadro real e vivo dos nossos problemas econômicos e das soluções que interessavam aos elementos mais vivamente empenhados nêsse grande processo da criação da riqueza. Tais Conferências assumiam assim o aspecto de uma oportunidade excepcional, em que o govêrno podia vêr, em cada problema, confrontados os pontos de vistas diferentes, harmonizados pelo debate livre e cordial, em que podia vêr os problemas no entrosamento que os une, e podia vê-los de diferentes faces a uma só vez, e todos em conjunto.

Dêsse modo foi-nos possível, ao mesmo tempo, que pudéssemos vêr bem claros os problemas fundamentais e foi possível o máximo de acêrto em suas soluções. Era a forma de o govêrno ter nos próprios interessados o seu órgão de assistência e de consulta. E pôde o govêrno, dêsse modo, viver a sua atividade sintonizada com as necessidades mais reais da nossa produção e da nossa vida econômica em geral.

Essa sintonia devia completar-se com o contacto diário que procuramos manter e estimular em nossas audiências e na nossa correspondência.

E temos em nossa consciência que devemos considerar os resultados atingidos, em virtude dessa política, como os mais satisfatórios. Assim, cremos que nenhum problema foi levantado diante de nós, pelos interessados do norte, do sul, do centro, do leste e do oeste do Estado, sem que procurássemos fazer alguma cousa, fazer o que nos foi possível para a sua solução.

É aquêlê processo de tomar um contacto vivo com os problemas e encontrar a forma de encaminhar a sua solução no debate direto com os diversos interessados, aliado à circunstância do prestígio crescente do Estado na esfera da administração federal, — outro fato bastante auspicioso para nós e motivo de satisfação para todos os paranaenses, — permitiu-nos conseguir obter e atingir medidas da maior relevância para a nossa vida econômica.

Destacando aspectos da nossa produção, conseguimos, por exemplo no que à madeira se refere, medidas da maior significação para obter o seu transporte, que era o seu problema fundamental; recordaríamos a grande vitória que obtivemos quando conseguimos a suspensão da exigência de estoques visíveis ao longo das linhas ferroviárias para as requisições de vagões; lembraríamos que pudemos obter a sustação da exportação de toras para a Argentina, para um estudo melhor da questão; como lembraríamos ainda o nosso empenho solicitando novo acôrdo com a Inglaterra. Qualquer uma dessas três cousas era, sem dúvida, da ordem da maior importância para a economia da nossa principal indústria. Mais recentemente, neste mesmo terreno, obtivemos da Assembléa Legislativa licença para doação ao Instituto Nacional do Pinho de um terreno em Curitiba, para a instalação de uma fábrica modelo destinada à indústria da madeira. Tratava-se de uma velha aspiração dos elementos mais zelosos pelo rendimento daquela autarquia, com o objetivo de influir no aperfeiçoamento da nossa indústria madeireira, — velha aspiração a que tivemos a felicidade de dar fácil cumprimento.

Para o mate, conseguimos da Caixa de Crédito Cooperativo o financiamento no valor de Cr.\$ 3.000.000,00 para os produtores e já encaminhamos o pedido de reforço desse empréstimo, com o mesmo objetivo, até o limite de Cr.\$ 10.000.000,00. É de referir, também, o que fizemos para manter o mate na agenda dos acordos comerciais do Brasil com os mercados platinos, e nosso decidido apóio aos industriais no caso do Uruguai e na exportação do produto para o Chile, a nossa adesão e apóio ao plano de expansão do nosso mercado do mate no Canadá e nos Estados Unidos, e o fato, que é, por um absurdo, novo na história do mate no Paraná, de que o nosso Estado só agora pôde ter um paranaense na direção do Instituto Nacional do Mate.

É bem evidente que não poderíamos relatar aqui tôda a multidão de medidas tomadas dia a dia na administração, em favor da produção no Estado, algumas das quais nem por isso de menor importância, como a importação de batatas holandesas destinadas a serem aqui multiplicadas para servir ao mistér de se obter uma melhoria da nossa produção, neste sector, por unidade de área, uma vez que nossos índices a êsse respeito vem de há muito decrescendo de ano para ano, devido a fatores variados; ou o fato de termos obtido do govêrno federal a instalação em nosso Estado de serviços de defesa sanitária animal, uma das necessidades fundamentais da nossa pecuária; ou o fato de obtermos ainda do govêrno federal os moinhos de que tanto necessitamos para a nossa já próspera e extremamente promissora cultura do trigo. Estamos referindo apenas as medidas que não pertencem à rotina dos serviços, mas aquelas obtidas em caráter especial, graças aos nossos esforços. O problema da nossa pecuária, que os relatórios de Guarapuava e Palmas à

Conferência Econômica de Ponta Grossa situaram de um modo tão preciso, denunciando a diminuição e a decadência dos nossos rebanhos, — esse problema para nós tão fundamental por atingir a uma das nossas riquezas tradicionais, e por que, em grande parte, vai atingir às necessidades de abastecimento das nossas populações, tem nos preocupado seriamente. Tivemos oportunidade de dizer, em uma de nossas prestações de contas feitas diretamente ao povo, que não desejávamos, de nenhuma forma, que, de futuro, fôsse possível dizer-se que faltava carne para o povo porque a nossa imprevidência, ou negligência, se descuidara das medidas necessárias. Estudando o problema, pareceu-nos absolutamente claro que a sua solução, ou o mais importante para a sua solução, estava em garantir aos criadores a venda do gado que eles possam criar, a preços normais, e no tempo adequado.

A forma de realizá-lo, mais diretamente, seria a organização de frigoríficos e, neste sentido, desde logo, iniciamos a série de medidas necessárias ao funcionamento do Frigorífico do Atuba, que vai exercer uma profunda influência no desenvolvimento da nossa pecuária, com a sua alta capacidade de produção. Mesmo antes disso, por compreender com exatidão os termos do problema, cuidamos de garantir aos criadores de Guarapuava e Palmas a aquisição do gado gordo retido em seus campos pela concorrência de São Paulo, assegurando essa aquisição, no corrente ano, antes que a chegada do inverno trouxesse as inevitáveis e tão danosas perdas que vêm, todos os anos, desanimando os nossos criadores, e depauperando, em consequência, os nossos rebanhos.

Desejamos abrir um capítulo para tratar das três pragas que mais terrivelmente estão flagelando a nossa produção, — a peste suína, a broca do café e as invasões de gafanhotos, — referindo a situação atual do problema, historiando as medidas e providências tomadas, apontando os resultados já obtidos e programando o sentido da ação futura.

Peste suína — A enzootia verificada nos rebanhos suínos de vários Estados do país transformou-se em epizootia, e se constituiu em verdadeira calamidade pública no Paraná. Na região norte, o surto foi verdadeiramente calamitoso. Em 47, novos focos apareceram e a virose se propagou para as regiões sudoeste, centro e sudeste, ameaçando as zonas não infectadas e o sul do país. O prejuízo causado pela peste talvez se possa estimar em 200 milhões de cruzeiros, em nosso Estado.

Daf a preocupação de encontrar medidas positivas e urgentes.

Existindo uma comissão incumbida pelo Ministério da Agricultura do combate à peste suína, procurou-se a fórmula para melhores resultados práticos na ação dos poderes públicos, através de perfeita entrosagem entre os serviços federal e estadual.

Assim é que, de conformidade com entendimento havido com órgão competente do Serviço federal, ficou assentada, definitivamente, a entrosagem entre os dois serviços, para racional e eficiente combate à peste suína.

Dêse entendimento resultou a divisão do Estado em duas zonas de ação: a primeira sob a responsabilidade federal, por ser a mais importante e exigir maiores recursos. Esta zona abrange os seguintes municípios: Ponta Grossa, Castro, Pirai do Sul, Tibagi, Reserva, Ipiranga, Jaguariaíva, Sengés, Irati, Teixeira Soares, Imbituva, Prudentópolis, Gua-

rapuava, Pitanga, Larangeiras do Sul, Clevelândia, Palmas, União da Vitória. A segunda zona ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, e abrange os demais municípios do Estado. É de se esclarecer que nos municípios do norte o combate prosseguirá, centralizado em Jacarèzinho, ressaltada a necessidade de se estabelecer um cordão sanitário ao longo de uma faixa de 150 a 200 quilômetros, para barrar a marcha da infestação para o sul do país.

Como medida preliminar, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio dividiu a zona sob sua responsabilidade em distritos, infectados ou não, com os seus diversos postos e sub-postos, como se segue:

- 1.º Distrito: Apucarana, com Postos em Mandaguari, Paranavaí e Campo do Mourão;
- 2.º Distrito: Jacarèzinho, com Postos em Bandeirantes, Cambará, Andirá, Santo Antônio da Platina e Ribéirão Claro;
- 3.º Distrito: Londrina, com Postos em Rolândia, Cambé, Sertãoópolis, Jaguapitã, Porecatú, Bela Vista do Paraíso e Iporã;
- 4.º Distrito: Cornélio Procopio, com Postos em Jataizinho, Araiporanga, Congoinhas, Curiuva e Uraí;
- 5.º Distrito: Siqueira Campos, com Postos em Joaquim Távora, Carlópolis, Wenceslau Braz e Tomazina;
- 6.º Distrito: Rio Negro, com Posto na Lapa;
- 7.º Distrito: Bocaiúva do Sul, com Postos em Cêrro Azul e Timoneira.

O mapa anexo mostra claramente a organização.

Todos os distritos e postos foram lotados com o pessoal técnico disponível, da Secretaria de Agricultura, como refôrço ao pessoal do serviço federal, e como garantia da zona que está sendo defendida pelo Estado. A formação de um grande número de vacinadores está sendo precedida pelos veterinários responsáveis pelos distritos sanitários, com pessoal pôsto à disposição desta Secretaria pelas Prefeituras Municipais.







Assim organizado o plano de combate à peste suína, e mantida a estreita colaboração até aqui existente com o serviço federal, os resultados práticos a serem obtidos em sua execução ficavam condicionados à colaboração dos demais órgãos estaduais e municipais, e principalmente à existência de vacinas de cristal violeta, para fazer face às necessidades.

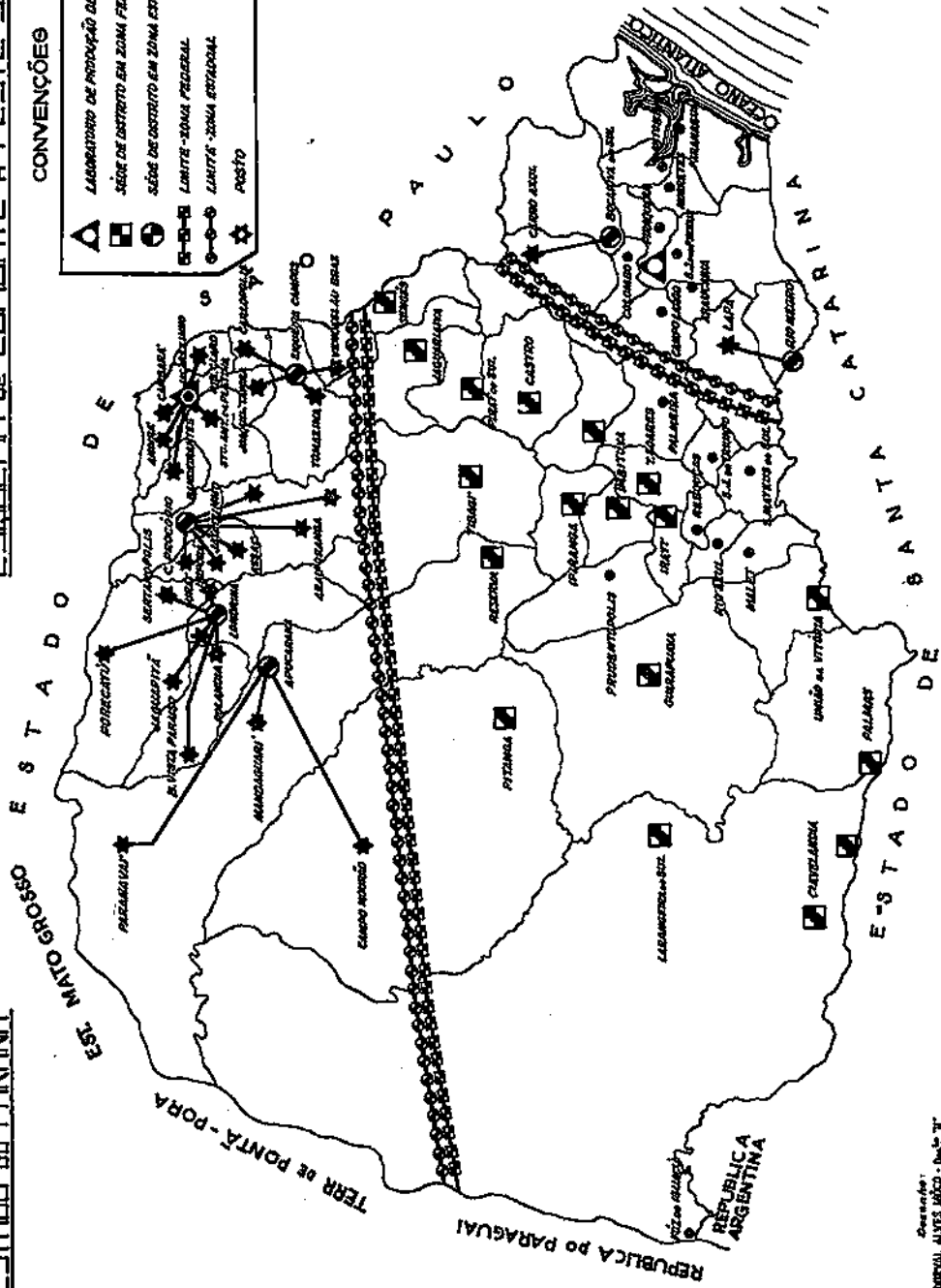
Procurou-se organizar a colaboração desses órgãos e tomaram-se as providências para solucionar o problema da obtenção de vacinas. E, assim, procura-se, agora, antes de mais nada, intensificar a produção de vacinas de cristal violeta no Laboratório Regional de Jacarèzinho. Por outro lado, chegou-se à conclusão de que o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, da Secretaria de Agricultura, está capacitado para produzir, desde já, 30.000 dozes de vacinas, mensais. E, em vista de os técnicos e o material necessário ficarem sob a responsabilidade do Estado, prontificou-se o Governo Federal, por intermédio de seu órgão competente, a fornecer os suínos necessários à fabricação das vacinas. Entretanto, êsse aumento de produção das vacinas por parte do Estado só se efetivará após estarem perfeitamente adaptados o Laboratório Re-

ESTADO DO PARANÁ

ESQUEMA DE COMBATE À PESTE SUINA

CONVENÇÕES

-  LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE VIROINA
-  SEDE DE DISTRITO EM ZONA FEDERAL
-  SEDE DE DISTRITO EM ZONA ESTADUAL
-  LIMITE - ZONA FEDERAL
-  LIMITE - ZONA ESTADUAL
-  POSTO



gional de Jacarèzinho e o do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas nesta Capital.

Convém frisar que tôdas as medidas possíveis no combate ao mal vêm sendo executadas através da vacinação, da interdição do trânsito de veículos que transportam animais vivos para zonas indenes, da proibição do trânsito de tropas de suínos, de conselhos relativos ao procedimento dos criadores com relação aos animais infectados e mortos, da confecção de pedilúvios nas fazendas e o emprêgo de desinfetantes apropriados.

A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio está concitando os criadores, comerciantes de suínos e demais interessados, através de folhetos, a colaborarem com os órgãos governamentais na defesa dos nossos rebanhos.

Não obstante as imensas dificuldades encontradas, relacionadas sobretudo com a dificuldade em obter as vacinas em número suficiente, e com a dificuldade em conseguir transporte fácil e rápido para atender às regiões infestadas, — estando-se a exigir, neste sentido, que sejam postos à disposição do serviço um mínimo de seis caminhonetes, devidamente equipadas, para o transporte do pessoal técnico, — não obstante tudo, o resultado de tão ingentes e continuados esforços é que hoje se pode dizer que, praticamente, não morrem mais porcos de peste suína no Paraná por falta de assistência ao suinocultor por parte do Estado, devendo-se levar as manifestações atuais da peste, em surtos isolados, à conta apenas da imprudência de algum criador.

Ficou-nos, porém, o problema de manter essa assistência regular daqui para a frente, obter, — o que já estamos próximos de atingir, — uma produção de vacinas suficientes para as nossas necessidades independentemente de importação, e o trabalho fundamental de restaurar os nossos rebanhos, que se viram rapidamente e profundamente desfalcados, não só pelas perdas diretamente determinadas pela peste, como, talvez ainda mais, pela exportação em massa e vultuosa que o alarme da peste determinou entre os criadores.

Em apêndice à presente mensagem, — e dada a sua importância para caracterizar as medidas tomadas pelo Estado no combate à peste suína, — fizemos anexar o texto da circular dirigida, neste sentido, às Prefeituras Municipais.

Gafanhoto — A infestação de gafanhotos verificada no ano de 47 foi bem menor do que a verificada no ano anterior; não obstante, os prejuízos causados à lavoura se equivalem, em virtude de ter ocorrido a desova com maior intensidade.

Os municípios infestados são: União da Vitória, Palmas, Clevelândia, Mangueirinha, São Mateus do Sul, Malé, Lapa, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Foz do Iguaçu, Prudentópolis, Reserva, Pitanga e Mandaguari.

O plano de combate, organizado em colaboração com o Ministério de Agricultura, supõe a divisão do Estado em 8 zonas, cada uma delas subdividida em postos de abastecimentos, e êstes em sectores. Cada sector conta com uma ou mais equipes de combate, de acôrdo com as exigências de intensidade da infestação.

No mapa anexo, encontramos bem claro o referido plano de combate. Estão aí indicadas claramente as regiões infestadas, as zonas

onde ocorreu a desova, e a distribuição das turmas de combate, vendo-se a divisão do Estado nas oito zonas de ação referidas e as sub-divisões de tais zonas nos seus postos de abastecimentos, etc.

A dificuldade maior encontrada no combate à invasão de 47 prende-se à circunstância de ser 80% da região total infestada desprovida de estradas de ferro, criando o muito grave problema do transporte dos elementos e do material necessário.

Broca do café — Si confrontarmos a situação da broca do café nas zonas infestadas do Norte do Paraná com as zonas de S. Paulo, notamos imediatamente uma grande diferença, impondo-nos essa circunstância uma diferença correspondente de procedimento e de planos para o combate àquela praga.

Enquanto S. Paulo se debate contra a broca na quasi totalidade de suas plantações, formando uma imensa área, da qual se irradia em todas as direções, — no norte do Paraná encontramos uma região apenas mais intensamente atacada, isolada da maior parte dos cafezais indenes e principalmente das novas plantações.

A periferia das zonas infestadas de S. Paulo forma uma linha de milhares de quilômetros. Impossível criar linhas de defesa que separem plantações sem broca das infestadas.

O serviço do combate em S. Paulo foi forçado a dividir, por isso, o território total das plantações em 16 sectores, atacando o mal de uma só vez em todos os numerosíssimos núcleos. Já o Paraná, felizmente, pode procurar sustar a marcha da broca, organizando uma poderosa faixa de defesa, que separe os cafezais infestados dos indenes, exercendo-se, dentro dela, ao mesmo tempo, uma ação rigorosa de fiscalização e de combate intensivo aos surtos isolados que existam ou possam surgir.

Simultaneamente com isso, o território infestado no Paraná, ainda relativamente pequeno, poderá ser dividido em sectores, por municípios, procedendo-se ao combate no interior da zona e procurando-se não só impedir o avanço da praga, como fazê-la recuar, naturalmente.

Os dados seguintes esclarecem perfeitamente a situação do problema e justificam o plano.

I. EXISTÊNCIA GERAL:

Zona infestada:

		Cafeeiros exis- tentes
Cafeeiros em produção, cf. Tab. anexa	49.854.000	
" — novas plantações	44.277.000	
Total dos cafeeiros da zona infestada		94.131.000

**Zona ameaçada de infestação
(isoladora):**

Cafeeiros em produção, cf. Tab. anexa	27.796.000	
" — novas plantações	40.620.000	
Total dos cafeeiros da zona ameaçada		68.416.000

CAFEIROS EXISTENTES E GRÁO DE INFESTAÇÃO

Plano de Combate à Broca do Café

ZONAS	MUNICÍPIOS	CAFEIROS (em milhares)			GRÁO DE INFESTAÇÃO (%)		Infestação preventiva desde julho de 1947.	Média provável por propriedades	Gráo de infestação sobre a produção	OBSERVAÇÕES
		Em produção	Áreas plantadas	Total existentes	Máxima	Média				
ZONA URBANA	AFUGABAHÁ	8.110	8.890	12.000	-	-	-	-	-	Não existem focos oficialmente conhecidos.
	BOIÃO	5.400	- (+)	5.400	-	-	-	-	-	
	LOEDRINA - CAMBÉ	22.070	- (+)	22.070	-	-	-	-	-	
	SERRAPOPÓLIS	11.281	10.709	22.000	-	-	-	-	-	
	TOTAL DA ZONA URBANA	47.872	19.699	61.571	-	-	-	-	0%	
ZONA ISOLADA	ARAÍPOBANGA - CENZAS	190	4.940	4.500	-	-	-	-	-	É provável a infiltração da praga nos municípios de Arqueiros Campos e Tomazina.
	AGRAÍ	6.383	- (+)	6.383	-	-	-	-	-	
	COHEÍLO PROCOPIO	16.350	33.650	50.000	2 focos	3%	5%	3%		
	SIQUEIRA CAMPOS	1.551	- (+)	1.551	-	-	-	3%		
	TOMAZINA	2.350	1.640	4.000	-	-	-	3%		
	VENGEZLAU BRAZ	1.010	990	2.000	-	-	-	-		
TOTAL DA ZONA ISOLADA	27.736	40.630	68.416	-	-	-	-	2,3%		
ZONA INTERMEDIÁRIA	ANDARAÍ	4.403	- (+)	4.403	20,2	10,1	70%	-	20,2	Os dados do Serviço de Combate à Broca do Café datam de julho de 1947.
	BARRODINHO	8.031	19.969	28.000	26,6	6,1	40%	-	9,6	A intensidade com que a praga se manifesta e outros dados de fontes parciais permitem presumir o aumento aqui tabelado.
	CAMBÁ	8.547	18.453	27.000	33,7	6,7	96%	-	18,6	
	CARAPICÓLIS	1.112	- (+)	1.112	30,0 (x)	5,0	30%	-	5,0	
	JACAREÍLHO	8.941	- (+)	8.941	33,9	11,8	96%	-	12,0	
	JACUIM TAUBA	2.175	- (+)	2.175	20,0 (x)	4,0	30%	-	16,0	
	RIBEIRÃO CLARO	3.150	2.850	6.000	47,3	8,0	60%	-	12,8	
	SANTO ANTONIO DA PLACETA	10.486	3.008	13.500	74,7	7,8	90%	-	9,8	
	TOTAL DA ZONA INTERMEDIÁRIA	49.864	44.277	94.131	média	média	média	-	média	
	TOTAL GERAL	118.522	104.486	223.018	42,7%	7,4%	64,2%	-	12,8%	

(+) Faltam as estatísticas das novas plantações

(++) Conforme o serviço de Combate à Broca do Café, dados de julho de 1947.

Zona indene da praga (zona zero):

Cafeeiros em produção, cf. Tab. anexa	41.872.000	
" — novas plantações	19.599.000	
Total dos cafeeiros da zona indene		61.471.000
Total dos cafeeiros existentes		224.018.000

II. SITUAÇÃO DAS PLANTAÇÕES EM GERAL

Cafeeiros com plena infestação

Zona infestada	94.131.000	
Zona limitrofe (Isoladora)	445.000	
Total dos cafeeiros expostos à praga		94.576.000
Cafeeiros isentos da praga		
Zona Isoladora	67.971.000	
Zona Zero	61.471.000	
Cafeeiros fora da zona infestada		129.442.000
Total dos cafeeiros existentes		224.018.000

III. CONCLUSÃO :

A situação demonstrada exige :

- 1.º) Evitar a infiltração da praga nas zonas isentas, para preservar um total de
129.442.000 de cafeeiros.
- 2.º) iniciar o combate na zona limitrofe à zona infestada, estabelecendo primeiramente um cordão de isolamento, alargando o mesmo para uma faixa de 50 a 100 kms. (Zona Isoladora), protegendo um total de 67.971.000 de cafeeiros ameaçados em primeira linha.
- 3.º) Combater a praga na zona infestada.

a) profilaxia das novas plantações	44.277.000 pés de café
b) combate geral à bróca de	49.854.000 pés de café
- 4.º) Organizar a linha da defesa contra a infiltração.

a) cordão de fiscalização (Inspetorias e Postos).
b) expurgo de veículos, sacaria e mudanças.
- 5.º) Aparelhamento para o combate:

a) pessoal — (Fiscais — Trabalhadores),

- b) maquinário — (Dependendo do sistema de combate).
- c) inseticidas — (DDT e HCB).

6.º) Financiamento:

- a) pelo Governo
- b) pela lavoura

Em apêndice, fizemos figurar notas complementares e mais explicativas, mostrando a repercussão econômica e financeira da infestação da praga em nossos cafezais e bordando considerações em torno do plano que aqui se propõe.

IV

Demos já os passos preliminares para a constituição de uma Câmara de Expansão Econômica do Estado que, reunindo a representação das forças mais expressivas da nossa vida econômica, possa realizar, em caráter permanente, o papel das Conferências regionais, — um órgão que mantenha o governo em contacto vivo e diário com os problemas econômicos, no qual o debate franco esclareça os pontos de vista e mostre as várias faces de cada questão, sugerindo, ao mesmo tempo, medidas e soluções objectivas para situações reais.

Reconhecemos a imperativa necessidade de reaparelhar os vários órgãos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, para obter deles que se integrem plenamente em sua função de órgão técnico do governo ao serviço da produção, com o objectivo social da criação da abundância.

Em primeiro lugar, é visível que a Secretaria luta com deficiência de pessoal especializado em quasi todos os sectores de suas responsabilidades, e o problema não é facilmente solúvel, si considerarmos que a Secretaria vem procurando aproveitar a totalidade dos agrônomos e veterinários disponíveis no Estado.

De outro lado, é certo que está muito aquém das necessidades a maioria das suas instalações materiais, e o reaparelhamento das unidades existentes parece dever ser o passo inicial de qualquer tarefa no presente sentido.

São, igualmente, pequenas as verbas destinadas à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e aos seus serviços, bastando dizer-se que o acôrdo do Estado com o governo federal para o fomento da produção vegetal, — feito na base de uma contribuição pelo Paraná de um terço da dotação total e de dois terços pela União, — conta com as verbas bem insignificantes de Cr.\$ 1.200.000,00 anuais. Mesmo considerando que as funções da Secretaria são, sobretudo, de orientação e coordenação técnica dos problemas que lhe competem, temos de achar insufficientes aquelas dotações.

Com o objectivo daquele reaparelhamento, e procurando ampliar a efi-

ciência da Secretaria, fizemos com que constassem do Plano Geral de obras do Estado as construções necessárias, ao mesmo tempo em que fizemos estudar e traçar o esquema do material mais urgente para as diversas unidades da Secretaria mais diretamente ligadas à produção.

Salientemos, porém, que, no caso da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, como, de resto, em diversos outros sectores da administração pública, não basta conceder grandes dotações para que os serviços se ampliem. Cabe aqui repetir que os dois elementos, — material e pessoal, — devem ser proporcionais, e como para um sector essencialmente técnico não se podem improvisar chefes nem executantes, temos de nos deter ante a realidade e, mediante uma ação lenta e planificada, formar, progressivamente, os nossos quadros de técnicos capazes de direção e execução de grandes encargos.

Em apêndice a esta mensagem, estão anexados estudos preliminares para reaparelhamento e melhoria da eficiência da nossa Secretaria da Economia.

VIAÇÃO E TRANSPORTES

Quando assumimos o governo do Estado, trazíamos a convicção forte de que o mais vital dos problemas que tínhamos que enfrentar era o problema dos transportes, tão claramente víamos o notável desenvolvimento que o Estado tomava e tão claramente víamos que multiplicar por dois, por três a capacidade dos nossos serviços de transporte equivalia a multiplicar, automaticamente, e pelo mesmo número, a nossa produção, a nossa riqueza e tôdas as consequências que daí decorrem, isto é, os nossos serviços de educação, de saúde pública, etc.

Tão evidente era para nós esta verdade, que ela se tornou uma preocupação dominante de nossa atividade.

E, quando assumimos o governo, o panorama dos transportes apresentava-se, na verdade, como um difícil problema. As solicitações, as necessidades eram imperativas, inadiáveis, prementes, quasi um clamor, ao mesmo tempo em que as dificuldades se somavam pelas pesadas circunstâncias oriundas da guerra. Não quero repetir os detalhes desse quadro, baste-nos lembrar em termos gerais a sua angustiante presença naquele momento.

Pois bem: no próprio dia em que assumíamos a direção do Estado, uma das primeiras das nossas medidas esteve relacionada com o problema dos transportes, provocando o necessário para fazer chegar a Curitiba e aos centros de consumo a gasolina paralisada no Porto de Paranaguá, seguindo essa providência de outras, logo a partir dos dias imediatos, visando os problemas de fornecimento de pneumáticos e de caminhões.

De certo que a Conferência de Jacarézinho deveria desempenhar diversas outras funções, mas a preocupação mais importante que levamos para lá, a tal ponto que quasi diríamos ser a idéia primeira que presidiu à sua inspiração, foi a do problema dos transportes, — que era para o norte particularmente muito sério. Desejamos evocar bem esse grande momento da batalha dos transportes. Do mesmo modo, quando fomos à Conferência de União da Vitória, o problema fundamental que levávamos para estudar com Santa Catarina, era o problema dos transportes ligados à Rêde Viação Paraná-Santa Catarina.

Já tivemos ocasião de dizer que foi esta uma batalha complexa, para atingirmos um nível de normalidade, uma batalha que vai desde a

difícil conservação de nossas estradas que não são boas, e que se vêm sujeitas a um tráfego para o qual não foram construídas, até o problema de veículos, de combustível e de pneumáticos, cuja escassez assumia, de início, proporções inquietantes. Em anexo, ao final deste documento, damos alguns dados relativos à atividade, neste sector, do Departamento Estadual de Compras, — órgão criado em nosso governo e que tanta importância assumiu na vida do Estado.

No domínio dos nossos problemas rodoviários, em primeiro lugar, destacaremos a organização do Departamento de Estradas de Rodagem, pelo decreto-lei n.º 635, de 6 de maio de 1947, ficando assim o Estado dotado de um órgão especializado para tão importante domínio da ação administrativa do Estado, de acôrdo, de resto, com as novas disposições da legislação federal.

E, neste assunto, tão fundamental para a nossa vida econômica, salientariamos aqui o fato de que tem o Estado, atualmente, a responsabilidade da conservação de aproximadamente 3.000 quilômetros de estradas de rodagem. E os trabalhos dessa conservação, que nos custam anualmente mais ou menos Cr.\$ 16.500.000,00, tornam-se hoje mais difíceis do que anteriormente. Com o fim da guerra houve um pronunciado aumento de transportes em caminhões de carga, determinado êsse aumento por diversos fatores. O volume da tonelagem de cada caminhão torna-se, também, dia a dia, maior, e tudo isso sujeita as nossas estradas a um desgaste maior. De outra parte, é de todos sabida a dificuldade em obter-se a mão de obra necessária, ainda há pouco tão escassa em todos os sectores da nossa sempre crescente produção. Não obstante tudo isso, cremos que qualquer pessoa honesta em seus propósitos e que conheça as nossas estradas e as esteja percorrendo agora, terá que atestar como tem sido excepcional o nosso trabalho na conservação das mesmas. Reforçamos quanto pudemos a nossa frota de caminhões para êste serviço, acrescentando-lhe trinta e cinco unidades novas. E obtivemos, no mesmo sentido, e já estão em atividade, mais quatorze motoniveladoras, mais quatro compressoras, mais quatro britadores portáteis e mais duas betoneiras. E estamos para receber ainda mais máquinas, sobretudo mais motoniveladoras, para que possamos multiplicar a produção do nosso trabalho. E, neste mesmo sentido, desejamo-nos referir à organização das Residências, com a localização de máquinas nos trechos fundamentais, para obter mais eficiência do conjunto.

Mas não estamos preocupados em manter apenas o que temos. Estamos nos esforçando para aumentar a nossa rede de comunicações rodoviárias. Na estrada de Tibagi a Apucarana, com uma extensão de 165 quilômetros, temos já prontos 30 quilômetros. E, assim, igualmente, temos prontos 48 quilômetros na estrada de Curitiba a União da Vitória; 13, na estrada de Apucarana a Melo Peixoto; 6 na estrada de Palmeira a Iratí; 12 na estrada de Matinhos à Praia de Leste; 10 na estrada de Guaratuba, Km. 101 para Joinvile; 6, na estrada de Ponta Grossa a Castro; e 1 na estrada de Matinhos à Colônia Pereira.

Em tais estradas, nas quais dispendemos já Cr.\$ 40.879.209,90, desde o seu início, devemos dispende ainda a soma de Cr.\$ 127.259.525,20.

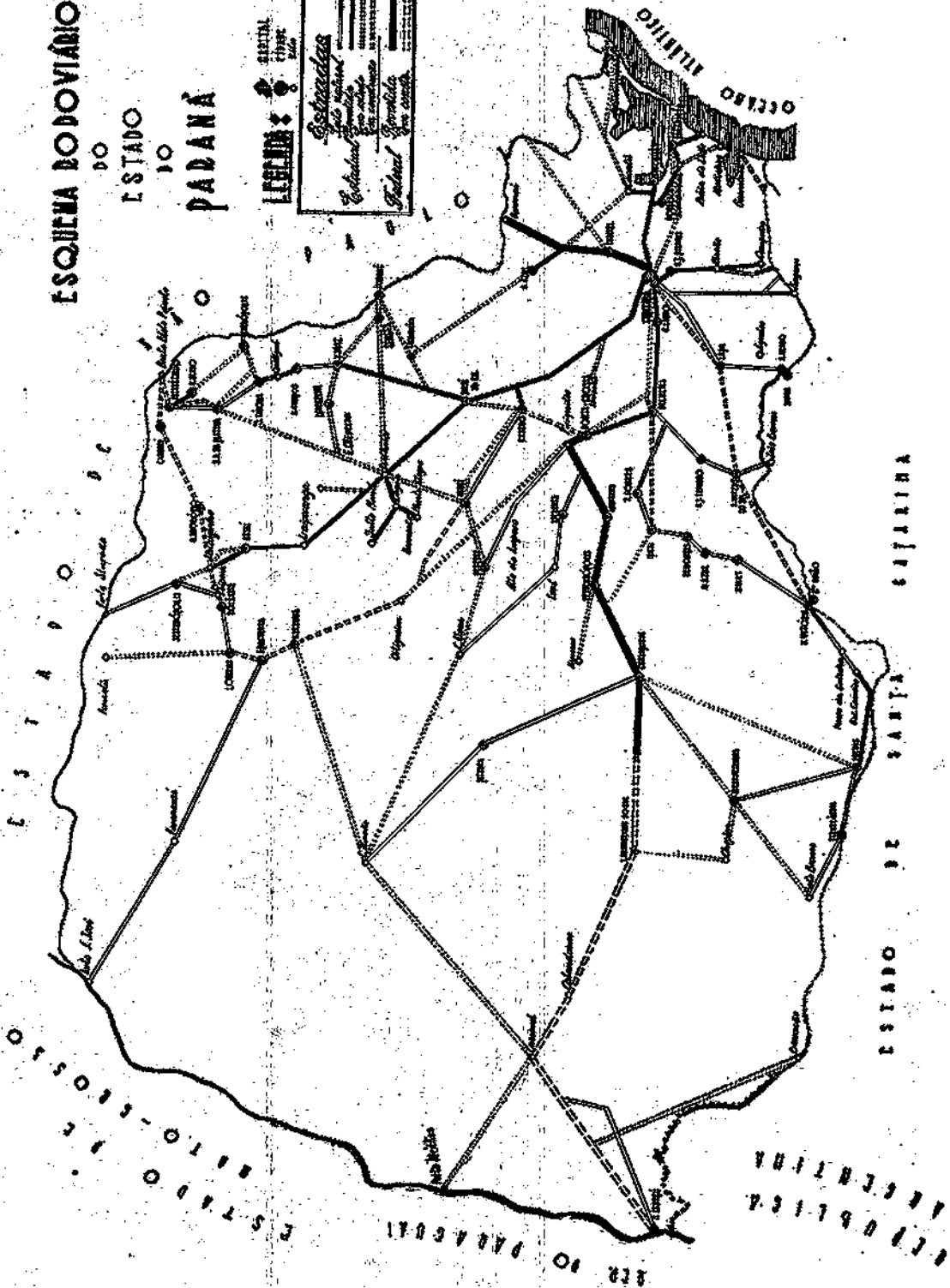
A secção de estudos de estradas tem, no presente momento, a responsabilidade, e em diversas fazes de execução, os estudos das Estradas

ESQUEMA RODOVIÁRIO DO ESTADO DE PARANÁ

LEGENDA:

- ESTADUAL
- FEDERAL
- ESTRADA
- ESTRADA DE TERCEIRA CLASSE
- ESTRADA DE QUARTA CLASSE
- ESTRADA DE QUINTA CLASSE
- ESTRADA DE SEXTA CLASSE
- ESTRADA DE SÉTIMA CLASSE
- ESTRADA DE Oitava CLASSE
- ESTRADA DE NONA CLASSE
- ESTRADA DE DÉCIMA CLASSE

Estaduais
Federal
Estrada de Terceira Classe
Estrada de Quarta Classe
Estrada de Quinta Classe
Estrada de Sexta Classe
Estrada de Sétima Classe
Estrada de Oitava Classe
Estrada de Nona Classe
Estrada de Décima Classe



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ESTADO DO PARAGUAI

REPUBLICA ARGENTINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

OCEANO ATLANTICO

Colônia Manoel Ribas — Campo do Mourão; Santo Antônio da Platina — Estrada do Cerne; Ortigueira — Araruva; Carlópolis — Itararé — Ribeirão Claro; Curitiba — Paranaguá; Curitiba — Ponta Grossa; Rolândia — Porecatú; Ponta Grossa — Ortigueira; Castro — Tibagi; Ponta Grossa — Ortigueira — Colônia Manoel Ribas; Tibagi — Ortigueira; Guarapuava — Palmas; Iratí — Entroncamento Ponta Grossa — Foz do Iguaçu; Jataizinho — Sertãoópolis; Cambará — Santa Mariana; Estrada do Cerne (Km. 220) — Cambuí; numa extensão total prevista de 1.735 quilômetros.

O mapa que damos a seguir, do Plano Rodoviário do Estado, situa perfeitamente as indicações acima.

Devemos dar um muito especial destaque, neste plano de viação, ao decreto-lei n.º 663, que autoriza a Secretaria de Viação e Obras Públicas a fixar condições técnicas, a iniciar os estudos e organizar o projeto e orçamento de uma estrada de ferro que, partindo de Apucarana, onde entronque na linha tronco que se dirige para Ourinhos, atinja, entre Ponta Grossa e Palmeira, o ponto mais conveniente na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Essa ferrovia, a que demos a denominação de Estrada de Ferro Central do Paraná, deverá ser, de futuro, depois de concluída a ligação prevista, prolongada de Apucarana, rumo NO, (Paraná-Mato Grosso), até atingir o porto São José, no rio Paraná, na divisa com o Estado de Mato Grosso, e no sul, rumo SE, até atingir um dos nossos portos marítimos como ponto de escoamento.

Pela lei 48, de 18/2/48, já foi o Governo autorizado pela Assembléia Legislativa a concluir a operação de crédito necessário a essa obra vital e de extraordinária transcendência para o futuro grandioso da nossa terra.

Qualquer que ande medianamente a par de nossos problemas, sabe que tal ferrovia é a providência mais fundamental em um plano de grande alcance que vise os interesses econômicos do Paraná.

É nosso pensamento que essa obra de tão alta significação para o nosso Estado, esteja em vias de conclusão ao finalizarmos o nosso governo, e para isso estamos tomando todas as providências que se fazem

de mistér.

Em articulação com a ligação de Apucarana e com a melhoria substancial da ligação rodoviária de Curitiba a Paranaguá, constituindo tudo um conjunto orgânico de medidas cujo sentido é bem evidente, vieram os empreendimentos ligados ao reaparelhamento do Porto de Paranaguá. Assim, pelo decreto-lei n.º 686, de 11 de julho de 1947, foi a Administração do Porto de Paranaguá transformada em uma autarquia, atendendo-se nisso às próprias razões que deram origem, no Estado moderno, à criação das entidades autárquicas.

Ao mesmo tempo que isso, discutido que foi a base do contrato para a construção de mais 270 metros de cais no Porto de Paranaguá, acha-se o mesmo em condições de ser assinado, constando do seguinte:

Prolongamento na extensão de 270 metros em forma de "Pier" consistindo numa enscadeira de estacas pranchas de aço, cobreadas, com uma viga perimetral de concreto armado e capeamento de lages de granito, sua largura será de 16 metros, permitindo perfeitamente o assentamento

de todas as linhas ferroviárias e de guindastes em prolongamento das linhas que servem o atual cais.

Encerrada a concorrência para a aquisição de parte do aparelhamento portuário constante da relação-programa elaborada pela Administração do Porto de Paranaguá, e já aprovada pelo Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, a qual compreende 1 Rebocador a óleo de 400 H.P., 30 vagões plataforma com capacidade para 30 toneladas, 3 guindastes elétricos para 1 ½ tonelada cada um, 1 guindaste elétrico para 6 toneladas, 3 tratores "Fordson" de 40 H.P., 3 empilhadeiras para 1 ½ tonelada, 4 conjuntos de dâlas com extensão de 320 metros e 3 locomotivas "Diesel" elétricas, para manobras, acham-se os respectivos contratos em condições de serem assinados, estando já providenciada a vinda do mesmo material.

Como parte do plano de desenvolvimento do Porto de Paranaguá, consta a construção de um parque para madeiras, cujo serviço já foi iniciado, na parte da preparação do terreno.

Essa obra, que será financiada pelo Instituto Nacional do Pinho, será constituída de 6 armazens especiais para depósito de madeiras, 5.000 metros de linhas férreas, servindo interna e externamente aos armazens e ligando o referido Parque ao cais comercial.

Além do acima enumerado, instalação ainda de água e esgotos, luz e telefones, como também obras de arte na área do Parque da Madeira.

Estudadas que foram, as bases para o contrato de concessão do Porto de Antonina, em conexão com o de Paranaguá, acha-se o mesmo pendente de assinatura no Rio de Janeiro, estando a Secretaria de Viação e Obras Públicas providenciando a abertura de concorrência para a sondagem do Porto de Antonina, afim de ser elaborado o projeto do cais a ser construído, para efeito de concorrência pública.

Serão construídos vários entrepostos para depósitos de inflamáveis, cujo custo geral ascende a Cr. \$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) aproximadamente, devendo o serviço ter início imediatamente, pois dois contratos estão em pleno vigor, estando os demais em vias de conclusão.

Não podemos terminar este capítulo relativamente ao problema de viação, sem mencionar, pelo motivo de satisfação que isso representa para todos os paranaenses, o que o Estado obteve em verbas federais para estes serviços, somando um valor de cento e quarenta milhões de cruzeiros, sabendo-se ainda que, para o ano próximo, serão destinadas verbas que ultrapassam duzentos milhões ao mesmo objetivo, a serem empregados, na sua maior parte, no sentido de obter o máximo de eficiência dos nossos serviços ferroviários. Nesse sentido, o Exmo. Sr. Ministro da Viação fez afirmações positivas e um circunstanciado relato no seu expressivo discurso de Jacarèzinho, a 16 de fevereiro do corrente ano, no qual teve oportunidade de dizer: "O orçamento do corrente ano consigna, só na parte relativa ao Ministério da Viação, para aplicação no Estado do Paraná, verbas consideráveis, que totalizam quasi 140 milhões de cruzeiros. E na proposta orçamentária para 1949, as dotações com a mesma finalidade ultrapassam duzentos milhões de cruzeiros. As parcelas de vulto dessas dotações se destinam principalmente à me-

lhoria das condições dos transportes ferroviários e rodoviários em vosso Estado. Sem dúvida que êsses números impressionantes, tradutores do interesse do Governo na solução de vossos mais importantes problemas, refletem também o alto prestígio de que desfrutam, no cenário federal, os deputados e senadores eleitos por êsse Estado e o atual Governo Paranaense".

ENERGIA ELÉTRICA

No campo da eletrificação, na qual, como já se disse, reside potencialmente uma revolução industrial e social, — com o decreto-lei n.º 664, por assim dizer criávamos o serviço de energia elétrica do Estado, estando agora empenhados na constituição do órgão auxiliar do Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica, afim de orientar as atividades do Estado em mais estreita colaboração com os órgãos federais superiores.

Ao mesmo tempo que isso, estamos organizando o planejamento geral. Depois do estudo estatístico que comprovou a existência no Estado de apenas 35.000 K.W. de potência instalada, procedeu-se ao estudo das necessidades imediatas previstas na ordem de cerca de mais 30 000 K.W. e das necessidades num futuro próximo, especialmente ligadas ao desenvolvimento industrial.

Obedecendo às recomendações da Comissão Técnica do planejamento de Energia Elétrica, em seu 2.º Congresso Brasileiro de Energia e Indústria, segundo as quais: “No campo administrativo, a intervenção do Governo dever-se-á processar na ausência da iniciativa particular, que deverá ser fomentada no sentido de promover o estabelecimento, nas diversas regiões do País, das redes de coordenação...”. o Estado do Paraná dividiu o seu território em três sistemas elétricos, o do sul, n.º 1, o do norte, n.º 2, e o do oeste, n.º 3, (veja-se mapa anexo), sendo cada sistema dividido em grupos e cada grupo em centros, afim de melhor acentuar a tendência de uma centralização reguladora para a coordenação das operações de geração e transmissão de energia elétrica, encorajando, ao mesmo tempo, a iniciativa particular, numa demonstração de que está resolvido a solucionar suas necessidades com a maior brevidade possível.

Podemos assim citar as seguintes providências que estão sendo tomadas :

Empresas Elétricas Brasileiras — Curitiba — ampliação de 4.000 K.W.

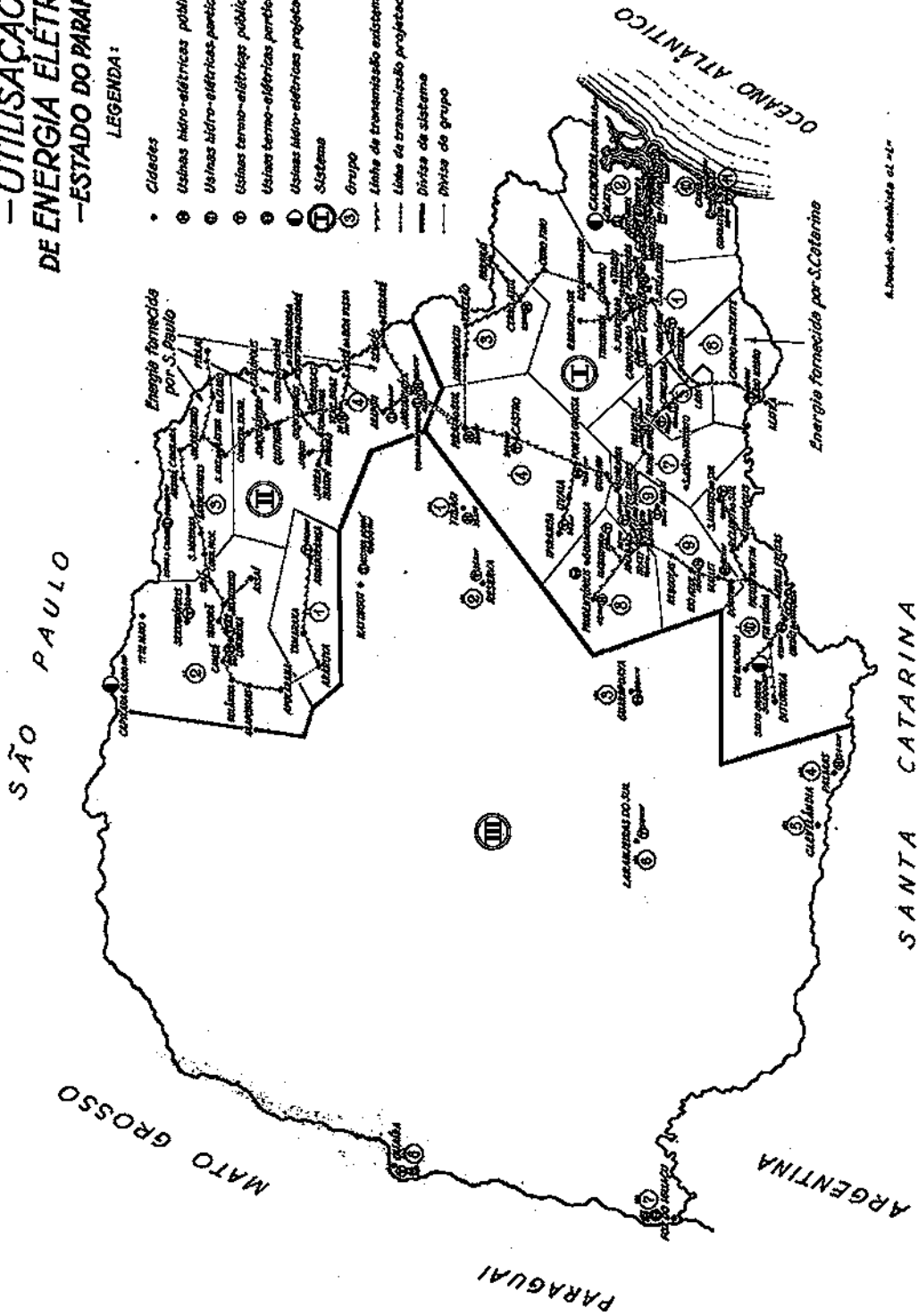
Empresa Elétrica de Londrina S/A. — Norte do Paraná — ampliação de 4.500 K.W. no rio Apucarantina.

Fôrça e Luz de Irati Ltda. — ampliação de 2.000 K.W. no rio dos Patos.

— UTILIZAÇÃO — DE ENERGIA ELÉTRICA NO — ESTADO DO PARANÁ —

LEGENDA:

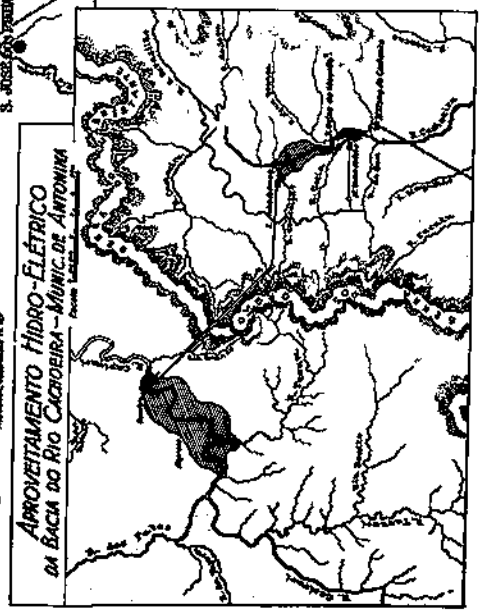
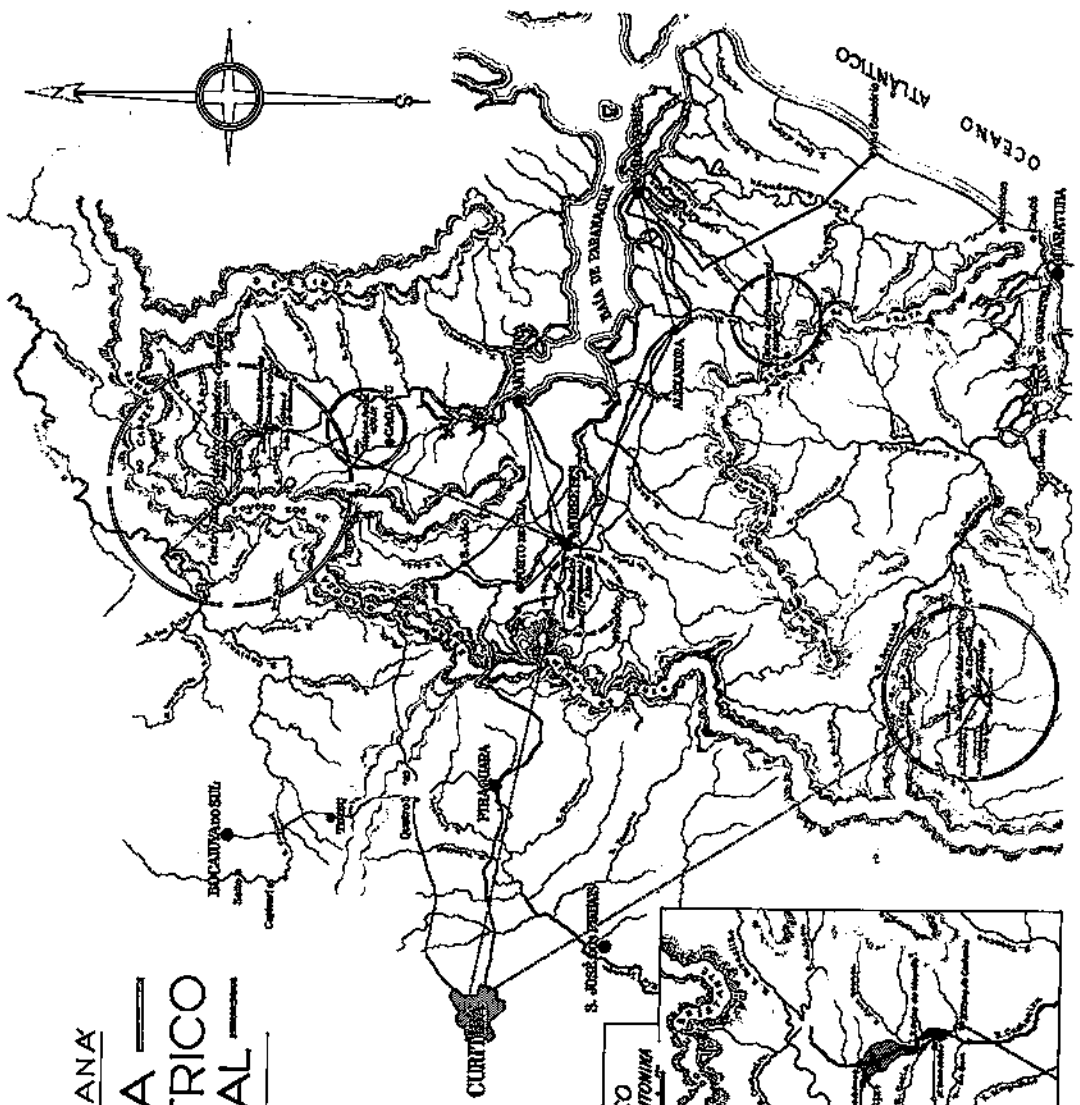
- Cidades
- ① Usinas hidro-elétricas públicas
- ② Usinas hidro-elétricas particulares
- ③ Usinas termo-elétricas públicas
- ④ Usinas termo-elétricas particulares
- ⑤ Usinas hidro-elétricas projetadas
- Ⓜ Sistema
- Ⓝ Grupo
- Linhas de transmissão existentes
- - - Linhas de transmissão projetado
- == Divisa de sistema
- Divisa de grupo



ESTADO DO PARANÁ

SISTEMA
HIDRO-ELÉTRICO
DO LITORAL

- Linhas em atividade
- Linhas em construção
- Linhas projetadas
- Linhas de transmissão



Mapa hidrográfico de 1930

Empresa de Eletricidade Schlemm S/A. — ampliação de 500 K.W. para União da Vitória.

Companhia Prada de Eletricidade — ligação às cidades de Castro e Pirai do Sul.

A Companhia Fôrça e Luz Santa Cruz fornecerá mais energia às cidades de sua zona no norte do Estado.

O Governo do Estado do Paraná obteve do Governo Federal autorização para ligar a cidade de Foz do Iguaçu à usina do rio São João, do Parque Nacional, e está processando o aumento da usina de Paranaguá com mais 600 K.W.

Deu assistência às cidades de Teixeira Soares, Imbituva, Reserva, Sertãoópolis, Uraí, Mandaguari, bem como a outros centros, providenciando a instalação de grupos Diesel-Elétricos removíveis, enquanto se processa o estudo definitivo dos nossos recursos hidráulicos dentro dos vários grupos.

Contando com o decidido apoio do Ministério da Agricultura, em estreita colaboração com Divisão de Águas de Curitiba, será estabelecida em todo o território do Estado a rede de Postos Pluvio-Fluviométricos afim de completar o conhecimento elevamento de todos os recursos hidráulicos.

* * *

Considerando os fatos numa ordem mais fundamental, deve-se levar em conta que o Paraná conta com cerca de 350 quedas exploráveis economicamente, podendo enumerar entre elas a "Sete Quedas", avaliada em cerca de 3.000.000 de H.P., a mais importante do Brasil, e que, com as demais, coloca o Paraná em primeiro lugar na Federação, neste domínio.

Pelas estatísticas em nosso poder a potência instalada no Estado, na época presente, é a seguinte :

K.W. Instalados por EMPRESAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS :		
a) — em usinas hidro-elétricas	K.W.	16.742
b) — fornecidos ao Paraná por usinas fora do Estado (S. Paulo e S. Catarina)	K.W.	2.000
c) — em usinas termo-elétricas	K.W.	2.245
		<hr/>
		20.987
K.W. Instalados para fins PARTICULARES :		
a) — em usinas hidro-elétricas	K.W.	12.980
b) — em usinas termo-elétricas	K.W.	529
c) — em pequenos aproveitamentos	K.W.	200
		<hr/>
Total Geral	K.W.	34.696

O consumo de energia fornecida por empresas públicas, foi de cerca de 100.000.000 (cem milhões) de K.W.h. por ano e, sendo de 330.388 habitantes a população urbana do Paraná, toca para cada habitante da zona urbana cerca de 300 KWh. por ano, cabendo para cada habitante da zona urbana de Curitiba cerca de 400 K.W.h. por ano.

O consumo por habitante no Paraná é calculado em 77 K.W.h. por ano, quando o consumo por habitante em São Paulo, Distrito Federal, Sul do Estado do Rio é calculada em cerca de 130 K.W.h. por ano.

Considerando estas circunstâncias, o Paraná está estudando o projeto para um grande sistema regional de energia elétrica, que fugirá aos interesses exclusivos de uma determinada localidade, para abranger tôdas as localidades de uma determinada zona, devidamente conjugadas. Foi precedido neste esforço para coordenação, pelos sistemas da Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, do Govêrno do Estado do Rio e do Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul.

O Estado, além de encorajar a iniciativa particular, criará em cada sistema poderoso centro produtor de energia hidro-elétrica, para atender à eventual e itensiva industrialização do Estado, bem como para suprir a deficiência, e mesmo a falta pela paralização de qualquer grupo dos dois sistemas projetados.

O desenvolvimento da utilização de energia elétrica no Paraná se processará de forma a obedecer ao esquma do planejamento estudado, as linhas troncos de transmissão deverão apresentar os requisitos técnicos necessários para atender às operações de interligação, dentro do quadro prèviamente traçado.

Com essa preocupação, estamos enfrentando o estudo para a padronização da ciclagem no Estado, afim de tornar possíveis aquelas operações, dentro do espírito das leis federais existentes.

Para suprir as deficiências de energia elétrica do primeiro sistema pretende o Estado aproveitar o centro hidro-elétrico das bacias Capivarí-Cachoeira com potência instalada superior a 250.000 H.P., no município de Antonina e o Salto Grande, no rio Juaçú, a 5 Km. de Porto Almeida, com a potência instalada de ca. 50.000 H.P..

Para o sistema n.º 2, do Norte do Estado, prevê-se o aproveitamento do Salto Capivarí no Rio Paranapanema, município de Porecatú, com a potência instalada de ca. 65.000 H.P..

Afim de atender necessidades imediatas do litoral paranaense, o Estado começou pelo estudo do centro hidro-elétrico Capivarí-Cachoeira, podendo-se esperar que ao ser apresentada esta mensagem, esteja pronto o projeto da primeira parte dêste colossal aproveitamento, relativa à central do Cotia, com a potência instalada de 30.000 H.P.. Completos os estudos da bacia Cachoeira-Capivarí e iniciados os serviços da primeira central do planejamento, o Estado passará em seguida a organizar os projetos da Capivara e Salto Grande.

Passamos a transcrever os principais dados relativos ao aproveitamento hidroelétrico das bacias Capivarí-Cachoeira.

Desde 1913 o município de Curitiba estava empenhado em resolver o problema da falta de energia elétrica na Capital e no litoral do Estado.

Convencidos, na época, de que o aproveitamento do "Salto do Inferno", no rio Capivarí, com a construção de uma central elétrica, era a solução mais completa que se podia dar ao problema, diversos engenheiros foram encarregados de apresentar estudos concretos e definitivos.

Todos os estudos apresentados aconselhavam o aproveitamento do Rio Capivarí, descarregando as águas na usina do mesmo rio. Embora as grandes dificuldades do aproveitamento, relativamente às condições da época, os poderes públicos estavam inclinados para essa solução que poderia permitir a exploração de cerca 30.000 H.P..

Na cláusula 39 do contrato dos Carris elétricos da cidade, entre as Empresas Elétricas Brasileiras e a Municipalidade de Curitiba, foi dada à Empresa uma opção de um ano para a compra do local da energia.

As Empresas Elétricas Brasileiras mandaram fazer estudos completos visando uma comparação com "CHAMINÉ", chegando à conclusão de que, devido às dificuldades de transporte, maior distância de transmissão e o tempo para obter-se a construção, o projeto "CHAMINÉ", tornava-se mais barato e apresentava maiores vantagens.

As terras e os direitos necessários para o aproveitamento do Salto Grande foram então adquiridos pela Prefeitura de Curitiba, pelo preço de 500 mil cruzeiros, pagos em apólices, conforme consta da Escritura pública de 9/12/26 a fls. 391 — livro n.º 1 do Cartório do 3.º Ofício e Notas de Homero F. do Amaral.

Resolvido assim o problema de Curitiba, nenhum estudo subsequente foi realizado.

Foi só mais tarde que apareceu nova idéia para o aproveitamento do rio Capivari: o desvio de suas águas para as vertentes de Antonina, conforme sugestões da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura.

A bacia hidrográfica do rio Capivari, tem uma área aproximada de 1.250 Km². Nasce o rio em direção NE mais ou menos, nas proximidades de Bocaiúva, lançando-se no rio Pardo, logo após a confluência deste com o rio Faxinal. A topografia da quasi totalidade da bacia é muito acidentada.

São afluentes de direita: Ribeirão da Palmeira, Arroio de Campina, Rio do Cerne, Rio Taquari, Rio Bonito, Ribeirão do Tucum, Ribeirão Grande, Ribeirão da Tapinha, do Capeira, Vermelho, do Saltinho, do Marmeleiro do Aracá, do Tucunduva.

São afluentes da esquerda: Rio dos Patos, que tem por afluente o Ribeirão Bom Retiro, Ribeirão das Palmeiras, do André, Arroio das Flores, Arroio da Barra Bonita, Arroio de Urú.

Sobre o aproveitamento do Rio Capivari, encontramos os seguintes estudos:

- 1 — ENG. CARLOS GILLIERON — Abril de 1913
- 2 — ENG. S. ARAKEN DE AZEVEDO COUTINHO e ERNESTO DE MELO FILHO de 1920 a 1925 — BOLETIM N.º 14 — FORÇAS HIDRÁULICAS.
- 3 — BOLETIM N.º 20 DO SERVIÇO GEOLÓGICO E MINERALÓGICO DO BRASIL.
- 4 — J. G. WHITE COMPANY OF LONDON.
Relatório de 24/8/1927, apresentado à SOUTH BRAZILIAN RAILWAY COMPANY.
- 5 — A. E. G. — CIA. SUL AMERICANA DE ELETRICIDADE (1927-1928).
- 6 — S. A. THOMAZ E H. G. STONER.
Relatório de 19/12/1928, baseado na exposição Bodger.

DESCARGAS DO RIO CAPIVARÍ ENCONTRADAS POR DIVERSOS:

Data	Local	Vasão em M3/SEG.	Bacia Hidr. Km2	Autor
1913	Acima do Salto Grande	19.200	1.300	Gillieron
	Salto Grande	9.176	1.250	Govit Eng.º
22-X-924	Acima do Salto Grande	16.750	1.250	Bodger — J. C. White
11-IX-926	Acima do Salto Grande	16.750	1.250	Bodger — J. C. White
10-X-926	Vargem Grande	13.900	1.050	Bodger — J. C. White

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Divisão de Águas - 3.º Distrito - Posto Fluviométrico N.º 68 - Rio Capivarí - Em Praia Grande - Município de Bocaiúva - Estado do Paraná

Início das observações: 20 de agosto de 1930

Área da Bacia Hidrográfica (Km2) 1058

Ano	Mínima	Máxima	Média
1931	7.89	95.58	17.74
1932	7.89	91.50	16.56
1933	6.52	51.36	12.64
1934	6.16	99.66	13.17
1935	6.52	11.50	15.54
1936	6.52	77.05	15.71
1937	7.30	14.12	18.22
1938	9.44	79.45	22.30
1940	7.30	89.48	13.51
1941	7.30	94.36	15.24
1942	8.04	95.99	17.74
1943	7.29	51.73	12.77
1944	6.07	10.71	13.53
1945	6.61	98.03	13.99
1946	7.89	15.28	19.55

Em 5 de janeiro de 1942, o Interventor Federal, Manoel Ribas, solicita assistência técnica ao Ministro da Agricultura, para confecção dos estudos do Salto do Inferno do Rio Capivarí.

Em 20 de fevereiro de 1942, o Ministro da Agricultura, em resposta, comunica que a Divisão de Águas, em 1924, tinha feito um reconhecimento para derivar as águas do Capivarí para as vertentes de Antonina, lançando-as nos vales, ou do rio Cachoeira ou do rio Cacatú.

Afirma o Ministro que, mediante adequada acumulação, será possível dispôr de descarga cerca de três vezes superior à descarga mínima do Capivarí e o aproveitamento de uma queda da ordem de cerca de 700 metros.

Em 23/11/43 o Sr. Manoel Ribas solicita novamente ao Ministério da Agricultura esclarecimento quanto às conclusões a que chegou a Di-

visão de Águas sobre a conveniência do aproveitamento do rio Capivari no local do salto do Inferno ou no desvio para as vertentes de Antonina.

Em 12 de junho de 1945 a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura comunica que foi feito um reconhecimento, partindo do Rio Capivari, perto da Praia, atravessando a Serra do Mar e descendo pelo vale do rio Capivari, até a escala hidrométrica do Limoeiro, situado a uma altitude de 10 metros.

Por esse reconhecimento, verifica-se que o eixo provável dos estudos definitivos deverá ser entre Praia (cota 750,00) e barra do Ribeirão Saci (cota 60), pequeno afluente da margem direita do rio Cachoeira.

A distância entre esses dois pontos é de cerca de 15 kms. e o desnível é da ordem de 690 metros.

O rio Capivari, em Praia, poderá ser regularizado para, aproximadamente, 12 a 15 mts. 3 p/Seg., de modo que, si a usina puder ser localizada na Barra do Saci, a potência permanente será de, aproximadamente, 100.000 HP (cem mil).

De fato, os estudos preliminares determinaram o local para eventual captação do rio Capivari, perto de Praia, a 4 Kms. próximamente abaixo da confluência dos rios Tucum-Capivari, no PRN à cota 758,48. O desvio foi estudado em direção E-O, atravessando a garganta da Serra do Mar, até encontrar a Cachoeira, nas proximidades de suas nascentes, a cerca de 4.500 mts. do ponto de partida no rumo E 25°S.

A cota mais elevada da Serra do Mar, neste percurso, é de 961,51 mts. O levantamento acompanha o rumo do vale do rio Cachoeira, até o RN da régua do Limoeiro à cota 10.

Por este estudo, poder-se-ia aproveitar, no máximo, o salto de 585 mts. compreendido entre as estacas 340 e 450, respectivamente às cotas 735 e 150 e assim mesmo, mediante a construção de importantes obras hidráulicas, como túneis e sifões, num percurso de cerca de 12 Kms. As tubulações forçadas teriam o comprimento de cerca de 3 Kms.

Um novo estudo levado a efeito pela Divisão de Águas para o aproveitamento do rio Capivari tem o mesmo ponto de partida do primeiro e o acompanha até a estaca 15. Deixa o primeiro à esquerda, seguindo o rumo médio 081°N até a estaca 157. Desta partem dois levantamentos, um em demanda ao vale do rio Cotia, até a sua confluência com o rio Cachoeira, e o outro até encontrar o vale do rio Conceição, até a estaca 69, correspondente à cota 795.

A cota mais elevada da Serra do Mar, neste percurso, é de 1.173 metros.

Por este novo estudo, as obras hidráulicas apresentam um vulto bem menor, reduzindo-se a um único túnel, tanto em demanda do vale do Cotia como em demanda do vale do Conceição. No primeiro caso, temos o comprimento de cerca de 7.200 mts., no segundo o de 6.300 mts., e as tubulações forçadas respectivamente cerca de 5.000 mts. e 4.000 mts.

Tanto num caso como no outro, as águas do rio Capivari descarregarão num ponto próximo possivelmente às respectivas confluências com o rio Cachoeira, e a uma cota tal que se torne possível novo aproveitamento futuro do Capivari, cuja usina poderá ser a ampliação das usinas parciais do Conceição ou do Cotia.

Entretanto, temos a considerar o aproveitamento da bacia do Cachoeira.

A principal nascente do Rio do Meio se une à de São Sebastião, que lhe chega pela esquerda, formando o Cachoeira.

O Rio do Meio, o São Sebastião, o Cachoeira, o Jacuí, o Conceição, o Cotia e o Saci, entre os principais da bacia, oferecem fortíssimos declives, constituindo cada um deles um aproveitamento hidro-elétrico de elevado valor apresentando-se assim o problema da coordenação entre os vários recursos da bacia do Cachoeira ligados entre si, e em relação ao futuro aproveitamento do Capivari.

Rio Cachoeira:

A bacia hidro-gráfica do rio Cachoeira, acha-se em sua totalidade, no município de Antonina.

O rio Cachoeira, tem 5 nascentes, sendo a principal denominada "Rio do Meio" e seu percurso é de cerca de 54 Kms. As cotas de suas cabeceiras variam entre 1.200 a 1.400 metros.

Na zona que interessa, os afluentes principais da margem direita são: Rios da Conceição, Cotia, Bairro Alto e Saci.

Da margem esquerda: São Sebastião, Jacú e Água Branca.

A bacia hidrográfica do rio Cachoeira, acima do ponto de aproveitamento, é de cerca de 193.600 Km².

Medições das vazões do rio Cachoeira em Limoeiro

Ano	Mínima	Média	Máxima	Ponta máxima em m ³ .
31	7,02	19,26	100,4	
32	7,02	16,30	86,56	
33	—	—	—	
34	8,70	17,35	87,75	
35	7,34	18,49	90,92	
36	7,18	16,63	83,81	
37	7,86	22,44	106,0	
38	10,28	26,29	78,85	
39	7,86	20,96	91,31	
40	8,22	19,87	82,67	
41	8,04	20,89	90,92	
42	9,00	21,67	98,80	300,00

A idéia mais simples da descarga do Capivari num ponto do Cachoeira que torne possível nova captação com um segundo aproveitamento de todos os recursos da bacia do Cachoeira, enriquecida pelas águas do Capivari, não é exequível economicamente.

O problema poderia ser assim apresentado:

- 1.) — Projeter uma barragem na garganta Mourão (cota do leito 95), do rio Cachoeira, logo a montante da confluência do rio Cotia, criando a única bacia hidráulica que o rio Cachoeira oferece. Com 50 mts. de altura, a capacidade será de cerca de 24.000.000 m³; com 60 mts. cerca de 40.000.000 m³. O reservatório receberá também as águas de descarga do

rio Capivari, no vale do Conceição e permitirá a construção de usina relativa, num ponto do vale da Água Branca, que oferecerá relevante economia de conduto forçado sem perda da cota.

Assim as águas Capivari-Cachoeira seriam lançadas no vale do Água Branca (cota 75), com insignificantes obras de adução, 300 mts. de túnel, e com tubulação de pequeno comprimento — 280 mts. O desnível aproveitado dependerá da altura da barragem Mourão.

- 2.º) — Construção de pequena barragem no Cachoeira, até cota 75, a jusante da confluência do Água Branca. Adução pela margem esquerda, jogando as águas na planície, atrás do Morro do Saci, aproveitando todo o resto do desnível do rio Cachoeira, com a abertura do canal de descarga até a confluência do rio da Areia (cota 25). O provável canal de adução terá, no máximo, o comprimento de cerca de 1.400 mts., em terreno sólido, e a tubulação forçada cerca de 300 metros.
- 3.º) — Os afluentes já citados antes de serem lançados nas bacias acima, podem ser, entretanto, integralmente aproveitados, permitindo a construção de outra usina com descarga na represa Mourão, Água Branca ou no rio da Areia.

Esta última solução deve ser posta de lado, por motivos topográficos e econômicos, ficando a alternativa dos dois primeiros casos.

O planejamento coordena assim a totalidade dos recursos hidráulicos da bacia do Capivari e Cachoeira, oferecendo o projeto de um dos maiores aproveitamentos hidráulicos do País, que poderá ser assim descrito:

- 1.º) — Central do Conceição, aproveitando o grande Salto do rio Capivari, rumo ao vale do Carniça, depois de regularizada sua vazão com grande reservatório de acumulação na bacia do Capivari.
- 2.º) — Central Mourão aproveitando as águas de descarga da usina acima e regularizadas com outra represa de acumulação, mediante a construção de barragens na garganta Mourão.
- 3.º) — Central do Cotia, utilizando as águas do Cotia ao Saci, rios Conceição, do Meio e São Sebastião.
- 4.º) — Central do Cachoeira, utilizando todas as águas de descarga das 3 usinas acima, sob um desnível de cerca de 50 mts., com a construção de barragem a jusante da confluência do Água Branca e usina atrás do Morro do Saci, na margem esquerda do Cachoeira.

A sua realização será por etapas, de acordo com as exigências e possibilidades econômicas. As atuais necessidades de caráter inadiável abrangem a zona do litoral paranaense, Morretes, Antonina e Paranaguá.

O fornecimento complementar à cidade de Curitiba é previsto para dentro de uns anos, pois as Empresas Elétricas Brasileiras estão providenciando o reforço de suas instalações hidro-elétricas.

Ao Governo do Estado, para a zona do litoral, tinha sido apresentado um projeto de usina com a potência instalada de 5.200 HP., julgada suficiente durante 5 a 7 anos, pelas justificações constantes do relatório relativo, da Companhia Construtora Nacional S/A.

Qualquer aproveitamento parcial dentro do planejamento traçado, permitirá uma potência instalada algo superior à acima prevista e a respectiva realização, com referência a sua execução, obedecerá ao critério seguinte:

As quatro centrais estarão dentro de uma zona cuja extensão máxima é de apenas 4 quilômetros, tornando-se assim fácil a manobra automática de algumas delas, e a inter-ligação para o seu funcionamento em paralelo.

A central do Conceição depende de estudos mais profundos e detalhados que levam algum tempo. A sua execução, embora por etapas, importará, desde o início, na aplicação de elevado capital, e diversos anos de trabalho.

A central do Mourão na Água Branca, além de depender das obras do desvio do rio Capivarí, importa na construção de importante barragem na garganta Mourão do rio Cachoeira. Estudos minuciosos se tornam necessários e depende ainda de estudos geológicos.

A potência total da central do Cachoeira está estritamente ligada à execução dos aproveitamentos acima especificados.

A solução lógica imediata, se apresenta, pois, naturalmente, com a construção da central do Cotia.

A sua potência não depende da execução de nenhuma central do Cachoeira, independente do desvio do Capivarí e sua potência instalada pode alcançar limites algo superiores ao necessário durante vários anos. Suas obras hidráulicas dispensam a construção de barragens elevadas, e a execução relativa permite a elevação progressiva da potência instalada até seu limite máximo, de acordo com as possibilidades e as exigências da procura.

A segunda parte dos estudos deverá, a nosso modo de vêr, estar orientada no aproveitamento do Capivarí, pois apresenta a maior solução concentrada, ficando para uma terceira fase os estudos do aproveitamento do resto da bacia do Cachoeira, pois seu aproveitamento está estritamente ligado ao desvio do Capivarí.

Fixado assim, cronologicamente, o aproveitamento das bacias do Capivarí e Cachoeira, transcrevemos os dados principais da central do Cotia:

Desnível bruto máximo	mts.	389,50
Vasão máxima aproveitável	m ³	8.534
Potência contínua	HP	15.250
Potência instalada com fator de carga 0,5	HP	30.000
2 Tubulações forçadas em chapa de aço com 2.388 mts. cada. Diâmetros 1,40 - 1,35 - 1,30 mts.		
4 Grupos Turbina-alternador - rotações ca. 750 p/minuto. Potência das turbinas 7.500 HP. Potência dos geradores 6.250 K.V.A. com cos f; 5.000 KW. com cos f = 0,8 — 6.600 volts, 3 fases — 50 ciclos 750 R.P.M., completos com excitadores e acessórios padrão.		

- 1 Aparelhagem de comando interno
- 1 " " " externo
- 4 Transformadores elevadores cada de 6.250 K.V.A. 3 fases — 50 ciclos 6.600/69.000 volts com 4 variações de 2,5%
- 1 Sub-estação de Morretes com 2 transformadores abaixadores trifásicos de 1.000 K.V.A. cada 66.600/11.000 volts — 50 ciclos com duas saídas de linha de transmissão duplas de 66 K.V. completo com estrutura de aço galvanizado para o equipamento externo.
- 1 Aparelhagem de comando interno
- 1 Transformador de serviço de 50 K.V.A.
- 1 Sub-Estação de Paranaguá com 2 transformadores de 2.500 K.V.A. trifásicos 50 ciclos 66.600/11.000 volts, 50 ciclos. O resto idem como acima.
- 1 Sub-Estação de Antonina com 2 transformadores trifásicos de 1.500 K.V.A. 66.600/11.000 volts, 50 ciclos. O resto idem como acima.
- 3 Linhas de transmissão duplas de 66 K.V. com fio terra.
Cotia — Morretes 30 Km. em cobre nú n.º 00 B & S.
Morretes — Paranaguá 36 Km. cobre nú n.º 2 B & S.
Morretes — Antonina 14 Km. cobre nú n.º 4 B & S.
- 400 torres de ferro perfilado e galvanizado 2.400 isoladores "Locke" para 66 K.V.
- 5 Estações telefônicas sistema "Carrier" utilizando as linhas de alta tensão 66 K.V.

BRACOS E MÃO DE OBRA PARA A PRODUÇÃO — COLONIZAÇÃO

Considerando o nosso sensível "déficit" demográfico e o fato de que a população é um dos fatores fundamentais ao progresso, e procurando dar ao problema, também aqui, uma solução que fugisse das soluções parciais, obtivemos do Conselho Administrativo do Estado autorização para criar a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização.

Ela ainda não chegou à sua constituição e funcionamento porque foi necessário, depois do decreto-lei que autorizou a sua instituição, obter autorização para a constituição do seu patrimônio, como foi necessária a satisfação de outras exigências normais para a constituição de sociedades desta natureza, estando o processado, já encaminhado no período legislativo anterior, pendente de aprovação final, por parte dessa respeitável Assembléa Legislativa. E, enquanto se processavam os passos para o definitivo estabelecimento da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, providenciámos a resolução dos problemas mais imediatos de colonização que surgiam no dia a dia da administração, independentemente dos trabalhos já de rotina neste sector. Assim é que aproveitamos a oportunidade e trouxemos para o Paraná quasi um milhar de imigrantes ucranios e poloneses, que o Brasil recebera em virtude de acôrdo internacional para a colocação de deslocados da guerra. Os elementos que trouxemos para o nosso Estado estão trabalhando conosco honestamente, a maioria em nossos campos de agricultura.

Do mesmo modo, o difficil problema dos chamados intrusos, no norte do Estado, mereceu a nossa mais cuidada atenção e cremos ter agido sempre com o maior acêrto, mau grado não podermos ainda considerar completamente resolvidos os problemas que lhe estão ligados, apesar de já estarem numerosas familias daqueles chamados intrusos definitivamente localizadas, enquanto o trabalho prossegue com a urgência que nos é possível.

O caso, como se sabe, é que, como decorrência da grande valorização, posta em evidência posteriormente à penetração da ferrovia São Paulo-Paraná, as terras róxas do setentrião paranaense foram ponto de atração de quantos previram o futuro que lhes estava reservado.

Para corresponder a essa expectativa de colonização, que se offerecia espontânea, administrações que nos precederam determinaram o immediato parcelamento em lotes de grandes áreas devolutas, concorrendo a

fertilidade inegalável dessas terras, a sua ótima situação e os valores módicos para a sua venda, para que numerosos fôsem os interessados, cujos requerimentos atingiram a algumas dezenas de milhares e para que a fama dessas prodigiosas glebas agrícolas transpuzesse as regiões lindeiras do Estado, provocando um afluxo jamais registado de elementos humanos.

Estabeleceu-se uma verdadeira corrida para o norte e noroeste paranaense e, por tal forma vultosa, que impossível se tornou à administração atender de pronto a tantos interessados, mercê da falta de aparelhamento do quadro exíguo do pessoal para situação tão imprevista, agravada com a escassez de profissionais, pela ausência de verbas, em época de guerra, dificultada ainda pela morosidade imperativa de extensos trabalhos demarcatórios em sertões onde não havia recursos e onde a mataria tropical exuberante constituia impecilho à presteza dos exaustivos serviços projetados que compreendiam: a discriminação de longos perímetros, o levantamento das águas internas, o parcelamento em lotes, a construção das estradas gerais e vicinais de acesso, o estabelecimento de escolas, hotéis, hospitais, casas de administração, etc.

Verificou-se então o que não estava previsto: — a intrusão. Bons e máus elementos, atraídos os primeiros pela fama de fertilidade das terras rôxas paranaenses e, os segundos pela facilidade dos negócios, deixaram os rincões de origem em S. Paulo e Minas Gerais e vieram juntamente com muitos aventureiros, apossar-se abruptamente das melhores terras devolutas do Estado, assentando benfeitorias provisórias, desordenadamente as mais das vezes, em terras já tituladas ou comprometidas.

Tal irregularidade, que vinha crear sérios embaraços à administração, contrariando o art. 34 do Regulamento de Terras aprovado pelo decreto n.º 1 A de 8 de Abril de 1893 que proibiu a invasão das terras públicas, originou providências de tôda a ordem para que ampliada fôsse a fiscalização, com policiamento enérgico, cerceador de novas intrusões.

Ineficazes não obstante foram as medidas tomadas, já em face das grandes extensões de áreas a fiscalizar, já por efeito da incerteza e da multiplicidade de diretrizes de administrações que se sucederam em curtos e sucessivos interregnos interventoriais.

A intrusão alcançou então o auge em que a veio encontrar o meu governo, quando a estatística identificou aproximadamente duas mil famílias localizadas em terras do Estado, das quais muitas já transferidas por títulos de domínio a terceiros e outras oneradas por compromissos que a administração assumiu.

Fiel ao princípio de que as terras agrícolas devem ser destinadas àqueles que se proponham torná-las produtivas pelo trabalho, não tive-
mos dúvidas em aconselhar uma solução justa, equitativa e humana para o caso dos intrusos, já que o problema se apresentava com aspecto de amplas proporções e se tornava um verdadeiro caso social que cumpria resolver a bem da coletividade.

Assim, determinamos que se procedesse a um levantamento aferidor da posição real dos ocupantes e da situação jurídica das terras ocupadas, afim de resolver de imediato a legalização da ocupação quando se tratasse de terras de livre domínio público e estudar-se a solução dos casos outros verificados sobre terras de domínio privado ou que estivessem sob os onus de compromissos assumidos pela administração pública.

Devemos esclarecer que a maioria das intrusões se verificou na região da ex-concessão A. Alves de Almeida, em cuja área títulos de propriedade foram expedidos pelo Estado e em tempo revalidado por força do que dispôs o art. 3.º do decreto n.º 1495 de 15 de junho de 1934 que declarou caduca aquela concessão.

Assumiu assim o Estado o compromisso de respeitar uma área que, somada, atinge a mais de 40.000 hectares, sob pena de sujeitar-se ao onus da evicção, caso seja forçado ao não cumprimento das obrigações assumidas, com prejuízos incalculáveis para o erário.

Deante disso, somente uma solução racional, humana e justa se apresentava: a localização dos intrusos em outras terras.

Não obstante, para que essa iniciativa não acarrete prejuízos maiores aos atuais posseiros, atenda aos seus interesses, concomitantemente com os próprios interesses do Estado, fazem-se necessárias as providências seguintes:

- 1.º — Redução por decreto da área reservada como floresta protetora na região noroeste do Estado, para a obtenção de uma gleba com a extensão de 50.000 hectares que seria destinada à localização de 2.000 famílias de intrusos, em lotes de 25 hectares para cada família.
- 2.º — Abertura de um crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 para medição e demarcação do perímetro, levantamento das águas in-ternas; parcelamento e locação de lotes; construção das estradas gerais e vicinais de acesso; de uma casa rústica em cada lote; de casas para administração, armazem de fornecimento, escolas, etc.
- 3.º — Elaboração de uma lei que faculte aos intrusos ocupantes o pagamento dos lotes adquiridos pelo sistema de prestações anuais no prazo máximo de 10 anos, ficando o lote e as respectivas benfeitorias como garantias do Estado.

Autorizadas essas medidas, o Estado estabeleceria um sistema racional de colonização para aqueles ocupantes nacionais, custeando-lhes o transporte das famílias e das bagagens e ferramentas para o novo local, provendo-lhes o fornecimento de mantimento, despezas essas que seriam computadas no valor total do lote, com moradia, a ser pago em prestações, suavemente, após a primeira colheita.

Problema correlato, é o da venda das terras devolutas do Estado.

A valorização da gleba, decorrente de uma procura jamais registrada, fez com que no ano passado 4.991 petições fossem recebidas e informadas pelo órgão que, no Estado, superintende os serviços de terras e esse total a muito mais se elevaria não fora a interdição das regiões norte e noroeste com a suspensão da entrada de novas petições, motivada pela necessidade de se promover a um tombamento aferidor das áreas disponíveis.

Esse interesse geral pela aquisição de terras contribuiu para congestionar os serviços de discriminação no Departamento de Geografia, Terras e Colonização, mercê da escassez de profissionais e de um aparelhamento condizente com o vulto extraordinário dos trabalhos.

Também a exiguidade das verbas disponíveis concorre para que não seja atendido o serviço demarcatório à altura das necessidades do momento.

Sendo as medições de terras custeadas pelas partes interessadas, não se justifica que as taxas correspondentes sejam incorporadas à arrecadação geral e como, na realidade, se trate de depósitos com aplicação especial, acertado seria que uma lei autorizasse o seu recolhimento ao erário sob esse título, afim de que fôsem possibilitados os meios para intensificação dos serviços demarcatórios, com vantagens múltiplas para as partes e para o próprio Estado.

— No intuito de ver regularizada a situação de ocupantes de terras que fundamentavam os seus direitos em escrituras de compra e venda sem base em títulos legítimos, o meu governo procurou sanar essa lacuna encaminhando a essa colenda Assembléia Legislativa um ante-projeto que teve a honra de ver transformado em lei já devidamente sancionada.

Como decorrência dêsse dispositivo legal, as posses com cultura efetiva e morada habitual, mantidas por mais de 20 anos ininterruptos, sobre terras de domínio público estadual, habilitam os seus detentores à obtenção de um título de domínio pleno, por doação, desde que sobre as mesmas terras incidam escrituras públicas de compra e venda ou documentos hábeis de sucessão hereditária.

C R É D I T O

No sector do crédito, dada a sábia política que o nosso sistema bancário foi levado a adotar, por inspiração do govê.no federal, com o objetivo de conter a espiral inflacionista, a nossa atitude havia de ser apenas a de vigiar para que a aplicação do regime de restrições não chegasse a prejudicar o desenvolvimento normal da nossa vida econômica e a asfixiar o nosso tão altamente promissor surto de produção. E, assim, reiteradamente estivemos intervindo, pleiteando a revisão de certos pontos de vista, relativos sobretudo aos índices das aplicações dos bancos em nossas praças.

De outra parte, por empenho dueto nosso, foi possível obter para a produção do Paraná os créditos seguintes, da maior significação: três milhões de cruzeiros para os produtos de mate, através de sua cooperativa, para a qual estamos pleiteando mais dez milhões de cruzeiros por intermédio do Banco do Brasil; a compra de cambiais pelo mesmo Banco, para a exportação de Mate para o Chile até o limite de US\$ 2.000.000 (dois milhões de dolares); o financiamento de Cr. \$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) por parte do IAPIC, para a aquisição de pneumáticos, operação esta da qual damos, no apêndice, mais circunstanciado relato.

Temos de lamentar, e isso profundamente, a falta de aplicação do chamado Plano de emergência, no ano último, em nosso Estado. O caso é que, pelo decreto-lei federal n.º 9879, de 16 de setembro de 1946, ficou o Banco do Brasil autorizado a assegurar, pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e gêneros de primeira necessidade, de produção nacional, da safra de 1946/1947, nas seguintes modalidades:

- a — financiamento até o limite de 80 % do preço FOB; e
- b — aquisição do produto em bases que não ultrapassem o preço FOB.

Assim, instalamos, no norte do Estado, e com a colaboração de armazens particulares, u'a rede de armazens com a capacidade para 800.000 sacos de cereais, devidamente aparelhados com as respectivas câmaras de expurgo, para assegurar a perfeita conservação da mercadoria que viesse a ser depositada.

Ao mesmo tempo, fazia-se uma campanha, desenvolvida junto ao meio da produção, demonstrando a conveniência da garantia dos preços mínimos estabelecidos aos cereais por aquêlê decreto-lei. Apesar de tudo isso, ficaram as agências do Banco do Brasil no norte do Estado a depender das inst. uções para o financiamento ou aquisição da Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Fazenda, as quais, lamentavelmente, só foram recebidas em 30 de setembro, época, portanto, completamente inoportuna, pois verificando-se o início das nossas colheitas naquela região a partir do mês de abril, não seria nem mesmo concebível que o lavrador pudesse reter o seu produto até aquela data, — razão essa, pois, de não ter sido executado o financiamento de cereais e gêneros de primeira necessidade, pelo Plano de Emergência, da safra 1946/1947.

No que se refere à ação direta do Estado no sector do crédito, devemos referir a medida fundamental da reforma do Banco do Estado do Paraná, com o aumento do seu capital de Cr.\$ 30.000.000,00 para Cr.\$ 100.000.000,00 a ser realizado em duas etapas, atingindo-se na primeira a Cr.\$ 60.000.000,00. Paralelamente a isso, e completando o sentido dessa medida, criamos, no mesmo Banco, a sua Carteira de Crédito Agrícola.

O financiamento da produção apresenta, porém, aspectos que desejamos considerar aqui, para a justificação da nossa orientação a êsse respeito.

Principalmente o pequeno lavrador se ressentido de recursos em dinheiro na época da "entre safra" e não se pode livrar do crédito oferecido pelos comerciantes e fornecedores de gêneros de primeira necessidade de que depende a subsistência da família ou dos trabalhadores empregados.

O escasso crédito concedido por êstes comerciantes ainda é reduzido pelos preços impostos nas compras, e a futura safra fica de tal modo empenhada na mão dêstes intermediários, que o lavrador nunca se pode livrar dêste sistema de financiamento, eternamente endividado, sem possibilidade de aumentar sua lavoura e ampliar as suas áreas de cultura. Com a intensificação do cooperativismo, porém, parece possível haver melhora na situação do pequeno produtor; entretanto, as cooperativas, não possuindo fundos, nem financiamento, não alteram, em absoluto, a situação.

A assistência da cooperativa, que não dispõe de fundos suficientes para movimentar o crédito exigido pelo produtor, não estando assim aparelhada para centralizar, beneficiar e valorizar as safras dos seus associados, não passa de um instrumento de valor relativo e sem potência real no âmbito da produção.

Por mais que o fomento agro-pecuário tome medidas e se esforce com a venda de sementes e aparelhamento ao preço de custo; por mais que a assistência dos órgãos federais e estaduais oriente e fiscalize a lavoura e a pecuária, em nada se altera a situação econômica do produtor, si não lhe fôr proporcionada independência dos intermediários, que são os verdadeiros causadores da pobreza do lavrador e os principais obstáculos indiretos para um aumento de produção.

As normas e condições atualmente em vigor para a concessão de créditos ao produtor são proibitivas para o pequeno lavrador.

São de molde exclusivamente comercial e visam os interesses bancários mais do que o progresso da produção e o bem-estar do indivíduo. Não resta dúvida de que as instituições bancárias não podem financiar em larga escala, sem garantias concretas.

De outra parte, os pequenos financiamentos em milhares de parcelas são inexecutáveis, para qualquer carteira de crédito bancário. As garantias baseadas em safras são demasiadamente fracas para permitir o financiamento direto ao pequeno lavrador.

Os riscos do tempo, pragas, etc., sem seguro possível, a falta de maquinários de beneficiamento, escassez de transporte, braços, são os fatores essenciais contra a realização do financiamento ao produtor em maior escala.

As vendas de sementes, maquinários e aparelhamento, mesmo a preços de custo, não resolvem o problema do lavrador.

Para os gêneros de primeira necessidade, principal objeto de produção, como: arroz, feijão, milho, hortaliças, frutas, parcialmente café, erva, algodão, etc., e, no setor de pecuária, tôdas as espécies de animais são regulados os preços mínimos, sem que este princípio seja aplicado através de preços máximos para a aquisição dos meios necessários ao produtor.

Eis uma das razões que explicam a atual diminuição da produção da lavoura e das indústrias.

O grande potencial produtivo da nossa economia não é fruto da produção dos latifundiários e sim da massa do pequeno lavrador.

O desequilíbrio entre o custeio do produto e a valorização comercial diminui, apenas, os lucros do grande produtor, mas estrangula a ação do pequeno lavrador sem recursos para obter fomento e financiamento.

O princípio básico para o desenvolvimento da produção, é, sem dúvida, a inversão de capital, custe o que custar.

Os recursos reservados aos Governos para o fomento da produção não devem ser objeto do comércio, nem tão pouco distribuídos de preferência ao grande produtor de recursos consolidados.

Este pode procurar meios, com as garantias imobiliárias que possuir individualmente, nas instituições bancárias, embora possa gozar, com restrições, dos benefícios do fomento governamental.

Este fomento deve beneficiar o pequeno produtor por intermédio do cooperativismo organizado e em condições de trabalho, a longo prazo, dentro de planos preestabelecidos.

Baseados em estatísticas da produção agrícola e tributária, possui o Estado cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) propriedades, das quais 90% de pequenos produtores de colônias.

Existem 16 (dezesseis) cooperativas agro-pecuárias, com 3.576 (três mil quinhentos e setenta e seis) associados e 11 (onze) cooperativas de Indústrias Extrativas — (mate) com 4.749 (quatro mil setecentos e quarenta e nove) sócios. Como se vê um número bem reduzido, quando se leva em conta a existência de cerca 400 (quatrocentos) colônias, na maioria emancipadas, agro-pecuárias, que "vegetam", penosamente, sem fomento e assistência financeira. Tendo cada colônia na média 250 proprietários rurais, ou sejam 100.000 (cem mil) trabalhadores rurais com suas famílias, é de fácil compreensão a importância do "amparo orga-

nizado" e direto das Cooperativas. A entrosagem do fomento e do financiamento, — com a assistência e orientação técnica em lugares bem localizados, daria ao cooperativismo o impulso de força de que o mesmo, até hoje, se ressentia. A confiança do lavrador em tais empreendimentos não pôde ser "comprada" com cartazes e folhetos, nem com conferências e doutrinação.

São os elementos reais e práticos, palpáveis e por isso convincentes, que chamarão os nossos proprietários rurais às fileiras das cooperativas.

O problema da distribuição do fomento de modo justo e equitativo somente pode ser resolvido pelo cooperativismo.

A fiscalização de execução dos contratos e a fiel aplicação do financiamento seriam regulamentados e executados pelos órgãos dos Governos, existentes ou a criar.

Somente com a entrosagem de todos os elementos será possível o trabalho metódico e racional de conseguir-se a elevação da produção com a urgência clamada pela situação econômica e produtiva do país.

A ação isolada do fomento e do financiamento, fracassaria no seu objetivo principal, que deve ser o da assistência à coletividade.

Tais são os planos que pensamos levar a execução como parte fundamental de nosso programa de fomento da produção.

POLÍTICA SOCIAL

POLÍTICA SOCIAL

A política social do nosso govêrno está orientada pelos termos de nossa plataforma: "Um dos sentidos do nosso programa é a idéia de melhorar a vida para um número crescentemente maior dentro do Paraná". E, considerando especialmente as dificuldades atuais:

"Com esforço e com tenacidade, havemos de superar as dificuldades que afligem o povo, e havemos de dar ao povo uma vida mais tranquila e mais humana".

No dia em que assumíamos o govêrno, trazíamos conosco uma relação dos problemas que deveríamos atacar ainda no primeiro dia, e atacar enérgicamente, pois os considerávamos com a significação alarmante das pragas.

Entre êsses problemas colocáramos os que se referiam à alimentação do povo em primeiro lugar. Nesse dia, iniciei, com êste objetivo, uma batalha e a continuo ininterruptamente, até agora. Sabia que as dificuldades a vencer seriam grandes, e por isso dissera que elas exigiriam de nós esforço e tenacidade. Temos empenhado todo o nosso esforço e temos sabido perseverar.

Seria impossível historiar aqui êsses esforços, que por assim dizer se renovam diariamente. Apenas referir tôdas as entrevistas que tenho tido neste sentido com os interessados, já seria demasiado longo. Chamei-os a conversar comigo e fui ter com êles, onde estivessem, nessa verdadeira luta pela alimentação do povo.

Os resultados não serão grandes, mas são certos, e isso até os nossos adversários terão de nos conceder. Quando assumimos o govêrno, campejava à solta o regime do câmbio negro nas utilidades de primeira necessidade e os preços eram cada dia mais altos. Tem todos de reconhecer que essa situação já hoje não é a mesma. O ambiente do comércio das cousas de primeira necessidade, ainda que não tenha chegado a uma situação ideal, apresenta ao menos estabilidade e regularidade. O nível dos preços mantem-se normalmente. Si o confrontarmos com o dos dias em que assumimos o govêrno, veremos que é sensivelmente o mesmo. Não conseguimos baixá-lo, mas pudemos detê-lo, pelo menos em grande parte.

É certo que nem tudo dessa melhoria podemos atribuir ao nosso esforço, nem desejamos que isso nos seja atribuído. Reinvidicamos, para nós, porém, a constância em atender ao problema e a energia em enfrentá-lo quando foi necessário.

Procuramos atender, não só a que êsses gêneros de alimentação comum não tivessem os seus preços alterados, como, igualmente, tivemos cuidado de que êles não faltassem no mercado, e isso às vezes não foi simples, nas condições por que passou o abastecimento do país. Em todo o caso, temos feito o que nos tem sido possível.

Na verdade, as medidas tomadas diariamente, com esta preocupação, chegam a constituir como uma rotina de governo nessa batalha que eu considero fundamental.

Ao mesmo tempo que isso, e agora não mais para atendermos às necessidades da média, do normal da população, mas para atender ao problema do pauperrismo, criamos, ao criar a Secretária de Saúde e Assistência, um organismo de serviço social no Estado, cumprindo, assim, o que prometêramos em nossa plataforma de governo, quando dizíamos: "E, por fim, uma vez que tudo está relacionado com a elevação do nível de vida do homem de nossa terra, — como atividade complementar e necessária, — havemos de promover a organização oficial da instituição do Serviço Social. Derivado dos princípios cristãos da nossa vida, tem sido definido como a caridade cientificamente organizada".

Sabemos bem que o problema do pauperismo não se pode resolver por êsse caminho. Ficou bem dito que se tratava de uma atividade, ainda que necessária, contudo complementar apenas.

O Departamento de Assistência Social tem por finalidade supervisionar e orientar todo o serviço de assistência e proteção social no Estado do Paraná.

Organiza-se em duas ordens fundamentais de atividades: o serviço dos casos individuais e o serviço dos casos coletivos.

O primeiro compreende o serviço social dos menores delinquentes e abandonados; o serviço social dos desvalidos; o serviço social dos inválidos; o serviço social da velhice; o serviço social dos mendigos; o serviço social dos trabalhadores; o serviço social dos egressos de hospitais e prisões; o serviço social da família.

Visivelmente não é aqui o lugar de fazermos uma exposição do que devem vir a ser tais serviços, de vez que isso nos levaria a questões técnicas que, por motivos evidentes, não cabem em uma mensagem desta natureza. Mas, mesmo assim, a simples enunciação da natureza dos serviços parece-nos que deve permitir que se aquilate a importância de tal organização, que, naturalmente, não pode também produzir seus frutos imediatamente, nem atingir desde o primeiro momento a plenitude de seu desenvolvimento e eficiência.

O serviço social dos casos coletivos visa a orientação, supervisão e intercâmbio entre as obras sociais e o Departamento, bem como a colaboração das obras entre si.

Para os novos serviços, aos quais, como dissemos, atribuímos uma importância fundamental, fizemos, desde logo, abrir um crédito de um milhão de cruzeiros e a êle destinamos as rendas de uma taxa de assistência social a incidir sobre as bebidas alcoólicas, que fizemos instituir. (Dec. lei n.º 666 de 5/7/47).

Com a criação do Departamento de Assistência Social ficou o Paraná sendo um dos primeiros Estados que adotou, no Brasil, oficialmente, a instituição do Serviço Social.

Naturalmente, a implantação de um serviço praticamente desconhecido em nosso meio apresentaria inúmeras dificuldades, sendo as de maior vulto construir a rotina dos trabalhos e preparar o pessoal, que precisa possuir uma apurada formação para uma técnica complexa, como seja a de tratar com os desajustamentos humanos no meio social e procurar as readaptações necessárias.

A rotina dos trabalhos, porém, já está constituída e se vai dia a dia aperfeiçoando, e temos empreendido eficientes esforços para a formação técnica do pessoal, tendo, para isso, ainda recentemente, feito realizar um curso intensivo de auxiliares de assistente social.

Para dar uma idéia do que está o Departamento realizando, referíamos, por exemplo, que até o presente momento já matriculamos, na Divisão dos Casos Individuais, 920 casos dos quais 100 foram socorridos imediatamente em virtude da necessidade extrema; 70 foram arquivados por não estarem dentro da alçada do Departamento e os demais foram encaminhados para a visita domiciliar e estudo técnico, para determinação do adequado processo de reajustamento. Ao mesmo tempo, estando a cargo do Departamento a orientação e intercâmbio entre as obras sociais, procuramos, de início, organizar o fichário central de tais obras, como primeiro passo para o seu cadastro e classificação.

Um outro aspecto da assistência social, da nossa política social, foi a criação do Departamento Estadual da Criança, ainda na nova Secretaria de Saúde e Assistência Social. Havia anteriormente, na Diretoria Geral de Saúde, uma Divisão da Criança, incontestavelmente insuficiente e ineficiente para as grandes tarefas que se lhe devem atribuir, como se poderá verificar de todos os relatórios anteriores que a ela faziam menção.

O Departamento Estadual da Criança ficou com a função de estimular e orientar a organização de estabelecimentos municipais e particulares, destinados à proteção da maternidade, da infância e da adolescência; realizar inquéritos e estudos relativos à situação em que se encontra, em todo o território do Estado, o problema da maternidade, da infância e da adolescência; divulgar por todas as modalidades de propaganda cabíveis no caso, os conhecimentos destinados a orientar a opinião pública, sobre o problema da maternidade, da infância e da adolescência; promover a cooperação do Estado com os Municípios e instituições de caráter privado, mediante a concessão de subvenção, ou auxílio estadual destinado à manutenção e ao desenvolvimento dos serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência; cooperar com o Departamento Nacional da Criança afim de uniformizar no Estado a orientação técnico-administrativa de proteção à maternidade, à infância e à adolescência; organizar e manter serviços próprios.

O Departamento Estadual da Criança conta já em sua atividade, além de outras, as iniciativas seguintes: organização do cadastro de todas as instituições de assistência, proteção e amparo à maternidade e à infância, cadastro esse que está servindo de base para a elaboração de planos a serem executados, e também de normas a serem seguidas pelas diversas instituições, para maior eficiência dos respectivos serviços; a

criação do Serviço de Colocação Familiar, atualmente com uma agência em Curitiba, devendo ser criadas, devidamente, outras em Curitiba, junto ao Hospital das Crianças, e em Ponta Grossa, tendo êste serviço a finalidade principal de proporcionar às crianças abandonadas ou às órfãs um lar onde possam encontrar um ambiente capaz de lhes garantir a formação moral, mental e física harmônica, com respeito aos seus direitos fundamentais; a orientação para a fundação das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância em Araucária, Palmas, Assaí, Mangueirinha, Prudentópolis, Laranjeiras do Sul, Wenceslau Braz, Imbituva, Bandeirantes, Colombo e Porto Amazonas; a instalação do Banco de Leite Humano, em Curitiba, no Hospital Vitor do Amaral, e a elaboração e fornecimentos dos planos ou a iniciativa da construção de várias obras de assistência à maternidade e à infância, em Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina, Morretes, Malé, Santo Antônio da Platina, Araucária e Piraquara.

SAÚDE PÚBLICA

I

Para principiar, vejamos a situação dos fatos vitais em nosso Estado, — uma vez que os números que a exprimirem é que devem ser o ponto de partida, visivelmente, de toda a política no sentido da saúde pública.

As condições sanitárias do Município de Curitiba devem ser consideradas satisfatórias.

Segundo as estatísticas mais recentemente apuradas, o número de óbitos, no respectivo ano, foi de 1.891, em contraposição com 2.162, registados no ano anterior, correspondendo aos coeficientes 11,9 e 13,9, respectivamente.

Há, porém, nesses registos, uma rubrica desagradável. Dos 1891 óbitos registados 152 ainda pertencem ao grupo dos atribuídos a causas mal definidas. Esse número, que atesta sobretudo deficiência de assistência médica e procede fundamentalmente das classes mais pobres da população, temos de considerá-lo demasiado alto para uma cidade como Curitiba. A sua queda será um índice dos nossos progressos em educação sanitária e em organização de assistência. No obituário figuram, como causas, em primeiro lugar, a gastro-enterite abaixo de dois anos; em segundo lugar, as doenças do coração, depois a tuberculose e, em seguida, causas mal definidas e não especificadas. A febre tifóide apareceu no obituário com o coeficiente de 17,6 por 100.000 habitantes, contra o coeficiente de 25,7 do ano anterior. Os coeficientes de mortalidade por cancer foram de 90,1 e 77,1 respectivamente para os anos de 1946 e 1945. O coeficiente da tuberculose foi de 99,5. No tocante à mortalidade infantil, embora a gastro-enterite abaixo de dois anos tenha figurado em primeiro lugar em nosso obituário, a verdade é que as nossas condições se podem considerar bastante boas, e afirmamos, sem erro algum, que, neste terreno, ainda estamos melhorando de ano para ano. Impressiona à primeira vista a flagrante desproporção da influência das causas digestivas na mortalidade infantil em contraposição às causas congênitas, doenças do aparelho respiratório e doenças infecciosas, as quais reunidas

não chegam a alcançar os algarismos representativos dos distúrbios gastro-enterotróficos.

No Estado, chama a atenção o elevado dos coeficientes da mortalidade infantil nos municípios do norte, em comparação aos do centro ou do sul. O litoral, além de apresentar fortes coeficientes, tem revelado um aumento progressivo nos seus números índices.

A malária, que, de há muito, constitue um dos mais importantes problemas sanitários dos municípios do norte e do litoral, mantém os seus altos índices, como era de esperar.

Em quanto à febre tifóide, notamos, no interior do Estado, com seus coeficientes elevados, os municípios de Londrina, Jacarèzinho, Rolândia e Sertanópolis.

Com relação à nati-mortalidade, devemos fazer especial menção ao município de Rolândia, com números destacadamente altos.

A rubrica "causas mal definidas ou não especificadas" atinge a quasi 50 % do total dos óbitos do Estado.

Tais são, num resumo que visa destacar apenas os pontos máximos, algumas das indicações que lemos em nossa bio-estatística. Elas é que nos devem indicar os nossos programas de ação de saúde pública. Constitue necessidade fundamental de nossa vida administrativa, a criação do hábito de lermos as nossas estatísticas, que nos custam um alto preço e tem sido até aqui quasi apenas um vistoso luxo.

É bem provável que, si, neste capítulo da saúde pública, pensarmos em ter uma apreciação justa sobre a situação dos fatos vitais no Estado partindo apenas das estatísticas de um só ano, corramos o risco de nos enganarmos facilmente. Só o confronto com os dados dos anos anteriores, mostrando as tendências dos fatos, é que nos pode dar uma informação segura.

Assim, procurando encontrar um apanhado certo da situação, queremos pôr os dados presentes em confronto com os dados que nos são fornecidos por estudos anteriores de nossas estatísticas vitais.

Si o fizermos, verificaremos que, para o município de Curitiba, nos últimos 20 anos, os coeficientes de mortalidade por desintéria, pelas febres tifóides, tendem sempre a crescer.

A linha que marca a frequência da coqueluche, no mesmo período, evolue, igualmente, para a elevação.

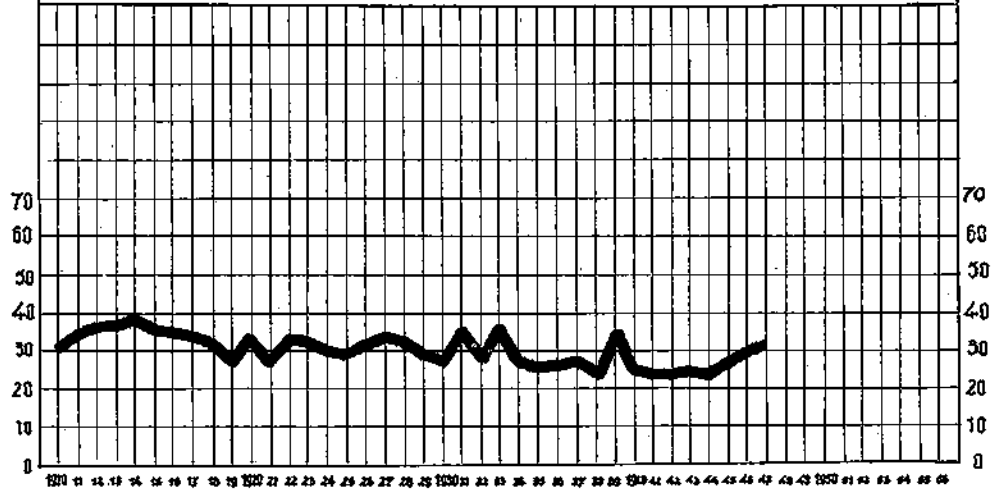
Relativamente ao problema da tuberculose, na Capital, "vamos ver que a sua incidência e mortalidade sempre se mantiveram altas e com tendência a crescer. É o Paraná, aliás, um dos Estados que estão na fase epidémica da moléstia."

As linhas de difteria e da coqueluche mostram acentuada tendência a baixar.

Infelizmente, não dispõe o Estado de dados para avaliar, por um largo período, a situação de tal ordem de fatos nas suas localidades do interior. É assim, em vez de podermos apreciar as tendências, temos de nos contentar com saber apenas da situação atual. Já indicamos atrás os pontos de maior relêvo indicados pelas nossas estatísticas, nestes sectores.

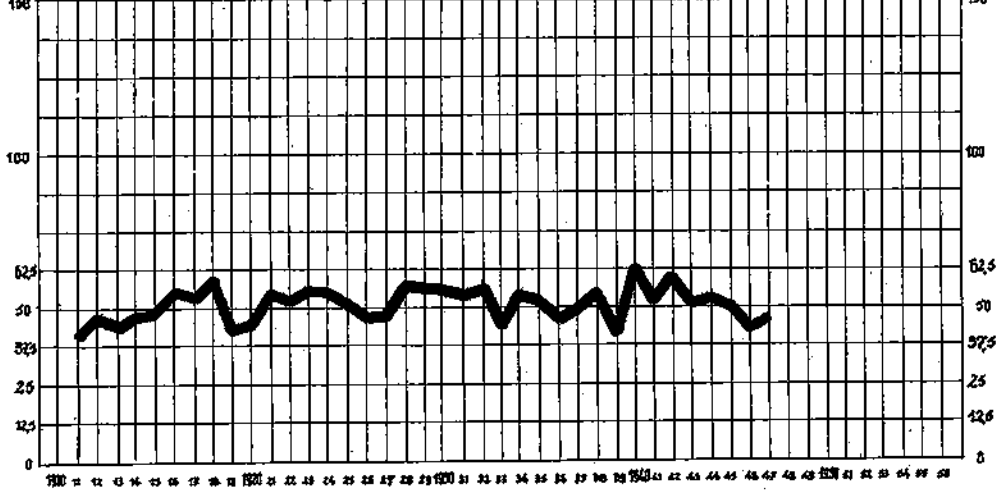
VARIAÇÕES DA NATALIDADE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

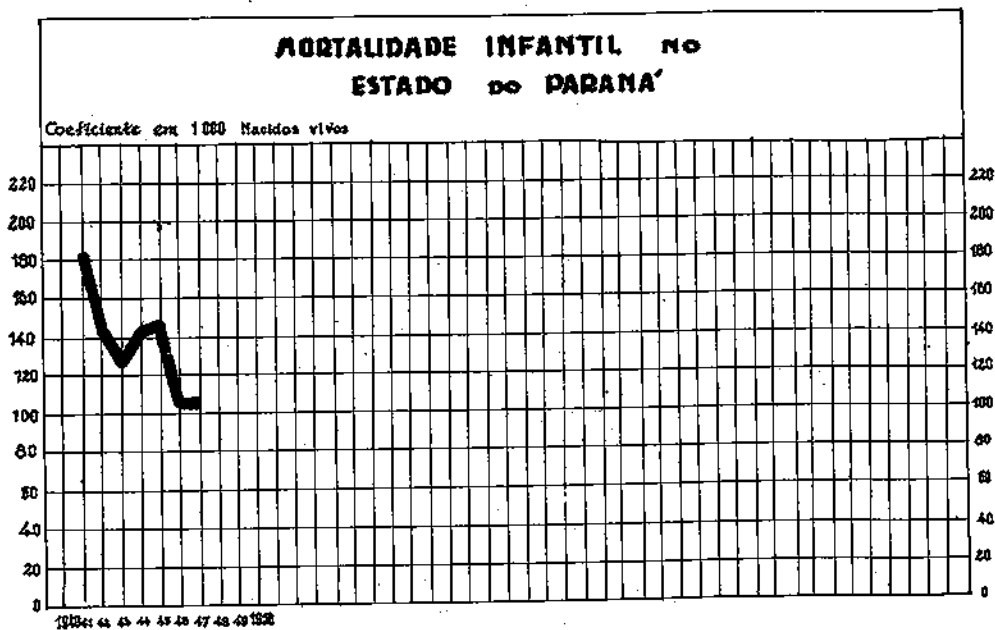
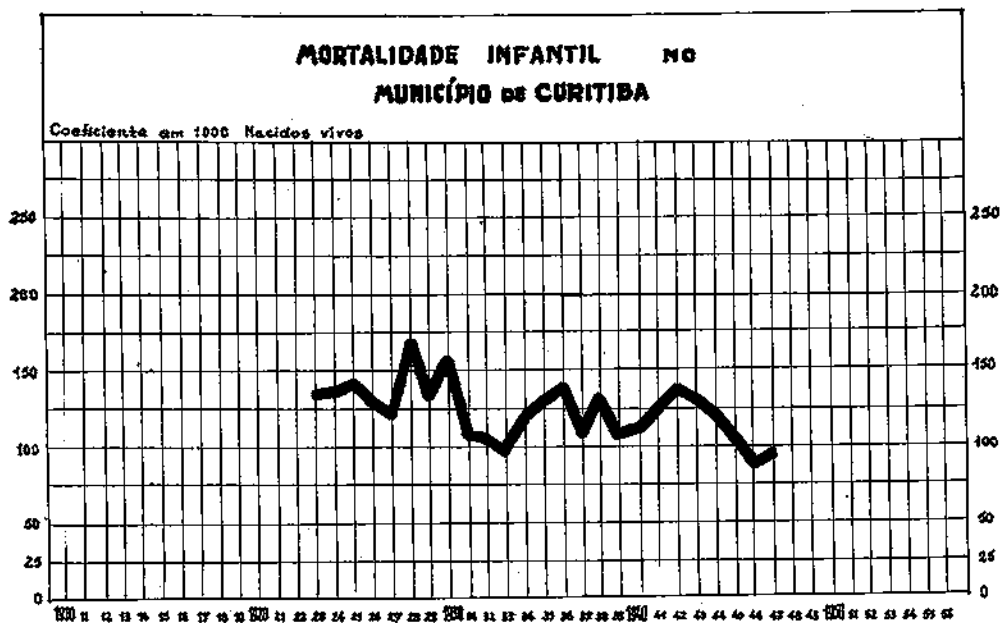
Coefficiente em 1 000 Habitantes



VARIAÇÕES DA NATI-MORTALIDADE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Coefficiente em 1000 Nascimentos





II

Cabe perfeitamente dizer-se, e isso é motivo da maior satisfação para nós, que o ano de 1947 foi profíquo à saúde pública.

No decorrer do ano foi executado, nos diversos sectores do nosso sistema de organização para a saúde pública, o trabalho de rotina e cada vez melhor.

O ponto relevante dos problemas relativos ao funcionamento do Dep. Saúde Pública é a organização dos **Serviços Distritais**, que devem levar aos Municípios os serviços de saúde pública. Data de 1941 a estruturação de tais serviços distritais, com a sua forma actual. É que, então, o Estado, verificando que os serviços sanitários municipais eram, na maior parte dos casos, de uma deficiência fora de toda a dúvida, quando existiam, sem que obedecessem em geral a normas verdadeiramente técnicas, e atendendo à conveniência de uma centralização de orientação, útil por todos os motivos, resolveu convocar os municípios para um acordo, mediante o qual ele tomaria a si a responsabilidade das tarefas sanitárias, contribuindo, em retribuição, os municípios, com 5% da respectiva receita anual para os cofres estaduais.

E assim, ao mesmo tempo que se criava no interior um sistema de postos de saúde, que hoje cobrem todo o Estado, criava-se, como órgão director, na secção técnica da Diretoria de Saúde, uma sub-secção de serviços distritais. Tudo isso representava, sem dúvida, um grande passo. É bem verdade que só muito reduzidamente os municípios contribuíram com aquela quota combinada.

Depois disso, cremos que se torna absolutamente necessário obter desses serviços distritais uma eficiência mais efetiva.

Nem sempre temos obtido deles o rendimento que seria de desejar. Falta-nos, para isso, de um lado, que o órgão central encarregado da direcção e fiscalização dos serviços distritais seja devidamente aparelhado para as suas funções, pois actualmente não é possível que, desaparelhado como está, possa dar melhor rendimento, sem que disso se possa, nem de longe, culpar os seus responsáveis presentes.

Como não pudemos, ainda, constituir um sistema produtivo de fiscalização, temos de contar com inevitáveis deficiências, com falhas sensíveis.

Nestas condições, temos de reconhecer que, si demos um grande passo quando obtivemos que os serviços municipais de saúde passassem para a esfera do Estado, ganhando assim, na maioria dos casos, em unidade, em disciplina e em sentido técnico, na verdade, de outra parte, temos de considerar êsse passo e essa conquista como incompletos ainda, apesar de estarmos melhorando neste terreno de ano para ano.

E, ainda que o devamos considerar como um muito sensível progresso, não podemos nos satisfazer, de nenhum modo, com o que foi geralmente realizado até agora.

Com o objetivo, de um lado, de melhorar as condições técnicas do trabalho, de vez que não poderíamos contar com sanitaristas em todos os postos, a direção da extinta Diretoria Geral de Saúde Pública elaborou, já em administrações anteriores, um excelente conjunto de instruções aos médicos dos nossos distritos sanitários.

E, para facilitar a fiscalização, ou ao menos, para se ter uma idéia do rendimento, organizou uma fórmula muito bem planejada, para os relatórios mensais das atividades do interior.

Mas teremos de reconhecer que tudo isso ainda não se tornou suficiente, uma vez que o órgão de contróle dos serviços distritais, na sede da Secretaria, é demasiado rudimentar para uma tão grande função.

Precisamos dar a tal órgão maior amplitude de ação e um aparelhamento, para isso, mais completo.

A sua reforma é um urgente imperativo.

Para obter dele a indispensável eficiência, é necessário êle se extenda em um órgão perfeito de orientação permanente e assídua dos serviços distritais e se amplie, ainda, para poder ser um órgão fiscal da execução.

De outra parte, entendemos que os órgãos distritais devem chegar a adquirir uma técnica que lhes permita mover as forças disponíveis do ambiente para as suas campanhas de saúde pública, articulando-se com as escolas, com as sociedades organizadas, etc., ou procurando criar centros, associações, com êsse mesmo objetivo, de vez que, visivelmente, nunca poderemos contar com um aparelhamento público, com um corpo de funcionários do Estado bastante para a imensa função que está atribuída e se deve esperar dos postos distritais de saúde. sobretudo no que se refere à educação sanitária das populações do interior.

Foi nesse sentido que, em nossa plataforma de govêrno, tivemos oportunidade de dizer: "Cremos que há uma força extraordinária que ainda não foi mobilizada, e que nos parece que deve ser chamada, nestes casos e em casos semelhantes. É a cooperação popular. Ao lado disso, para os nossos extensos problemas relacionados com a saúde do homem, devemos colocar um intensíssimo trabalho de educação do povo para a saúde, — educação que saia para as ruas, para os campos, para as oficinas, por tôda a parte, como que realizando uma verdadeira impregnação do ar que se respira. E, para êsse trabalho, havemos de mover as forças do entusiasmo dos que crêm, dos que desejam melhorar a vida para o homem. E vêr-se-à de que milagres elas são capazes. Enfim, nós cremos no povo e na força do seu idealismo".

Isso tudo não obstante, é de todo incontestável que, de ano para ano, estamos aperfeiçoando os nossos serviços de rotina e obtendo um rendimento cada vez maior. Uma vez tendo chegado à atual organiza-

ção distrital dos serviços de saúde pública, — que foi, sem dúvida, um grande passo para a frente, — o programa de ação e o grande trabalho havia de ser o de melhorar a qualidade, melhorar o rendimento das unidades criadas, naturalmente imperfeitas em seu funcionamento no primeiro momento. E é evidente que estamos, firmemente, melhorando num sentido técnico.

Destacando atividades, desejamos referir alguns fatos que nos parecem de maior relêvo, no conjunto das atividades de rotina.

Assim, estamos continuando o programa de enviar os nossos médicos para cursos de aperfeiçoamento do Departamento Nacional de Saúde.

Prosseguimos, intensivamente, a campanha contra a ancilostomose em Antonina. Demos início às obras de saneamento da zona suburbana de Curitiba, na campanha contra as febres tifóidicas e as desintérias.

Continuamos as campanhas de vacinação contra a difteria e a coqueluche nesta Capital e assim a distribuição de sulfas para combate às pneumonias.

Ficaram terminadas, já em 47, as construções das unidades sanitárias de Cornélio Procópio, Bandeirantes, Jacarêzinho, Cambará, feitas em colaboração com as Prefeituras Municipais, — a de Jacarêzinho, com o governo federal.

Ampliação da capacidade do Sanatório São Sebastião, funcionamento do Sanatório do Portão, trabalhos finais do pavilhão para tuberculosos de Antonina, início da construção da Colônia de Psicopatas, do Centro de Saúde de Londrina, do Pavilhão para tuberculosos em Londrina, constituem pontos absolutamente concretos de nossas realizações no sector da saúde pública iniciadas em nosso governo.

Equipamento de raio X com abreugrafia, que funcionou a partir de 47 em Ponta Grossa, encomenda de equipamento idêntico para Jacarêzinho, representam também aperfeiçoamentos técnicos de vulto em nossos serviços de saúde pública.

Em acôrdo com o Departamento Nacional de Saúde, estamos instalando unidades fixas de combate ao tracoma: uma em Cornélio Procópio, outra em Cambará. Ao momento da apresentação desta Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, já devem estar essas unidades funcionando, pois estamos recebendo já o material necessário para isso. E, pela primeira vez em longos anos, estivemos capacitados para atender, instalando unidades sanitárias, os novos municípios criados.

Os resultados gerais são dos mais auspiciosos, relativamente aos serviços de saúde pública. Muitas falhas ainda temos, falhas porém sabidas e com soluções previstas. Devemos repetir que é incontestável que, neste terreno, estamos melhorando de ano para ano.

Desejamos dar alguns números, relativos às atividades das unidades sanitárias do Estado, no ano de 47, bastante expressivos, sem dúvida:

Doenças transmissíveis

Número de notificações de doenças transmissíveis	6.213
Número de confirmações de doenças transmissíveis	5.482

Número de imunizações contra varíola	39.723
Número de imunizações contra febres tifóides	52.576
Número de imunizações contra outras doenças	21.652

Polícia sanitária:

Número total de visitas para fiscalização	109.267
Número de prédios ligados à rede de exgotos	528
Número de fossas instaladas	1.022
Número de poços higienizados	604

Higiene pré-natal

Número de novas gestantes inscritas	822
Número de comparecimento de gestantes	8.546

Higiene infantil

Número de infantes inscritos	1.861
Número total de comparecimentos	617

Exames de saúde

Número de carteiras de saúde revalidadas e fornecidas	35.208
Número de carteiras de saúde retidas	1.531
Número de inspeções de saúde	4.331

Doenças venéreas

Número de primeiros exames	2.425
Número de casos confirmados	1.877

Tuberculose

Número de primeiros exames	18.301
Número de casos confirmados	537

III

PLANO DE OBRAS PARA A SAÚDE PÚBLICA. — Estudando o plano de obras para a saúde pública, tendo em vista a moderna organização distrital, isto é, descentralização administrativa com subordinação técnica, impõe-se como mais acertado o critério de dotar as atuais unidades sanitárias, que aliás cobrem a área toda do Estado, localizadas nas sedes municipais, de construções próprias, tecnicamente projetadas para tal fim.

Segue, como consequência, que o seu número é grande, equivalendo a dizer que serão tantas construções quantos os municípios, menos aqueles que já as possuem ou que têm as suas obras em fase de execução e mais os de determinados locais do Estado que exigem, pelos problemas existentes ou já esboçados, o estabelecimento de unidades sanitárias.

Entretanto, o problema não para aí. Há que atender aos demais pontos do território, o que deverá ser feito por serviços itinerantes, verdadeiras unidades sanitárias móveis.

Obedecendo aos princípios modernos de classificação de unidades sanitárias e levando em conta as necessidades regionais, subordinadas a fatores como população, importância econômica, questões sociais, etc., variará o tipo de unidade a ser construída em cada município. Contudo, não importa o tipo, desde que exista a característica da possibilidade de ampliação, conforme a técnica sanitária prescreva ou os problemas locais exijam.

Para a maioria dos municípios, satisfaz o tipo Postos de Higiene de 2.ª classe, planta padrão da D.O.S., dada a natureza do trabalho executado. Tanto este tipo, como os demais do presente planejamento, possuem as características de progressividade e flexibilidade exigidas.

Aqueles municípios que, pela sua importância e fatores especiais de técnica, ficarem com as chefias dos distritos sanitários, e, conseqüentemente, com a missão de superintender as unidades satélites de sua área, terão unidades tipo Centro de Saúde. É o caso dos Municípios de Londrina, Jacarézinho, Ponta Grossa, Iratí, Paranaguá, Foz do Iguaçu e Curitiba.

Estes Municípios necessitam de obras, quer de construção, quer de ampliação ou acabamento.

Precisam de construções de Centros de Saúde:

Londrina, cuja unidade terá o custo de	1.177.771,00
Ponta Grossa, idem, idem	625.000,00
Irati, idem, idem	625.000,00
Foz do Iguaçu, idem, idem	625.000,00

Precisa de ampliações e adaptações:

Paranaguá, no valor aproximado de	200.000,00
---	------------

Precisa de acabamento e conclusão :

Curitiba, para cuja unidade são necessários mais	611.855,00
--	------------

É de notar que o Centro de Saúde Modelo de Curitiba foi orçado em Cr. \$ 7.493.630,00.

O planejamento existente fixa a construção de um Posto de Higiene de 2.^a classe nos municípios, sedes atuais de unidades sanitárias, abaixo:

São José dos Pinhais
Campo Largo
Lapa
Araucária
Cerro Azul
Santo Antônio da Platina
Tomazina
Carlópolis
Sengés
Jaguariaíva
Piraquara
Antonina
Imbituva
Prudentópolis
Castro
Piraí do Sul
Ipiranga
Pitanga
Tibagi
Ribeirão Claro
Siqueira Campos
Andirá
Teixeira Soares
Rio Azul
São Mateus do Sul
Rebouças
Malé
São João do Triunfo
Palmeira
Cambé
Jaguapitã
Santa Mariana
Mandaguari
Jataizinho

Ibiporã
Congoinhas
Bocaiuva do Sul
Rolândia
Joaquim Távora
Uraí
Clevelândia
Timoneira
Rio Branco do Sul
Ribeirão do Pinhal
Araíporanga
Arapongas
Assaí
Bela Vista do Paraizo
Cinzas
Curiúva
Guaraqueçaba
Guaratuba
Ibaiti
Laranjeiras do Sul
Porto Amazonas
Quatiguá

Este Posto de Higiene de 2.^a classe representa o tipo mais simples e econômico de construção, comportando, entretanto, ampliação, o que o torna satisfatório para os municípios e locais citados dada a possibilidade de acompanhar a evolução dos mesmos. O custo aproximado dessa unidade, que possui área de 85 m²., é de Cr. \$ 120.000,00.

Para os Municípios de Rio Negro, União da Vitória e Guarapuava, representando municípios de trabalho sanitário mais complexo, o tipo de construção será o de Posto de Higiene de 1.^a classe. Tal unidade possui área aproximada de 240 m². e custo provável de Cr. \$ 300.000,00.

Municípios há que, em virtude de razões médico-sanitárias, tipo de população e demais problemas devem ser dotados de unidades tipo Posto Mixto. Nestes Postos Mixtos, ao lado do problema sanitário, é atacado o problema de pura assistência médica com internamento. É o caso do Município de Sertãoópolis, que tem, no planejamento, a dotação para um Posto Mixto de 1.^a classe, de custo provável de Cr. \$ 450.000,00.

Postos Mixtos de 2.^a classe, de custo aproximado de Cr. \$ 380.000,00, terão:

Reserva
Bandeirantes
Palmas
Apucarana
Mangueirinha
Wenceslau Braz
Abatiá
Campo do Mourão

e ainda :

Pato Branco
Paranavaí.

Estes Postos Mixtos admitem internamento e, no caso de evolução da região, construção ou melhoria de hospitais, permitem a sua transformação, sem onus, em pequenas clínicas, com internamento, especiais, por exemplo, para crianças. Como já foi dito, além dessas unidades fixas, tem-se que estabelecer os serviços itinerantes, com unidades móveis. Para tal, ao par das necessidades de pessoal, são indispensáveis veículos motorizados, tipo pequenos ônibus, equipados, que visitarão os locais segundo escala prefixada.

Resumindo a necessidade em cruzeiros para a realização do plano, não computados instalação, melhoria de equipamento, material de consumo, etc., temos:

Para construção, ampliação e acabamento de Centros de Saúde	3.864.626,00
Para construção de P. H. de 2.ª classe	6.720.000,00
Para construção de P. H. de 1.ª classe	900.000,00
Para construção de Postos Mixtos	4.250.000,00
TOTAL	Cr.\$ 15.734.626,00

Equipamento que, pelo vulto de seu custo, devemos considerar aqui, é o Raio X, com equipo de Manoel de Abreu. O custo médio atual de tais instalações é de Cr.\$ 210.000,00. As Chefias dos Distritos Sanitários, no plano que se vem realizando, principalmente no sector tuberculose, não dispensam tais equipos. Serão necessários três, para Jacarézinho, Iratí, Foz do Iguaguá, de vez que Curitiba, Paranaguá, Londrina e Ponta Grossa já os possuem. Isto representa Cr.\$ 630.000,00 a se somar aos Cr.\$ 15.734.626,00.

Dentro do plano de obras temos que cogitar das necessidades dos Hospitais já existentes, do Estado.

O Hospital Colônia São Roque, destinado ao isolamento de leprosos, há muito se resente da falta de construções indispensáveis à sua economia técnico-administrativa e aumento do número de leitos. É o seguinte o planejamento, com custo provável:

15 Pavilhões Carville	3.300.000,00
4 grupos de casas geminadas para funcionários	640.000,00
10 residências geminadas para doentes	1.600.000,00
1 pavilhão de observação	250.000,00
1 pavilhão de recreação	1.200.000,00
1 pavilhão para velhos	780.000,00
1 casa do porteiro, com portaria anexa	120.000,00
1 necrotério, com capela anexa	90.000,00
1 pavilhão para banhos (chuveiros)	80.000,00
1 casa para as Irmãs de Caridade	230.000,00
TOTAL	Cr.\$ 8.290.000,00

O Sanatório São Sebastião precisa de mais um pavilhão, com instalações para cirurgia da tuberculose, além da casa para médico residente.

Pavilhão (custo provável)	800.000,00
Residência para médico	120.000,00
TOTAL	Cr.\$ 920.000,00

O Preventório para Crianças, em Castro, necessita de melhoramentos. (200.000,00).

Em Curitiba, o Hospital Oswaldo Cruz, destinado ao isolamento de doenças contagiosas, necessita ampliação e correção de defeitos técnicos, além de adaptações prescritas pela técnica moderna. (300.000,00).

A Maternidade, em construção em Paranaguá, com o auxílio do Departamento Nacional da Criança, precisa de Cr. \$ 350.000,00 para conclusão das obras.

O planejamento da rede de pavilhões anexos a hospitais gerais, destinados ao isolamento de tuberculosos, e aumento imediato do número de leitos destinados à tuberculosos, atinge, de início, os municípios de Londrina, Cambará, Ponta Grossa, cujas Santas Casas comportam tais pavilhões, aos preços, respectivamente, de 862.155,00 — 750.000,00 e 750.000,00.

Cogitou-se, especificamente, do plano de obras, de vez que a instalação, equipamento e funcionamento são problemas que, correlatos, devem, entretanto, ser encarados separadamente e oportunamente.

A oscilação dos preços atuais, a possibilidade, respeitado o mínimo exigido, de variar a instalação e equipamento com as possibilidades, determina o primeiro, permite o segundo seu estudo se faça no momento próprio.

Sumariando, sob o aspecto de custo, vemos que são necessários :

Para construções de unidades sanitárias	16.364.620,00
Para obras em Hospitais de Saúde	10.060.000,00
Para obras com leitos de tuberculose	2.362.155,00
TOTAL	Cr. \$ 28.786.775,00

Rede hospitalar — Avulta, pela sua importância, o problema hospitalar. Problema complexo, merecendo acurado estudo, representa uma face do problema médico-social que pouco tem merecido cuidados e preocupações em nosso meio.

É muito recente, não datando de mais dez anos, o aumento do número de leitos hospitalares no Paraná, e mínima tem sido a contribuição do Estado neste aumento.

O número de leitos para o Estado é atualmente, de 4.183. A necessidade, no cálculo específico, tendo em vista a população e número médio de 5 leitos para cada mil habitantes, é de 7.500 leitos em hospitais gerais. O Estado, no momento, possui um hospital geral, o de Antonina, com 30 leitos.

O cálculo, entretanto, do número de leitos necessários, que se costuma relacionar a 1.000 habitantes, varia, entre outras coisas, com o hábito da população em usar hospital. Autoridades no assunto prescrevem 1 leito para 1.000 habitantes, para os hospitais rurais. Outras 2 e mais por 1.000 habitantes, conforme o hábito da população. A cifra de 1, melhormente 2 leitos por 1.000 habitantes na zona rural, 3 por 1.000 em certas cidades e 5 ou mais nas grandes cidades, nos parecem cifras médias ótimas para o Estado do Paraná, considerando os hábitos da população.

É evidente que muitos fatores fazem variar tal número. Tecnicamente, é aceito que um hospital deve servir uma área de 80 quilômetros em tórno, quando há boas estradas. A simples presença de más estradas obriga à construção, em certos casos, de hospitais que tendem a se tornar excessivamente custosos com o tempo. Outros fatores, como doente-dia, permanência média do doente no hospital, percentual da população que ocupa hospital, fazem variar o número e devem ser cogitados em todo o planejamento hospitalar. Também é claro que o internamento de casos crônicos em hospitais obriga à existência de maior número de leitos, e, por conseguinte, maior custo, desnecessário, com a assistência médica com internamento.

No planejamento podemos levar em conta, teoricamente, que o Estado admite uma divisão primária em dois grandes sectores, separados por linha imaginária levemente oblíqua, extendendo-se de Sengés a Pitanga. Chamando para tais sectores Norte e Sul, temos para as suas populações climas diversos, aspectos diferentes de um mesmo problema e quiçá reações biológicas diversas, determinadas por questões metabólicas, que requerem adaptação, e que mudam o tipo de vida, gradativamente, conforme a aproximação ou afastamento dessa linha. Esta mudança de hábitos de vida se reflete nas condições económicas e financeiras, determinando modos diferentes de execução do mesmo programa.

Enquanto no sector norte, incentivo e auxílio à iniciativa particular representam o maior coeficiente, no sector sul a ação executiva é maior.

Obedecendo-se aos conceitos acima emitidos, salienta-se, no planejamento:

Hospital de Clínicas, em Curitiba, com 600 leitos. Este Hospital, que será moderno, tipo monobloco vertical, com sistema de departamentisação, terá um custo provável de 20.000.000,00.

O segundo hospital de que se cogita será o Hospital regional de Jaguariaíva, a atender os municípios de Siqueira Campos, Venceslau Braz, Sengés, e quiçá Pirai do Sul. Atenderá este Hospital a uma população de 85.000 habitantes, necessitando, no mínimo, de 100 leitos, o que representa mais de um leito por mil habitantes. Um hospital desse tipo teria o custo aproximado de Cr. \$ 2.200.000,00.

Cornélio Procopio seria outro ponto a possuir um hospital, com, no mínimo, 50 leitos, de custo aproximado de Cr. \$ 1.300.000,00.

Apucarana é outro município a ser dotado de hospital. Afim de atender os florescentes e prósperos locais circunvizinhos, e calculado na base de 2 leitos por mil habitantes, necessita de um hospital de 70 leitos, e terá o custo aproximado de Cr. \$ 1.700.000,00. Este hospital terá como uma das suas funções evitar a superlotação do hospital de Londrina.

Tibagi, por sua situação e problemas, tem o planejamento de um hospital com 40 leitos, para atender a uma população de 35.000 habitantes. O custo provável seria de Cr. \$ 1.100.000,00.

Guarapuava, com população superior a 112.000 habitantes, e por sua situação, necessita de um hospital, com 100 leitos, de custo provável de Cr. \$ 2.200.000,00.

Clevelândia tem uma população de 25.000 habitantes. Com um hospital de 50 leitos tem satisfeita a sua necessidade e das zonas limítrofes. Custo aproximado: Cr. \$ 1.300.000,00.

Hospitais locais em Mangueirinha, Foz do Iguaçu — (ampliação), com no mínimo, 25 leitos (que representa o mínimo econômico de operação), de custo aproximado de Cr.\$ 650.000,00 o primeiro e Cr.\$ 850.000,00 o segundo, satisfazem as necessidades da região.

Ampliações e melhoramentos dos hospitais de Ponta Grossa, Irati e Paranaguá elevariam a 200 leitos o total destes hospitais. Calculando-se em Cr.\$ 500.000,00 a despesa com cada um destes hospitais, teríamos um total de Cr.\$ 1.500.000,00 a dispender com os mesmos.

Auxílio ao Hospital de Palmeira, funcionamento do Hospital de Cerro Azul, são necessidades que absorverão, aproximadamente Cr.\$ 270.000,00.

Com a construção e melhoramentos dos hospitais citados, obtém-se um total de 1.700 leitos em hospitais gerais.

É oportuno lembrar o acôrdo entre o Estado e o Serviço Nacional de Doenças Mentais, para a construção da Colônia de Psicopatas. Obra de vulto, a ser construída por etapas, pensamos empregar nela Cr.\$ 6.600.000,00.

Resumindo :

1 hospital em Curitiba	Cr.\$	20.000.000,00
1 hospital em Jaguariava		2.200.000,00
1 hospital em Cornélio Procopio		1.300.000,00
1 hospital em Aucarana		1.700.000,00
1 hospital em Tibagi		1.100.000,00
1 hospital em Guarapuava		2.200.000,00
1 hospital em Clevelândia		1.300.000,00
1 hospital em Mangueirinha		650.000,00
1 hospital em Foz do Iguaçu		850.000,00
Ampliação do hospital de Ponta Grossa		500.000,00
Ampliação do hospital de Irati		500.000,00
Ampliação do hospital de Paranaguá		500.000,00
Auxílio ao hospital de Palmeira		200.000,00
Auxílio ao hospital de Cerro Azul		70.000,00
Início da Colônia de Psicopatas		6.600.000,00
TOTAL	Cr.\$	39.670.000,00

É oportuno abordar, rapidamente, o custo provável de instalação destes hospitais. A nossa experiência tem demonstrado que, no momento, é de Cr.\$ 6.500,00 o custo de instalação por leito. Considerando os 1.700 leitos, o custo total de instalação atinge a Cr.\$ 11.050.000,00.

Resumindo :

Para obras de Saúde Pública	Cr.\$	28.786.775,00
Para construção de hospitais		39.670.000,00
Para instalação de hospitais		11.050.000,00
TOTAL	Cr.\$	68.456.775,00

Tais são as nossas necessidades em obras para saúde pública, e baseados nesses elementos foi que estruturamos o nosso plano a respeito, dentro da idéia de atender à totalidade de tais necessidades até o término do nosso governo.

IV

No plano de estabelecimento das redes de água e esgotos no Estado, de par com a continuidade da rotina dos serviços existentes, foram ampliadas as redes de água até os bairros mais distantes da cidade, Bacacheri, Juvevê e Portão, bem como as redes de água e esgotos no bairro da Água Verde, considerado o principal foco de febre tifóide e de disenteria coli-bacilar, em nossa Capital.

Nos serviços do interior, deve-se começar destacando, em Jacarèzinho, a extensão da rede de água, com 1.500, destinada a abastecer o laboratório para a produção de vacinas contra a peste suína.

Em Cambará, cujo abastecimento de água é precário devido à pequena vazão dos poços profundos em certo período do ano, está sendo estudado o aproveitamento de um novo manancial.

Em meados do corrente ano será instalada a Secção de Cornélio Procópio, cujas atividades terão início logo após a conclusão das obras de saneamento que ora ali se executam. Para sede da Secção foi recentemente adquirido um terreno com 8.000 m².

Dentre as obras mais importantes que ora se encontram em execução, convém ressaltar por sua importância, as de Reforço do Abastecimento de Água de Paranaguá e as de Saneamento de Cornélio Procópio. Aquelas, que compreendem a construção, já ultimada, de um reservatório com capacidade para 2.000.000 L. e de uma torre de pressão de 26 metros de altura e capacidade para 100 m³ hora, além de diversas ampliações da rede de distribuição, já iniciadas, constituem nova contribuição do Governo do Estado, para a solução definitiva do angustiante problema da escassês de água em nosso principal porto de mar. O custo das obras compreendidas na 1.^a etapa está avaliado em Cr. \$ 4.300.000,00, já tendo sido concedidos por conta Cr. \$ 2.856.625,20. As obras deverão prosseguir, incluindo-se na 2.^a etapa a instalação de uma nova linha adutora e possivelmente a construção de uma estação de tratamento.

Encontram-se em sua fase final de execução, as obras de saneamento de Cornélio Procópio, que custarão aos cofres públicos, cerca de Cr. \$ 10.000.000,00. Trata-se de um empreendimento de vulto notável, pelas condições técnicas que envolveram o problema do abastecimento de água. Esta, captada no Rio Congonhas, é recalçada a mais de 300

metros de altura, numa extensão de 10 quilómetros, sofrendo em sua chegada completo tratamento, em modernas instalações. Os esgotos domiciliares recebem também conveniente depuração. Como complemento das instalações, foram construídos um reservatório e duas torres de pressão, todos em concreto armado, além de uma linha de transmissão de energia com 10 quilómetros de extensão, destinada a alimentar as duas estações de recalque, e mais uma linha telefônica para comunicações entre estas últimas e a estação de tratamento.

Acham-se suspensas desde novembro de 1946, as obras de Saneamento de Santo Antônio da Platina, como decorrência da caducidade do contrato de execução, decretada pelo Governo do Estado. Está sendo estudada a possibilidade de reinício da construção, havendo, porém, séria dificuldade em se encontrar uma firma competente que queira aceitar o encargo.

Por fim, é oportuno que se faça uma referência ao grandioso Plano de Saneamento do Estado, cuja elaboração já iniciada, foi determinada pelo decreto-lei n.º 669, de 9 de julho de 1947. O Plano em questão, que abrangerá todo o Estado, compreende inicialmente o saneamento de 22 cidades, achando-se quasi concluídos os estudos preliminares, necessários à elaboração dos projetos para execução das obras, cujo custo está avaliado em cerca de Cr.\$ 100.000.000,00.

Ao Departamento de Águas e Esgotos caberá orientar os estudos e respectivos projetos e orçamentos bem como elaborar o plano de financiamento das obras a serem executadas.

As cidades incluídas no plano em questão, são as seguintes: Palmeira, União da Vitória, Rio Negro, Lapa, Sertãoópolis, Apucarana, Arapongas, Rolândia, Antonina, Pirai do Sul, São Mateus do Sul, Guarapuaça, Palmas, Antonio Rebouças, Cambé, Marechal Mallet, Tomazina, Andaraí, Tibagi, Ribeirão Claro, Joaquim Távora e Campo Largo.

EDUCAÇÃO E CULTURA

I

Num sistema escolar, temos de considerar a existência de instituições de educação ordinária, de educação emendativa e de educação supletiva, entendendo-se como ordinária a que é dada aos indivíduos normais, na época apropriada; como emendativa, a que é dada a anormais, e aqui teremos de considerar, sobretudo, os anormais dos sentidos, os anormais da inteligência e os anormais do caráter; e entende-se como supletiva, a educação dada a indivíduos que, ainda que normais, não receberam a formação comum na época adequada.

EDUCAÇÃO ORDINÁRIA — Devemos destacar, aqui, dois níveis fundamentais: o da formação geral e o da formação especializada ou profissional.

No nível da formação geral, devem ser colocados os cursos pré-primários, ordinariamente jardins da infância, os cursos primários e o atual primeiro ciclo do curso ginásial.

A nossa deficiência no que se refere a cursos pré-primários é absolutamente evidente, em número e em qualidade.

De outra parte, cremos que o nível técnico do nosso ensino pré-primário é ainda bastante baixo. Concorre para isso a falta de professores especializados. As nossas Escolas Normais não teem cursos de especialização neste sentido e só agora a organização do Instituto de Educação de Curitiba capacitou esse centro de formação do magistério para a formação de professores especializados.

Até aqui, as nossas Escolas Normais ministraram apenas o necessário para a formação geral do professor.

No que se refere ao ensino primário, deixemos que os números falem.

A matrícula geral, isto é, a dos alunos que se apresentam, no início do ano, para a matrícula, foi de 108.158 alunos. E a matrícula efetiva, isto é, a dos alunos que passaram a frequentar regularmente as classes foi de 78.955 alunos. Uma diferença, pois, de 29.203 alunos, ou sejam

27,2% sobre o total. Como não temos elementos estatísticos para saber quantos desses alunos procuraram escolas particulares, e nos faltam elementos de julgamento das causas daquela diferença, aqueles dados não têm mais valor do que simples ponto de partida para estudos posteriores.

Dos 78.955 alunos matriculados efetivamente, foram aprovados 41.179, ou seja, a média de 52,3% do total. O melhor índice apresenta Curitiba, com 68,5% de aprovações, seguindo-se a zona norte do Estado, com uma média de 60%. O índice mais baixo oferece a zona de Guarapuava, Prudentópolis e Pitanga, com u'a média de 35,5%. 23 Municípios assinalam 44 a 47%. Os demais entram na casa dos 50%.

Deve-se considerar que tais números de reprovações incidem, fundamentalmente, nas classes iniciais do curso primário, sobretudo no 1.º ano, de modo que a porcentagem, aí, toma bem maior vulto. Si se somar esse fato ao outro, de que só uma bem reduzida parte da população escolar que iniciou o curso primário o conclue, diminuindo, sensivelmente, o número de alunos na medida em que nos aproximamos dos últimos anos primários, — verifica-se a conclusão inafastável de que, mesmo do número de alunos que acorrem à escola, apenas uma porção bastante reduzida chega a ter mesmo um aproveitamento de grau primário.

Apreciando a questão do ponto de vista econômico, e considerando apenas as despesas com o pessoal e material, mesmo sem computar as despesas com edificações escolares, encontramos que o custo anual por aluno aprovado importa, neste caso, na média, para o Estado, em Cr. \$ 504,00, preço que se deve considerar elevadíssimo. É de considerar-se que esse preço médio decorre de valores extremamente oscilantes pelos diversos municípios.

Acrescentariamos que esse cálculo teria de ser retificado em alguns casos, como no da Capital. Como é feito na base de vários vencimentos dos professores primários, que podem pertencer a níveis bem diferentes, teríamos de fazer uma correção para o caso em que, como no Município de Curitiba, lecionam apenas professores normalistas, cuja remuneração é, naturalmente, mais alta. E assim, e ainda pelo fato demais conhecido da exagerada e desnecessária concentração de professores na Capital, terminariamos por verificar que o aluno de Curitiba é o mais caro do Paraná aos cofres públicos, podendo-se estimar o seu custo médio em, no mínimo, Cr. \$ 1.000,00.

Sem nos demorarmos mais na análise dos números que compõem a nossa estatística escolar primária, — vemos bem indicado que teremos de procurar maior rendimento por um preço mais baixo, de vez que devemos considerar como insatisfatórios, os pontos atuais atingidos nesses dois sentidos.

No que se refere à situação do ensino secundário do primeiro ciclo, desde que, como é sabido, a sua organização está subordinada a padrões e fiscalização federal, visivelmente cabe ao Estado, apenas, manter a normalidade do funcionamento dos seus estabelecimentos.

A vulgarização bastante ampla de tal ciclo secundário, que, nas cidades mais importantes do Estado, já se vai fazendo um ponto obrigatório da formação de cada jovem, representa um inegável progresso na conquista de níveis mais altos para a cultura geral popular.

E certo que o rendimento, por vezes, de tais cursos, está abaixo do

que devemos desejar. Mesmo assim, na formação de uma mentalidade exigente de um grau mais alto de formação geral da juventude, devemos considerar que realizamos um bem avançado passo adiante.

O capítulo da formação profissional não é para nós muito animador. As nossas instituições estaduais, neste sentido, carecem, por completo, de ser ordenadas em um sistema. São simples unidades isoladas, sem articulação entre si e, muitas vezes, sem correspondência com as necessidades do ambiente e a feição psicológica de cada uma das idades dos escolares que as frequentam, além de terem algumas delas uma estrutura bem apartada dos atuais conhecimentos sobre formação profissional da juventude.

Tendo a Constituição estadual estabelecido que o Estado promoverá o estabelecimento de cursos vocacionais junto às escolas e a criação de cursos de orientação e formação profissionais, nas zonas urbanas e rurais, de acôrdo com as peculiaridades de cada região, — precisamos chegar, agora, a um plano administrativo neste sector.

O que temos realizado até agora, neste sentido, as unidades que possuímos, são as nossas Escolas de Trabalhadores Rurais, as nossas Escolas de Pesca, a Escola Profissional Feminina, as Escolas Normais e o Instituto de Educação da Capital, e as Escolas Superiores de Agronomia, Veterinária e Química.

Nada temos em relação ao ensino propriamente vocacional, como não temos nada que seja da ordem da orientação profissional.

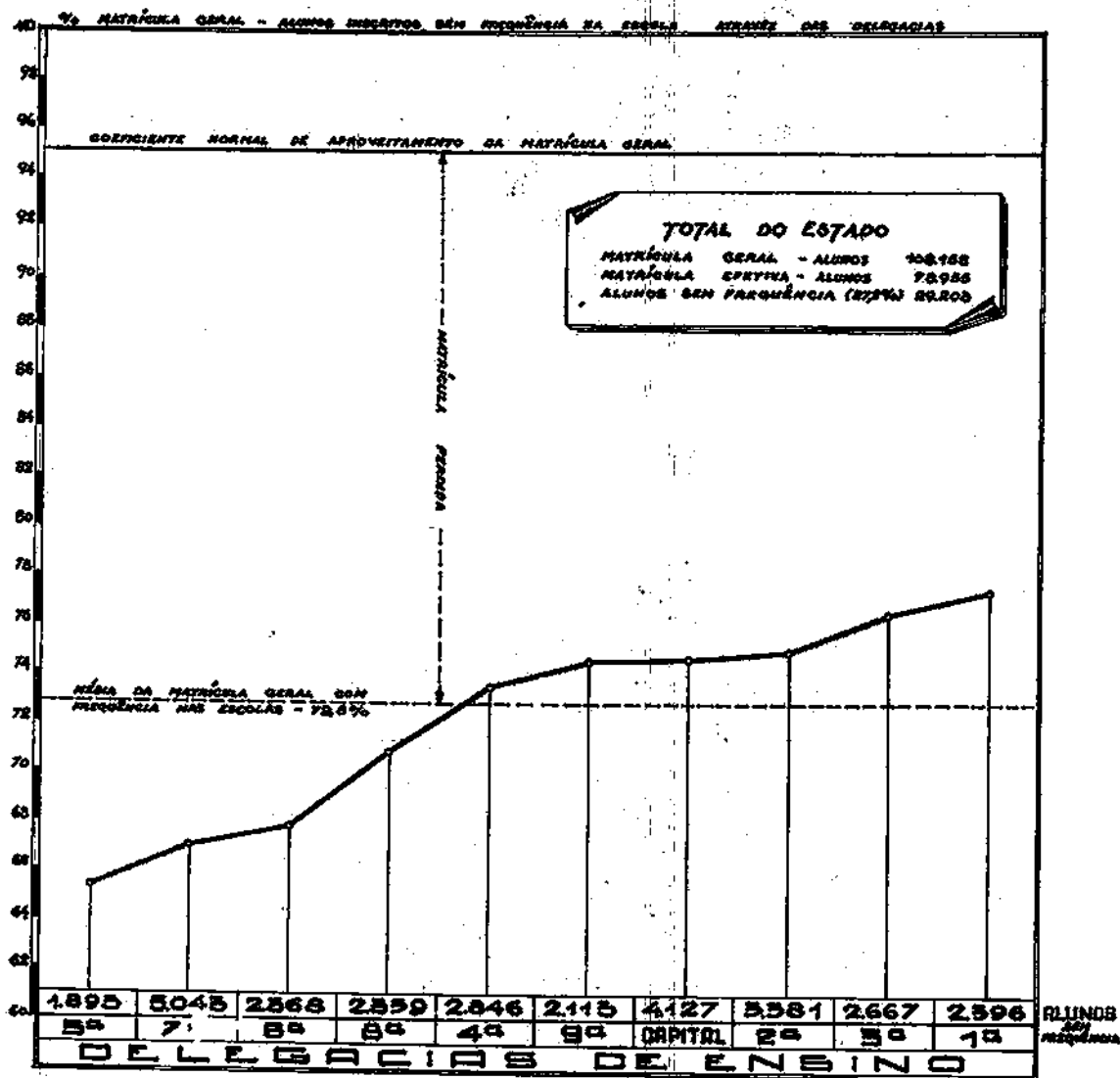
Assim, pois, o trabalho a realizar consiste, primeiro, em obter um plano orgânico de instituições do Estado para educação profissional — um plano articulado com o sistema da União, — que principie com a educação vocacional, e dar, depois, às unidades desse conjunto, uma estrutura em dia com os conhecimentos atuais sobre a matéria.

É este um capítulo em que, por assim dizer, temos tudo para realizar ou sistematizar e racionalizar ao menos.

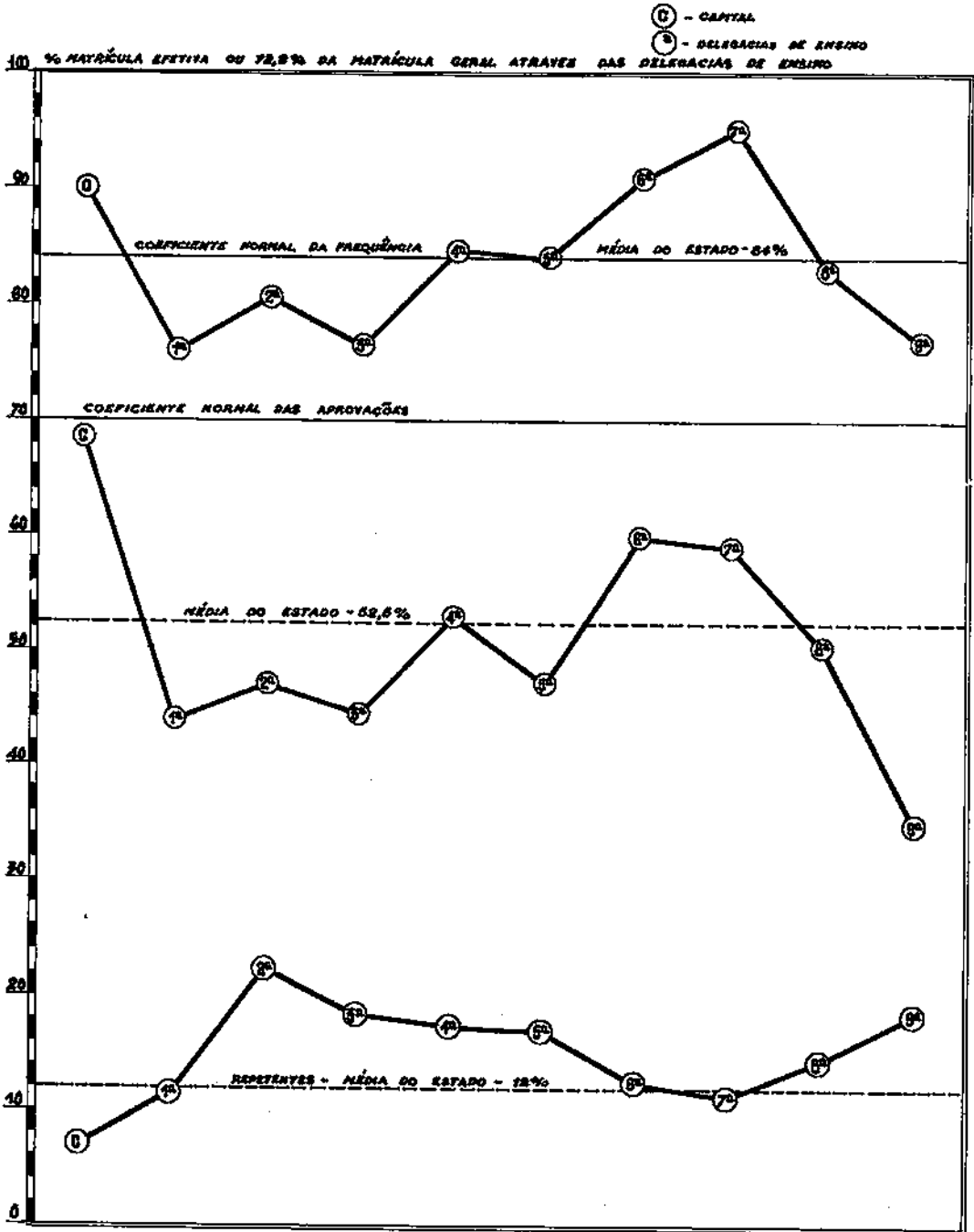
EDUCAÇÃO EMENDATIVA E EDUCAÇÃO SUPLETIVA — No que à educação emendativa se refere, já fizemos menção de que um sistema, neste sector, deve prever a existência de um aparelhamento para a educação de anormais do caráter, anormais da sensibilidade e anormais da inteligência, e o aparelhamento para cada um dos casos deve conter, muitas vezes, um conjunto largo de unidades, corretamente articuladas em uma estrutura orgânica, visando, como no caso das anomalias do caráter, não apenas corrigi-las, mas sobretudo preveni-las e evitá-las.

A Escola Correccional da Ilha das Cobras, escola de pesca, é a única unidade que possuímos para os menores delinquentes. Está, é bem evidente para quem a conheça, absolutamente fora de tudo que se tem preconizado sobre esse assunto. Não há, nela, nada de um estudo científico do menor delinquente, fundamental para qualquer trabalho correctivo, nada de classificação dos menores segundo os casos que apresentam, nada de técnico na educação ou reeducação, — e, ao lado disso, uma orientação profissional unilateral e viciada, pois que nenhum talvez dos menores aí formados irá se destinar às atividades da pesca, de modo

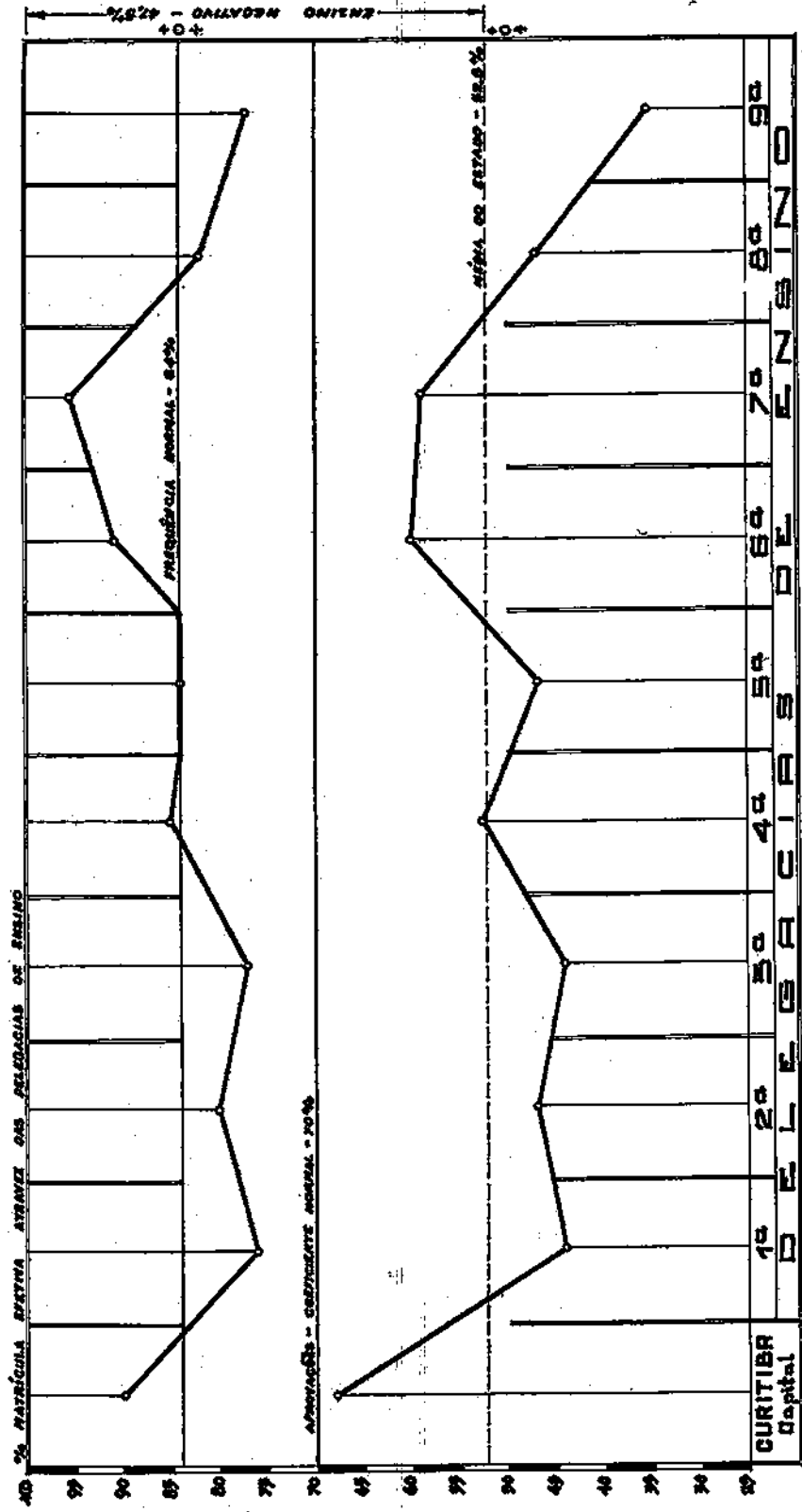
Estadística Escolar do Ensino Primário



ESTATÍSTICA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO

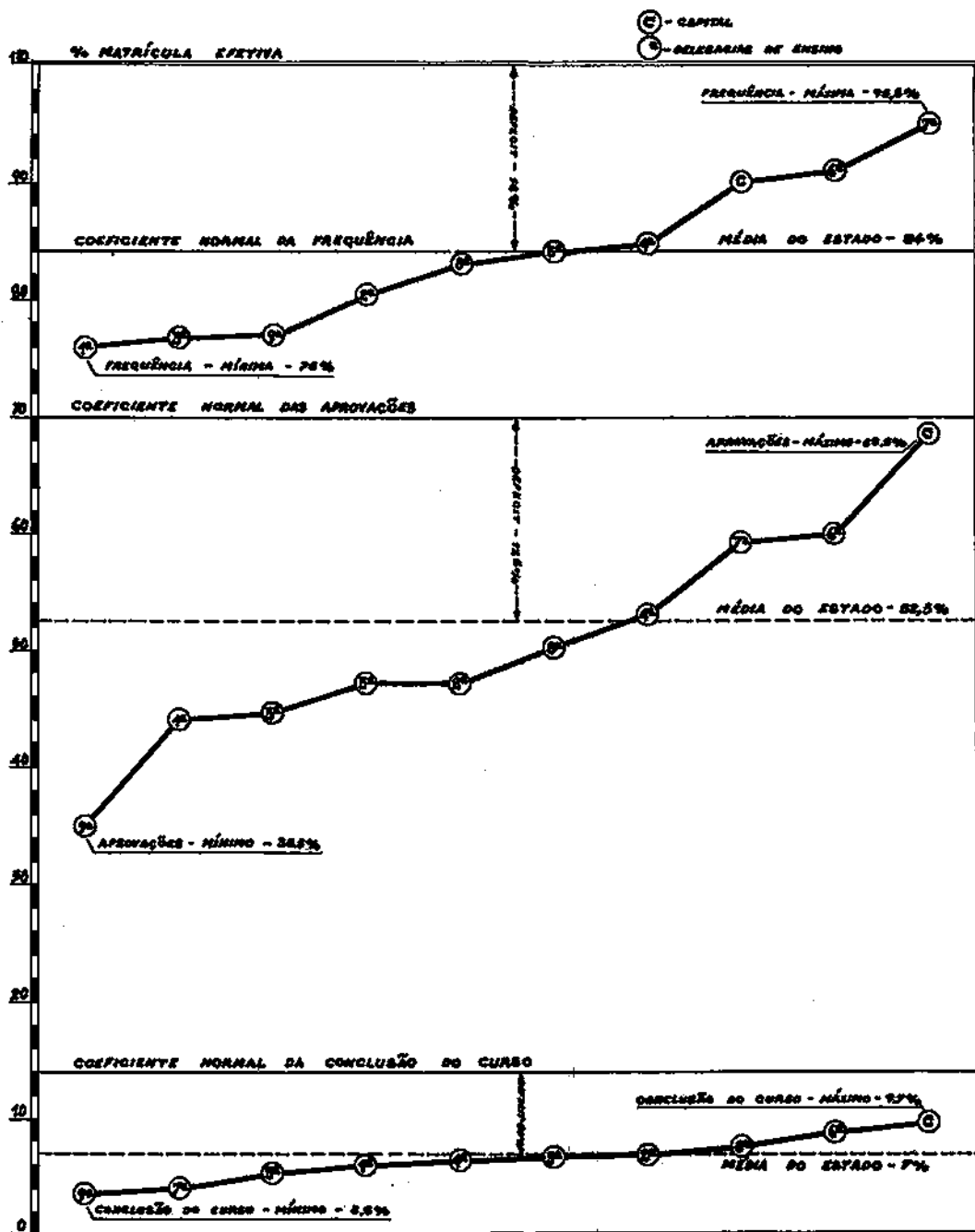


ESTATÍSTICA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO

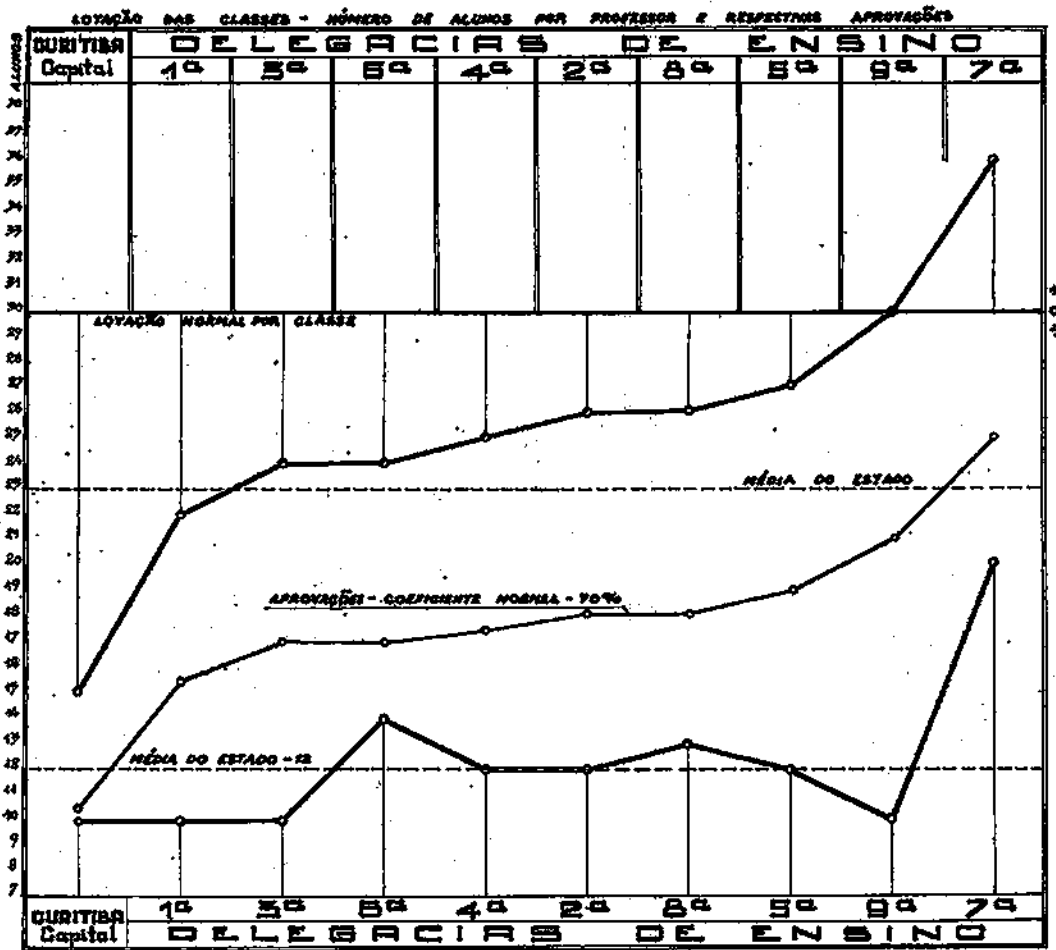


ESTATÍSTICA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO

DIAGRAMAS COMPARATIVOS DA FREQUÊNCIA, APROVAÇÕES E CONCLUSÃO DE CURSO



ESTATÍSTICA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO



que, ao sair da Escola, já adulto, na verdade sai sem nenhuma formação profissional. Podem-se imaginar as consequências que este fato apenas pode determinar.

De resto, cremos que não bastaria mesmo resolver apenas o problema desta escola, quando cuidarmos da educação emendativa. Só um sistema de organizações, visando ao mesmo tempo prevenir e corrigir, pode ser corretamente indicado para o caso.

As nossas instituições para os anormais da sensibilidade são duas organizações particulares, a que o Estado dá uma ampla assistência: O Instituto Paranaense de Cegos e o Instituto Pestalozzi para surdo-mudos, que funcionam em edifícios públicos, construídos expressamente para isso, sem o objetivo de lucro para os seus organizadores e mantenedores.

O nosso aparelho escolar de ensino supletivo deve ser considerado satisfatório enquanto ao número das suas unidades, agora consideravelmente aumentado com o auxílio federal, fazendo-se necessário, porém, a organização de uma propaganda sistemática e regular e técnica dos mesmos, através, talvez, de órgãos próprios, de modo a atingir profundamente as camadas populares que de tal ensino possam necessitar. Essa propaganda tem de fazer parte do próprio sistema, como uma unidade ou uma fração dele, permanente e realizada tecnicamente, de modo a que possamos obter um rendimento maior por menor preço, obtendo uma afluência maior e maior frequência aos cursos. De outra parte, precisamos melhorar o nível da processuação do ensino neste sector.

Constituem, hoje, parte obrigatória de um sistema público de educação, as instituições para-escolares e post-escolares. Muito pouco podemos apresentar neste campo e devemos considerá-lo um defeito importante a remediar em nosso organismo educacional.

Os gráficos que se seguem materializam as indicações que fizemos sobre o nosso sistema escolar primário.

II

Desejamos destacadamente contar, entre as realizações do nosso governo, a criação do Departamento de Cultura e Divulgação, na Secretaria de Educação e Cultura, e, entre as realizações do novo órgão, o fato de que a grande maioria das atividades culturais e, particularmente, artísticas de nosso meio contou, de modo sistemático, com a colaboração do Estado, ao qual coube, em muitas vezes, desde a iniciativa do empreendimento.

Salientariamos dessas iniciativas, as comemorações do Dia do Paraná, as conferências, — inaugurais de uma série que pretendemos promover, — dos intelectuais brasileiros Sérgio Milliet e José Geraldo Vieira, o patrocínio do concurso de solistas promovido pela Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê, a realização do IV Salão Paranaense de Belas Artes, o lançamento da campanha inicial para a coleta do material folclórico do Estado, os entendimentos preliminares com o Instituto Histórico e Geográfico do Estado para a elaboração da História do Paraná, e a realização da 1.^a Exposição itinerante de pintura na cidade de Paranaguá.

Tem o mesmo sentido que a criação do Departamento de Cultura, a criação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, que, de futuro, deve integrar a Universidade do Paraná, e a lei n.º 33, de 17 de janeiro de 1948, pela qual se manda reservar como patrimônio inalienável do Estado, áreas territoriais mínimas de 121 hectares de terras devolutas, nas regiões onde estão situados os remanescentes das primitivas reduções jesuíticas de Vila Rica, S. Tomé, Arcângelo, Santo Antônio, Encarnação, S. Miguel, Loreto, Santo Inácio, Jesus Maria e Guaira.

SEGURANÇA PÚBLICA

Os serviços de segurança pública bem cumpriram a sua precípua finalidade de presservar a ordem e garantir a tranquilidade no seio da família paranaense.

Neste árduo mistér a ação policial, por todos os recantos do Estado, foi inegavelmente eficaz, agindo através os seus representantes, no meio social, com fôrça de moderação e equilíbrio, evitando-se dessa forma o desajustamento oriundo de reacções incontroláveis de grupos interessados em promover a perturbação do ambiente social e político do Estado.

Basta que se diga que nenhum fato social e político se desenrolou no Paraná, no transcorrer do nosso govêrno, que viesse impedir o pacífico ritmo de trabalho de nossas populações. Por isso mesmo, tôdas as cidades, vilas e povoados do Estado não sofreram perturbações no desenvolvimento crescente de sua economia, podendo assim o Paraná prosseguir na marcha promissora de realizações e progresso dentro da comunhão nacional.

O desenvolvimento do Estado, cujo progresso se acentua dia a dia, principalmente na região septentrional para onde afluem densas levas de nacionais e estrangeiros, em continuas imigrações, ali edificando povoados que rapidamente florescem, — permite que se observe a inadiável necessidade de melhoria e ampliação dos serviços de segurança pública. dotando-os de mais amplos recursos.

A bôa vontade, o zêlo e a dedicação dos componentes da organização policial tem suprido as lacunas e deficiências gerais existentes neste importante sector da administração pública. Enquanto isso, crescem as necessidades de serviço.

Menção especial parece-nos que deve merecer neste documento a criação da carreira de Delegados de Polícia, e, além dêsse fato, o mais fundamental da autonomia dos serviços de segurança, os quais, desligados da Secretaria do Interior, passaram a constituir a Chefatura de Polícia do Estado, em atenção às imperiosas necessidades acima referidas.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

FAZENDA PÚBLICA

I

Um exame detido da situação econômica-financeira do Paraná, em confronto com os demais Estados da Federação, revela a sua invejável situação atual.

Na sua pujante produção agrícola, aparece em primeiro lugar o café, com a safra de 1947/1948 estimada em 2.300.000 sacas.

Esse volume de produção será, logo no curso de cinco anos, aumentado para cinco milhões de sacas, de vez que existem mais de cem milhões de cafeeiros novos que ainda não alcançaram a fase de produção.

Acresce mais que o Estado dispõe de grandes áreas de terras roxas também próprias à cultura da rubiácea, sobre o divisor do Ivaí e do Tibagi, já em vias de exploração pelo afluxo de cerca de 80 a 100 mil imigrantes, procedentes de Minas e São Paulo, que anualmente penetram no Paraná.

Ao café segue-se, em importância econômica, a madeira, cuja exportação, em 1946, alcançou o valor comercial de setecentos milhões de cruzeiros, sendo a maior parte de madeira preparada.

A seguir, vem o mate com uma exportação anual de quarenta milhões de quilos e com amplas possibilidades na abertura de novos mercados como o americano e o canadense.

O Paraná produz algodão, cuja safra anual é, atualmente, de dois milhões de arrobas; tungue, num volume de um milhão e meio e finalmente uma safra de cereais calculada em vinte milhões de sacas.

E, afora essa impressionante produção agrícola, para a qual ainda dispõe de terras de primeira ordem, não cultivadas, é grande a produção animal, especialmente de suínos, em número de cerca de 400.000, sendo o grande abastecedor do mercado de banha de São Paulo.

Releva ainda notar as riquezas do sub-solo, praticamente intactas, exceto o carvão, que é da melhor qualidade e, assim mesmo, explorado em pequena proporção, com as suas grandes jazidas próximas de São Paulo, mercado, por excelência, desse nosso combustível.

No nordeste, em Bocaíuva do Sul, grandes minas de chumbo, ferro em Antonina e em Castro; diamantes no curso do Tibagi; calcários em amplo massiço ao redor de Curitiba, amparando prósperas indústrias de louças.

E, finalmente, os novos estudos geológicos nele localizam parte do amplo lençol de petróleo da bacia do Paraná, para a qual agora se voltam as vistas de grandes interesses.

Assim, dispondo das riquezas e da produção acima, apenas com uma população de 1.500.000 habitantes para 200.000 quilômetros de território, o Paraná é, dos Estados da Federação, um dos de maior futuro, sem dúvida nenhuma.

A sua situação financeira é firme e tranqüila.

A dívida externa, num total de 343.000 libras e 1.815.000 dólares, bem como a interna que soma Cr. \$ 71.382.800,00, estão completamente consolidadas. Os serviços de juros e amortização dessas dívidas chegam a 10 milhões de cruzeiros anuais, isto é, menos de três por cento da receita do Estado, estando rigorosamente em dia.

O exame da receita e da despesa, nestes últimos dez anos, mostra a firme posição do Tesouro e o progresso da arrecadação, como se vê do seguinte quadro:

1936	52.596.593,00	44.915.634,00
1937	49.861.237,50	63.336.757,00
1938	59.102.095,80	63.775.673,00
1939	68.877.781,20	65.187.721,00
1940	78.591.791,00	75.001.883,00
1941	90.888.766,00	86.075.678,30
1942	94.417.755,00	87.951.846,00
1943	114.118.278,60	105.927.350,90
1944	141.178.509,60	145.145.018,40
1945	175.477.274,90	175.163.248,90
1946	221.032.848,80	230.346.222,30
	Superavit anterior incorporado	22.283.410,50
		<hr/>
		243.326.258,80
1947	Orçado	222.224.810,00
	Arrecadado	301.563.186,00
	Superavit anterior incorporado	12.980.036,50
		<hr/>
		314.543.222,50
		314.072.006,40

O orçamento para 1948 calcula a receita e a despesa em Cr. \$ 382.114.775,60 milhões de cruzeiros, sendo de notar que o Pessoal que consumia setenta e oito, (78%) por cento da receita, passa agora a consumir quarenta e três e seis décimos por cento (43,6%), apesar de terem sido criados vários novos serviços, visando completar o aparelhamento administrativo do Estado.

II

Ao assumirmos o governo, encontramos uma legislação tributária para o Estado a exigir uma urgente revisão.

É bem sabido que qualquer modificação nesta matéria, por menos onus que ela traga ao contribuinte, e ainda que seja, — como foi aqui o caso, mais de uma vez, — uma simples regularização, uma simples racionalização e atualização, mesmo assim, sempre se apresenta àquêle mais ou menos antipática.

Não obstante, desde que assumimos a responsabilidade de gerir os negócios do Estado, não poderíamos pensar em nos defender de qualquer animosidade que nos pudesse trazer a bôa gerência dos mesmos.

E a revisão tributária que fizemos operar foi um simples imperativo de bôa gerência de uma organização que nos foi confiada.

Nas contas que aqui prestamos ao Legislativo a respeito dessa matéria, cremos deixar isso bem evidente.

Imposto de venda e consignações — No Paraná, como de todos é sabido, êste tributo tem uma incidência menor que a da maioria dos Estados do Brasil, alcançando tôdas as operações comerciais realizadas em seu território, com a taxa de 2%.

A revisão da legislação sôbre êsse imposto era uma exigência inevitável, com o objeto sobretudo de racionalização da sua cobrança e atualização do seu conceito.

Indicaremos algumas das alterações introduzidas.

No caso das filiais, por exemplo, operando com matriz em território de outro Estado, firmamos que o imposto seria sempre devido quando da saída da mercadoria do território do Estado, e isso porque a filial, sediada no Estado, goza de personalidade jurídica, aqui possui seu fôro, aqui opera comercialmente, compra ou vende, recebe citações, aceita títulos, etc.

Outro aspecto que mereceu atenção foi o caso das transações comerciais em que, apesar de não haver especificamente venda ou consignação, contudo realizam-se operações que com essas tem absoluta identidade.

Estão neste caso, por exemplo, prestações de serviços, aplicação de materiais, locação ou cessão de films, hospedagem, etc.

Mereceu atenção igualmente, o caso da venda das mercadorias, gêneros, etc., nas chamadas feiras livres. Hoje, estes locais são ocupados, indiferentemente, por comerciantes estabelecidos, por vendedores ambulantes, ao mesmo tempo que por produtores. A finalidade d'este sistema é, todos sabemos, facilitar a venda direta do produtor ao consumidor. Desde que assim é, tributamos, nas feiras livres, o comerciante estabelecido e os comerciantes ambulantes, isentando, porém, fazendo-lhe justiça e restabelecendo assim de um modo indireto o princípio que é a razão de ser das feiras livres, — ao pequeno produtor que realiza a sua venda direta ao consumidor.

Outra preocupação dominante na organização atual sobre o imposto de vendas e consignações, foi a racionalização do nosso aparelho fiscal para evitar, o mais possível, a sonegação do imposto, procurando atenuar a burla com medidas bem estudadas. Neste sentido, adotamos o que chamamos de regime de observação fiscal, ao qual ficará sujeito todo o comerciante que tentar se eximir ou burlar a ação do fisco. Esse regime estabelece a adoção obrigatória de notas de venda, cadernos e a adoção de máquinas registradoras para tais comerciantes, e aquêles elementos darão à fiscalização, seguramente, dados positivos para aquilatar a média das vendas dos sonegadores ou recalitrantes. É uma verdadeira medida profilática, que só será, porém, aplicada contra os que tentarem burlar o fisco.

Imposto de exportação — A quem olhasse a situação de nossa legislação tributária, ao assumirmos o governo, bastaria um rápido exame apenas para verificar que o denominado imposto de exportação estava a exigir uma imediata atualização, sobretudo porque o rol das mercadorias não exprimia mais, estava longe de exprimir, o que de fato o Estado exporta. Outra anomalia evidente era a circunstância de os valores comerciais constantes da pauta então vigorante não terem sido revistos desde 1943, com muito graves prejuízos para o erário público, dada a vertiginosa elevação dos valores comerciais da quase totalidade da produção do Estado, em consequência da guerra. Daríamos como exemplo, o caso do café e da madeira, que tinham, pela pauta vigente, os valores fixados, respectivamente, em Cr. \$42,85 (saca de 60 quilos) e Cr. \$ 175,00 por metro cúbico, produtos que hoje são exportados por nossos portos a Cr. \$ 400,00 e Cr. \$ 850,00 em média, o que é bastante para caracterisar a muito ponderável evasão que se vinha efetuando como consequência da falta de revisão da pauta.

Está assim caracterizado o já irremediável prejuízo que, neste sentido, sofreu o Paraná, — inadvertência porém fácil de sanar, — o que cuidamos de fazer agora.

O regulamento em si mesmo poucas alterações sofreu, uma vez que estava calcado em boas bases. Foi, contudo, escoimado da taxa de estatística, já revogada, tendo sofrido, ainda, a eliminação da parte concernente ao imposto inter-estadual.

Com referência, porém, ao processamento de recursos, sofreu alteração profunda, pois passamos o exame dos mesmos da Divisão de Fiscalização das Rendas para a Divisão de Legislação Fiscal e cometemos ao Diretor do Departamento da Receita a decisão d'esses casos. Da de-

cisão dessa autoridade, caberia recurso para a Câmara de Contribuintes do Estado; extinto, depois, este órgão, cuja atividade não ultrapassava de menos de dez processos por ano, custando assim ao Estado um preço demasiado alto, ficou afeta ao Secretário da Fazenda a decisão dos recursos interpostos pelos contribuintes.

Esse tributo, daqui por diante, terá um caráter particular, não incidindo sobre todas as mercadorias, mas apenas sobre algumas, principalmente sobre o café, a madeira e a erva-mate, — produtos básicos da nossa exportação, achando-se dele isenta a maior parte da produção agrícola e industrial.

A pauta será revista mensalmente, de modo a aproximar o valor oficial nela consignado, do valor comercial dos produtos, e será calculada em função das cotações correntes.

Das mercadorias que irão compor a pauta, somente o café, a madeira e a erva-mate terão valores comerciais fixos, e estes mesmos bem inferiores aos valores comerciais vigorerantes nas transações comuns. Os demais serão cobrados ad-valorem, ficando assim sujeitos às variações habituais.

A erva-mate beneficiada será taxada em 3 %, como medida protecionista, em consonância, aliás, com a política econômica que vem presidindo a exportação desse produto.

As taxas foram em geral, reduzidas para o limite fixado pela Constituição Federal, de 5% ad-valorem.

Imposto territorial rural — O simples exame do orçamento de outros Estados, no que se refere ao imposto territorial rural, bastaria para atestar a imperfeição de nossa legislação neste particular.

Vários motivos justificavam e até exigiam que se melhorasse a legislação e se atualizasse a tabela e forma de cobrança deste tributo, sendo particularmente de considerar: a arrecadação em nível decrescente, no último triênio; o confronto da nossa arrecadação com a de outros Estados com menores áreas territoriais; a inoperância de uma legislação já muito antiga, datada de 1912, e de uma tabela cuja última revisão fôra feita em 1926.

Com efeito: a estatística financeira mostrava um sensível desnível de arrecadação:

1944	Cr. \$ 1.699.098,10
1945	Cr. \$ 1.331.719,70
1946	Cr. \$ 1.319.252,00

Temos aí um índice seguro da imperfeição dos métodos de arrecadação.

O confronto da arrecadação deste tributo com a de Estados de nível econômico-financeiro inferior ao nosso e de menores áreas territoriais, dá outra prova evidente das deficiências da lei que regia a matéria. Enquanto o Paraná conseguia, no último triênio, a média de Cr. \$ 1.450.000,00, Santa Catarina arrecadava Cr. \$ 8.500.000,00 e Sergipe Cr. \$ 1.500.000,00. Si a comparação fôr feita com Estados maiores, veremos ainda mais a imperfeição que precisávamos corrigir. Minas Gerais arrecadava Cr. \$ 30.000.000,00; o Rio Grande do Sul, Cr. \$ 22.000.000,00; São Paulo, Cr. \$ 35.000.000,00, sendo de salientar que São Paulo apresenta uma área territorial apenas 20 % superior ao Paraná.

Salientar-se-ia, ainda, que, pelo fato de a última revisão da tabela haver sido feita em 1926, encontravam-se absurdos na tabela de classificação das terras, como no caso dos municípios de Londrina e outros do setentrião paranaense, classificados como terras de quarta classe, com o irrisório valor venal de Cr. \$ 50,00 por alqueire.

A legislação agora adotada prevê providências para sanar essas deficiências, sem gravar propriamente o imposto, cuja taxa de 0,6 % foi conservada.

Dívida Ativa — Foi igualmente objeto de revisão a legislação existente para o serviço da Dívida Ativa. O trabalho realizado representa uma reestruturação da nossa lei, com a inclusão de vários dispositivos da legislação federal, da de São Paulo e do Rio Grande do Sul, que constituem valiosas interpretações para a melhor execução desse serviço.

Tais são as mais importantes das reformas tributárias que fizemos realizar, com o objetivo fundamental, pois, de vencer sobretudo o anacronismo de nossa legislação então vigente.

Dos outros atos, nesta mesma ordem de assunto, damos conta ao relatarmos a atividade legislativa no período decorrente entre a nossa posse e a promulgação da Constituição Estadual.

III

Os serviços atinentes à economia e às finanças do Estado ao assumirmos o Governo apresentavam a seguinte situação :

O ano financeiro de 1946, já encerrado na época de nossa posse, apresentou êsses resultados:

a) Receita

A Receita do Estado para aquêle exercício foi estimada em Cr. \$ 158.125.637,00; sua arrecadação, no entanto, foi de Cr. \$ 221.032.848,30, — ultrapassando a estimativa em Cr. \$ 62.907.211,30 e a arrecadação do exercício de 1945 que foi de Cr. \$ 175.477.274,90, em Cr. \$ 45.555.573,40, excesso que diz bem das possibilidades econômicas do Estado.

b) Despesa

A Despesa atingiu neste ano ac global de Cr. \$ 230.346.222,30 — ultrapassando a receita do mesmo exercício em Sr. \$ 9.313.374,00; — diferença no entanto coberta pelo superavit de 1945, de Cr. \$ 22.293.410,50 incorporado à receita de 1946, formando assim um global de receita de Cr. \$ 243.326.258,80, que permitiu a execução de despesas no valor de Cr. \$ 230.346.222,30, apresentando ainda o saldo de Cr. \$ 12.980.036,50 que passou a garantir subsidiariamente a receita de 1947, como se evidencia em seguida:

Receita

Saldo de 1945	Cr. \$ 22.293.410,50
Receita do Exercício de 1946	Cr. \$ 221.032.848,30
Total da Receita	Cr. \$ 243.326.258,80

Despesa

Orçamento	Cr. \$ 158.125.637,00
Suplementações	Cr. \$ 48.251.287,10
Despesa Extraordinária — Créditos especiais e extraordinários	Cr. \$ 23.969.298,20
Total da Despesa	Cr. \$ 230.346.222,30

Resumo

Receita	Cr. \$ 243.326.258,80
Despesa	Cr. \$ 230.946.222,30
Saldo para 1947	Cr. \$ 12.980.036,50

Disponibilidade

O Tesouro do Estado mantinha nessa época as seguintes disponibilidades :

Caixa		885.000,00
Bancos:		
Bco. do Estado	Cr. \$ 18.111.000,00	
Bco. de Curitiba	" 5.134.000,00	
Bco. Comercial	" 9.000,00	
Bco. Meridional	" 609.000,00	
Bco. do Brasil	" 225.000,00	24.088.000,00
Total das Disponibilidades	Cr. \$ 24.973.000,00	

EXERCÍCIO DE 1947

A lei orçamentária para o exercício de 1947, estimou a receita em Cr. \$ 222.224.801,00 e fixou a despesa em igual importância; executado que foi o orçamento, apresentou-nos o seguinte resultado :

A Receita atingiu a Cr. \$ 301.563.186,00 — excedendo em Cr. \$ 79.338.385,00 a estimativa e de Cr. \$ 80.530.337,10 a arrecadação efetuada em 1946 que foi de Cr. \$ 221.032.848,30.

A receita arrecadada no valor de Cr. \$ 301.563.186,00 foi acrescida da quantia de Cr. \$ 12.980.036,50 — saldo do exercício de 1946, que adicionada ao valor da receita, proporcionou recursos no total de Cr. \$ 314.543.222,50.

A despesa do exercício de 1947, alcançou a Cr. \$ 314.072.006,40 perfeitamente equilibrada com a Receita e teve o seguinte desdobramento :

Despesa

Ordinária		
efetuada	Cr. \$ 258.564.019,70	
empenhada	Cr. \$ 27.915.781,80	Cr. \$ 286.479.801,50
Extraordinária		
efetuada	Cr. \$ 14.597.204,90	
empenhada	Cr. \$ 12.995.000,00	Cr. \$ 27.592.204,90
Total	Cr. \$ 314.072.006,40	

Analizando a despesa acima temos a seguinte especificação:

Despesa

Ordinária		Cr. \$	Cr. \$
Palácio do Governo	3.067.610,50		
Poder Legislativo do Estado	4.373.454,90		
Secretaria do Interior, J. S. Pública	41.301.756,50		
Secretaria da Fazenda	46.590.292,70		
Secretaria de Viação e Obr. Públicas	79.926.178,30		
Secretaria de Agric., Ind. e Comércio	18.547.122,40		
Secretaria de Educação e Cultura .	52.798.536,70		
Secretaria de Saúde e Assist. Social	11.965.598,80		
Soma	258.570.550,80		
Empenhada por Restos a Pagar ...	27.909.250,70		286.479.801,50
<hr/>			
Extraordinária			
Serviço Eleitoral	12.550,00		
Inst. do 7.º Distr. Sanit. c/Sede F. Ig.	200.419,60		
Exercícios Findos	485.478,30		
Ob. Saneamento de Cornélio Procópio	3.243.946,50		
Reforço abastecim. Agua Paranaguá	523.415,90		
Dcsp. c/a 1.ª prest. faixa terra — G. Canguiri	88.055,00		
Trat. Agua Serra e melhor. Inst. Ma- nanciais	22.428,90		
Assent. Canalização Arrab. Portão ..	1.152.515,00		
Aquisição de uma máquina de escoar	344.747,90		
Constr. de um coletor de esgotos nas zonas entre Av. V. Machado e R. João Negrão	230.185,00		
Constr. de um coletor de esgotos nas zonas entre o Juvevê e R. 15 de Novembro	409.434,00		
Aquisição de 10.000 m. de ferro fun- dido 3" e 6"	258.086,00		
Estação de tratamento	79.834,30		
Macadamização do trecho Pinhais- Cajuru	89.068,10		
Extensão da Linha Iluminação Co- lônia S. Felicidade-Inst. Luz no Hospital de Crianças tuberculo- sas e no Grupo Escolar	200.000,00		
Tribunal de Contas	343.025,00		
Ações Bco. Estado Paraná — 4.ª e 5.ª prest. aum. Cap.	3.592.200,00		
Serv. do acôrdo c/a União p/Ministério de Educação e Saúde, p/in-			

tensificação da Assistência Psiquiátrica no Estado	400.000,00
Funcionamento dos novos serviços afetos à Secret. de Saúde e Assistência Social	754.392,80
Para atender desp. oriundas da alteração da carreira de Delegado de Polícia	9.091,00
Plano de Aprov. das Reservas Hidráulicas	196.326,60
Estudos e Projetos de Orçamento do Saneamento de Diversos Municípios	347.310,10
Departamento Estadual de Compras Aquisição do Imóvel "Faz. Matilde" município de Castro	135.760,00
Superintendência dos Serviços do Café	500.000,00
Estudos e Projetos de Orçamento da Estrada de Ferro Apucarana ..	221.077,90
Depart. Administrativo do Oeste Paraná	250.000,00
Aux. à Sociedade de Socorro aos Necessitados	50.000,00
Obras Diversas no Norte do Estado	100.000,00
Desp. c/a Comemoração do Dia do Paraná	60.000,00
Desn. c/a abertura de uma picada na Estrada Boiadeira	130.000,00
Constr. da Estrada Cambuí à Bacia Carbonífera	39.000,00
Frigorífico do Atuba	101.000,00
	27.855,00
Soma	Cr.\$ 14.597.204,90

Empenhado

Crédito aberto para aumento do capital do Banco do Estado	12.985.000,00	27.592.204,90
---	---------------	---------------

Além das despesas que foram ocorridas por conta de créditos especiais, acima enumeradas, devemos destacar também as custeadas por verbas ordinárias, subordinadas à Secretaria de Viação e Obras Públicas; entre muitas executadas, ressaltamos as seguintes:

	Cr.\$
Constr. Usina Hidro-Elétrica de Morretes	1 518.672,30
Constr. Colégio Estadual do Paraná	5.091.260,00
Constr. Centro de Saúde da Capital	463.143,80
Constr. Penitenciária Agrícola de Piraquára	3.000.000,00
Constr. Grupo Escolar de Santa Mariana	144.681,30
Constr. Centro de Saúde de Jacarézinho	293.165,00

Constr. Grupo Escolar de Joaquim Távora	180.916,60
Constr. Forum, Coletoria e Delegacia de Bandeirantes	136.667,00
Constr. Maternidade de Paranaguá	119.205,90
Constr. Hidro-Elétrica de Cachoeira	500.000,00
Constr. Casa de Detenção de Londrina	366.556,60
Constr. Grupo Escolar de Morretes	554.000,00
Constr. Armazem para o A. G. do Estado	43.014,10
Construção Grupo Escolar de Jaguariaíva	19.089,90
Construção Casa do Médico Sanatório São Sebastião	45.319,20
Construção do Edifício dest. à Div. Ensaio e Resistên- cia de Materiais do Instituto de Biologia	316.794,80
Constr. da Cadeia Pública de Bandeirantes	95.000,00
Constr. Grupo Escolar de Jandaia	152.000,00
Constr. Grupo Escolar do Bigorriho	78.875,90
Constr. Pavilhão de Ginástica do Ginásio de Londrina	199.031,20
Constr. Armazem n.º 6, no Pôrto de Paranaguá	425.000,00
	<hr/>
	13.742.393,60
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ..	28.301.680,00
	<hr/>
Total	Cr.\$ 42.044.073,60

As despesas decorrentes de manutenção de serviços de caráter efetivo, como vencimentos do funcionalismo civil e militar, bem como as de caráter variável, representadas por contas a pagar, foram pagas com regularidade.

Os débitos concernentes aos Serviços da Dívida Pública do Estado, quer os da Dívida ativa, regulados pelo Decreto-Lei Federal n.º 6.019, de 23/11/943; quer os da Dívida interna, pelo plano próprio de sorteio e resgate, foram satisfeitos com absoluta pontualidade. Damos em seguida a situação atual das referidas dívidas.

Dívida externa

Empréstimo externo de 1928 — de 1.000.000 de Libras e de 4.860.000,00 dólares.

Libras		
Inicial	£	1.000.000
Resgate	£	657.000
		<hr/>
Circulação atual	£	343.000
		<hr/>
Dólares		
Inicial	\$	4.860.000,00
Resgate	\$	3.045.000,00
		<hr/>
Circulação atual	\$	1.815.000,00

Dívida interna

Empréstimo Interno de Consolidação

Cr.\$	90.000.000,00
-------	---------------

Resgate (plano próprio)	Cr. \$	18.617.200,00
Circulação atual	Cr. \$	71.382.800,00
(Equivalente a 356.914 apólices de Cr. \$ 200,00).		

Assim executado o orçamento de 1947, ufanamo-nos dêsse resultado compensador, que atesta de sobejo as grandes possibilidades econômicas do nosso Estado.

EXERCÍCIO DE 1948

O Poder Legislativo do Estado, pela Lei n.º 6, de 20 de novembro de 1947, que decretou o ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, para o ano de 1948, estimou a receita em Cr. \$ 382.114.775,60 e fixou a despesa também em Cr. \$ 382.114.775,60, mantendo perfeito equilíbrio.

A estimativa da receita para o exercício em tela obedeceu ao nosso justificado otimismo, confiados que estamos no progresso sempre crescente do Paraná, sua vitalidade econômica, e baseados também nas arrecadações anteriores, as quais, demonstradas em seguida, nos dão a razão de tal estimativa:

Arrecadação de 1944	Cr. \$	141.178.509,50
Arrecadação de 1945	Cr. \$	175.477.774,90
Arrecadação de 1946	Cr. \$	221.032.848,30
Arrecadação de 1947	Cr. \$	301.563.186,60
Estimativa para 1948	Cr. \$	382.114.775,60

Si fizermos o cálculo da estimativa da Receita para 1948, baseados nos índices técnicos estabelecidos pelo decreto-lei n.º 2.416, de 17-7-1940, que estabelece em seu art. 7.º § 1.º:

“A estimativa da receita terá por base a arrecadação do último exercício encerrado, levados em conta a razão média do aumento ou decréscimo verificado no último triênio e as possibilidades econômicas”

obteremos o índice de Cr. \$ 355.024.744,00 assim demonstrado:

Ano	Arrecadação	Excesso
	Cr. \$	Cr. \$
1944	141.178.509,50	
1945	175.477.274,90	34.298.765,40
1945	175.477.274,90	
1946	221.032.848,30	45.555.573,40

1946	221.082.848,30	
1947	301.563.186,00	80.530.337,70
		<hr/>
Razão média do aumento no último triênio		53.461.558,00
Arrecadação de 1947		301.563.186,00
		<hr/>
Estimativa para 1948		355.024.744,00

Evidencia-se que a estimativa para 1948 ultrapassou de Cr. \$ 27.090.031,60, os índices técnicos, mas que igualou o excesso verificado na arrecadação de 1946, relativamente à de 1947, no total de Cr. \$ 80.530.337,00 os quais, acrescidos de Cr. \$ 301.563.186,00, completam a estimativa de 1948, praticamente.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

I

Atribuída ao Poder Executivo, por força de disposição constitucional, a apresentação do ante-projeto da nova divisão administrativa do Estado, foi o mesmo mandado elaborar pelo Governo, por intermédio do Departamento de Geografia, Terras e Colonização e submetido à apreciação dessa colenda Assembléa Legislativa.

A necessidade de se atender ao desenvolvimento econômico de regular número de distritos, notadamente os da região norte do Estado, fez com que fôsse proposta a elevação a município daqueles que se encontravam em condições de manter autonomia administrativa, como novas células do organismo estadual.

Igualmente, a densidade de população e o grande número de habitações verificadas, originou o critério de se propôr a elevação à categoria de vilas de muitos povoados que faziam jús à condição de sedes de distrito.

Tanto na criação dos municípios como dos distritos foram observadas as normas estatuidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, objetivadoras de sistematização na divisão administrativa do país.

Esse ante-projeto, após sofrer várias emendas colimando a criação de novos municípios e distritos foi aprovado, consubstanciando-se na lei n.º 2, de 10 de dezembro de 1947, em tempo devidamente sancionada.

Está assente e determinada a confecção dos mapas municipais correspondentes às novas divisões, sendo pensamento reuni-los em volumes impressos com os elementos indispensáveis ao conhecimento da nova divisão administrativa que vigorará no quinquênio 1947-1952, acrescidos da divisão judiciária e dos dados referentes à superfície e população por municípios e distritos.

II

No ano transato foram concluídos os trabalhos de elaboração da nova carta geral do Estado, cuja impressão, já autorizada, se encontra sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Geografia, em colaboração com o Serviço Geográfico do Exército, órgãos federais especializados que, por deferência do Engenheiro Cristovão Leite de Castro e General Djalma Poly Coelho, aquiesceram em cooperar para a execução desse "desideratum" com notável economia para o Erário e garantias máximas de eficiência para o trabalho.

Para a confecção do mapa em referência, que dentro de poucos meses será dado à divulgação, foram coletados elementos existentes na mapeoteca do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, documentos cartográficos, antigos e recentes, existentes no Arquivo Público e selecionados devidamente, trabalhos executados pelas Divisão de Terras e Colonização, divisões judiciais, relatórios de comissões de limites, do Serviço Geográfico do Estado de São Paulo e de outras fontes idôneas, serviços que resultaram numa revisão completa de todos os mapas municipais existentes.

A determinação de coordenadas geográficas efetivada por engenheiros do Estado especializados no Conselho Nacional de Geografia, permitiu que fôsse sanado regular número de incorreções existentes nos mapas anteriores, fixando-se a exata posição geográfica das cidades e vilas paranaenses.

O novo mapa do Paraná apresentará a nova divisão administrativa do Estado com os seus atuais característicos toponímicos e com representação cartográfica perfeita e atualizada.

III

Assumindo o governo do Paraná, desde logo procuramos aperfeiçoar o organismo administrativo do Estado.

Neste propósito, criamos, desde logo, o Tribunal de Contas, um órgão, sem dúvida, assegurador da moralidade e da disciplina administrativa, com a função de controlar a execução do orçamento e de tomar contas de todos os responsáveis por bens públicos do Estado. A ação extraordinariamente benéfica do Tribunal, nós a contamos entre os grandes motivos de orgulho de nossa administração.

Nessa reorganização do esquema dos órgãos da administração pública conta-se ainda, em nossa gestão, a criação da Secretaria de Educação e Cultura, obtendo-se assim autonomia de tais serviços, a extinção do antigo Departamento Estadual de Informações, e a criação do Departamento de Cultura e Divulgação, na nova Secretaria, com a função de proteger e estimular a produção filosófica, científica e literária; o cultivo das artes; a conservação do patrimônio cultural (patrimônio artístico, histórico, documentário, bibliográfico, etc.); o intercâmbio cultural; a difusão cultural entre as massas, através dos diferentes processos de penetração espiritual; a propaganda e a campanha em favor das causas humanitárias e patrióticas; a educação cívica através de toda a sorte de manifestações coletivas; a recreação individual e coletiva, e a divulgação oficial.

Ao mesmo tempo, criávamos a Secretaria de Saúde e Assistência Social, dando assim autonomia aos serviços de saúde pública e criando órgãos públicos de proteção à maternidade, à infância e à juventude e de serviço social, com as atribuições que já ficaram definidas quando tratamos da nossa política social.

Os serviços de segurança pública foram, primeiro, reestruturados quando criamos a carreira de delegados de polícia, dando, ao mesmo tempo, sistematização à organização policial existente; e, depois, com a criação mais recente da Chefatura de Polícia.

Desejamos dar destaque, também, à criação do Departamento Administrativo do Oeste, mediante o qual esperamos poder chegar a satisfa-

zer os justos anseios de amplo desenvolvimento que animam as populações daquela extraordinária região de nosso Estado, aproveitando as suas excepcionais possibilidades de riqueza. Na verdade, a criação do Departamento Administrativo do Oeste foi a medida culminante de uma série de atenções que vínhamos dispensando à região do extinto Território do Iguazú. Assim, por ocasião da Conferência de União da Vitória, havíamos tido oportunidade de, com o Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, solicitar ao governo federal as providências necessárias para normalização da situação que se criara naquela região, tendo sido, então, expedido o seguinte telegrama:

“Excelentíssimo Senhor General Eurico Gaspar Dutra.

Digníssimo Presidente República — 10 — SET — 1947. RIO — DF.

Temos a honra de ser, junto a Vossa Excelência, intérpretes conferência União Vitória, onde Santa Catarina e Paraná assentaram fazer apêlo conjunto em relação à situação do extinto Território do Iguazú. Após a extinção, a entrega dos bens móveis e imóveis processou-se de maneira incompleta tendo sido mesmo recolhidas ao Tesouro Nacional as verbas destinadas não apenas ao pagamento das Obras e Estradas iniciadas, como até a pagamento dos funcionários, operários e tarefeiros. Tal situação cria para os Governos de ambos os Estados situação delicada, parecendo às populações locais que a paralização das iniciativas da administração do extinto Território deve-se à incapacidade da direção estadual. É importante considerar prejuizos materiais que resultam dessa paralização, perda esforços e despesas dispendidos e retardamento atingir objetivo almejado desenvolvimento rica zona fronteira.

Pleiteiam assim Santa Catarina e Paraná, junto seu patriotismo, transferência para Governos ambos Estados verbas destinadas conclusão obras contratadas, iniciadas; regularização débitos administração extinto Território e auxílio Governo federal com novas verbas para prosseguimento estradas principiadas. Respeitosas saudações.

aa) Aderbal Ramos da Silva
Governador Santa Catarina.

Moyses Lupion
Governador Paraná”.

E, no mesmo modo, várias outras medidas foram tomadas, com o mesmo espírito e objetivo, independente da medida fundamental que foi a criação do Departamento Administrativo do Oeste. A estrutura dêste novo órgão está fundada numa das idéias diretoras do nosso programa de governo, — a idéia da planificação. O decreto que criou o Departamento estabelece a exigência indispensável da planificação dos trabalhos e condiciona a isso a sua estruturação.

O Departamento já está hoje instalado e na fase inicial do seu funcionamento.

Nessa reorganização do esquema dos órgãos da administração pública não poderiam ser esquecidos, ainda, os reajustamentos obtidos com a criação do Departamento de Compras, a autonomia do Porto de Paranaguá, a criação do Departamento de Estradas de Rodagem, a criação

da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, a criação do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios e outras readaptações de menor porte, como a criação da Divisão da Fiscalização do Imposto de Vendas e Consignações, na Secretaria da Fazenda, criação essa, porém, de importância excepcional, dado o vulto das sonegações no pagamento deste tributo e dada a circunstância de serem as contribuições dele advindas a parcela mais significativa da nossa arrecadação.

Ao mesmo tempo que isso, procuramos obter mais racionalização nos serviços públicos e esse trabalho, ainda que se desenvolva lentamente, e nem pode ser de outra forma, pois temos de vencer velhos e enraizados hábitos, e não podemos dispor ainda de um órgão suficientemente amplo para este objetivo, — desenvolve-se, contudo, com bastante continuidade e bons resultados.

IV

Tendo em vista a normalização do funcionamento dos serviços do Estado fizemos expedir aos vários órgãos da administração pública várias portarias, logo na fase inicial de nossa gestão, das quais fazemos aqui uma indicação resumida:

Circular n.º 1 — Manda sustar as nomeações e readmissões em cargos públicos, isolados ou de carreira, bem como admissões em qualquer modalidade de extranumerário, admitindo-se apenas as exceções absolutamente imprescindíveis, mediante autorização prévia do Governador.

Circular n.º 2 — Manda restringir ao estritamente indispensável os gastos com material e pessoal, os quais deverão efetuar-se rigorosamente dentro dos limites dos créditos orçamentários próprios.

Circular n.º 3 — Manda que se proceda, com a máxima urgência, o levantamento de todos os processos em andamento em cada uma das Secretarias, Diretorias Gerais e Departamentos autônomos, por ordem cronológica: que sejam recomendadas enérgicas medidas para a regularização do expediente em atraso, bem como para a rigorosa observância dos prazos legais para informações e pareceres nos processos em estudo, prazos que não devem ser exzotados si não houver motivo justificado: que sejam punidos disciplinarmente os responsáveis pelas irregularidades que se verificarem no cumprimento destas disposições.

Circular n.º 4 — Manda que os funcionários adidos voltem a exercer, dentro de trinta dias, os cargos de que são ocupantes, em suas repartições de origem.

Circular n.º 5 — Determina que se proceda ao imediato levantamento cadastral de todos os bens móveis e imóveis de cada uma das Secretarias, Diretorias Gerais ou Departamentos autônomos.

Circular n.º 6 — Manda que sejam relacionados, com a máxima brevidade, os veículos automóveis de cada uma das Secretarias de Estado, Diretorias Gerais e Departamentos autônomos, constando da relação esclarecimentos sobre a marca, o tipo, número do motor, ano da fabricação, estado de conservação, serviço em que está sendo utilizado e, tanto quanto possível, o seu exato valor comercial.

Circular n.º 7 — Pede, de cada Secretaria, Diretoria Geral e Departamento autônomo, um quadro demonstrativo da exata situação, no dia 12 de março, das verbas orçamentárias respectivas.

Circular n.º 8 — Pede, a cada Secretaria, Diretoria Geral ou Departamento autônomo, uma relação, contendo nome, cargo ou função, e lotação dos funcionários respectivos, que estejam percebendo gratificações ou diárias, ou somente estas ou aquelas, ou ambas concomitantemente, esclarecendo qual o dispositivo legal em que se fundam e qual o ato que as autorizou.

Circular n.º 9 — Determina que sejam terminantemente reduzidas ao mínimo as despesas com diárias e serviços extraordinários por antecipação ou prorrogação de expediente, ficando estes dependendo, até nova ordem, de autorização do respectivo Secretário de Estado; que devem ser submetidas a prévio exame do Gabinete do Governador todas as despesas com publicidade, concessões e representações de serviços estaduais a congressos e festividades realizados em outros Estado; que seja exercida minuciosa fiscalização nas despesas de pronto pagamento, a respeito das quais se faziam dispêndios perfeitamente dispensáveis e pagamentos exagerados pela prestação de serviços.

Circular n.º 10 — Determina que os funcionários, quando em viagem de inspeção em zonas servidas por ferrovias ou por linhas regulares de ômnibus, utilizem para sua locomoção unicamente estes meios de transporte, e comunica que a Secretaria da Fazenda não processará nem pagará contas de serviços de transporte em automóveis de aluguel que infrinjam estas recomendações.

Circular n.º 11 — Consolida disposições vigentes sobre a instrução e a movimentação de papéis nos órgãos da administração pública, bem como uniformiza as normas para a redação de informações e pareceres e a correspondência oficial.

Circular n.º 12 — Tendo a Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil liberado, de janeiro a maio do corrente ano, cerca de 384 caminhões, destinados a firmas e pessoas do Paraná. — pede dos Prefeitos Municipais uma relação contendo o número da chapa com que no respectivo Município foi ou foram emplacados os veículos em causa e cujos proprietários tenham seus nomes na relação que se enviou anexa com os nomes daquelas firmas e pessoas.

EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

I

Completando os dados da presente mensagem, neste capítulo dos assuntos de administração geral, desejamos dar notícia a respeito de edificações para serviços públicos, em nossa gestão. Cremos dar uma idéia suficiente do que está se passando neste domínio, si referirmos que, para o Departamento de Edificações, no corrente ano, estão destinados Cr. \$ 61.459.230,00, para as seguintes obras, a serem iniciadas, continuadas, concluídas ou realizadas integralmente neste exercício:

Na Secretaria de Educação e Cultura :

- 46 Grupos escolares
- 19 Casas escolares
- 6 Ginásios
- Colégio Estadual
- Museu Paranaense

Na Secretaria de Saúde e Assistência Social :

- 4 Centros de Saúde
- 4 Hospitais
- 7 Pavilhões para Leprosos e Tuberculosos
- 5 Residências geminadas para funcionários e doentes
- 2 Patronatos de Menores
- Lar-Escola para meninas

Na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio :

- 6 Escolas de Trabalhadores Rurais
- 1 Prédio para padronização de produtos
- 1 Entrepasto Frigorífico
- 1 Escola de Agronomia e Veterinária
- Depósitos de sementes, cereais, ampliações diversas.

Na Secretaria do Interior e Justiça :

Colônia Penal Agrícola
4 Foruns
9 Delegacias e Cadeias
Pavilhão para o Quartel da Polícia
1 Posto fiscal
Casas para funcionários e reformas diversas.

Na Secretaria da Fazenda :

4 Coletorias
4 Postos fiscais
1 Almozarifado
Casas para funcionários e reparos diversos.

Na Secretaria de Viação e Obras Públicas :

10 Casas em Estância Hidro-Mineral
5 Residências para fiscalização e execução de obras
Casa de Estudante
Depósitos, paragens e reformas em geral.
Estudos e obras dos serviços de energia elétrica.

. * .

É a seguinte a relação das obras autorizadas em governos anteriores e por nós concluídas:

Sanatório para Tuberculosos (Portão) Curitiba
Centro de Saúde de Jacarézinho
Refôrço da fundação e reforma do Ginásio de Jacarézinho
Forum e Prefeitura de Bandeirantes
Forum e Coletoria de Sertanópolis
Grupo Escolar de Santa Mariana
Grupo Escolar de Joaquim Távora
Casa residencial para dentista no Sanatório da Lapa
Forno Crematório no Sanatório da Lapa
Grupo Escolar de Jaguapitã

Obras autorizadas e iniciadas pelo nosso Governo:

Grupo Escolar de Jandaia
" " " Jataizinho
" " " Cambé
" " " Arapongas
" " " Apucarana
" " " Mandaguari

Centro de Saúde de Londrina

Pavilhão de Ginástica e Laboratório no Ginásio de Londrina.
Pavilhão de Tuberculosos anexo a Sta. Casa de Londrina
Pocilga virus (combate a peste suína) I.B.P.T. — Curitiba
Grupo Escolar de Pirai do Sul
Cadeia de Bandeirantes (concluída pela Prefeitura)
Forum e Cadeia de Tibagi

Hospital para Psicopatas — Piraquara
Ampliação do Quartel da Polícia Militar do Estado

Obras que se encontravam paralizadas por falta de verba e reiniciadas
pelo nosso Governo:

Grupo Escolar de Rebouças
Armazem para o Almojarifado Geral do Estado
Estábulo para fabricação de vacinas (Box) I.B.P.T. — Curitiba
Padronização de Produtos (Algodão) Jacarézinho
Grupo Escolar de Jaguariaíva
Grupo Escolar de Tunas

Relação total das obras em construção:

Colégio Estadual do Paraná
Centro de Saúde de Curitiba
Estábulo para fabricação de vacinas e Pociuga virus (Combate à
peste suína) (I.B.P.T.)
Sanatório para Tuberculosos (conclusão do muro) — Portão
Armazem do Almojarifado Geral do Estado
Penitenciária Agrícola
Divisão de Ensaio e Resistência de Materiais (I.B.P.T.)
Serviço de Padronização de Produtos de Jacarézinho
Maternidade de Paranaguá
Centro de Saúde de Londrina
Pavilhão de Tuberculosos de Londrina
Pavilhão de Ginástica e Laboratório anexo ao Ginásio de Londrina
Forum e Cadeia de Tibagi
Grupo Escolar de Tunas, Rebouças, Morretes, São João do Triunfo,
Palmeira, Jandaia, Jataizinho, Cambé, Araçongas, Apucarana, Mandaguari,
Piraí do Sul e Jaguariaíva
Hospital para Psicopatas — Piraquara
Ampliação do Quartel da Polícia Militar do Estado
Reforma do Forum de Palmas

AÇÃO LEGISLATIVA

Durante o período de nosso governo, desde a posse até a promulgação da Constituição Estadual, no interesse de reaparelhar o organismo do Estado, e com a fiscalização e aprovação do Conselho Administrativo, baixamos vários decretos-leis, exigidos pelas circunstâncias, dos quais damos, a seguir, uma pormenorizada informação.

Dispensamo-nos de comentá-los, pois fácil será, olhando-os em conjunto, perceber o espírito que os determinou.

Decreto-lei n.º 599 — Cria o quadro do Poder Legislativo.

Decreto-lei n.º 600 — Eleva o seguro e a contribuição da quota de funeral da Caixa de Beneficência das praças de pré da Polícia Militar do Estado.

Decreto-lei n.º 601 — Extingue o cargo de Delegado do Paraná no Rio de Janeiro.

Decreto-lei n.º 602 — No Departamento de Geografia, Terras e Colonização, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, suprime um cargo de engenheiro e cria, em substituição, um de agrônomo.

Decreto-lei n.º 603 — Majora de 1% o imposto de transmissão de propriedade causa-mortis e o de propriedade imobiliária inter-vivos.

Decreto-lei n.º 604 — Extingue um cargo de desenhista, e quatro cargos de guarda-livros, do quadro geral, — todos sem lotação.

Decreto-lei n.º 605 — Isenta das multas de mora e das resultantes de autos de infração, sobre impostos e taxas devidos à Fazenda Pública, os contribuintes que satisfizerem os seus débitos, excluídos os referentes ao ano em curso, dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da publicação dêste decreto-lei.

Decreto-lei n.º 606 — Fixa os subsídios dos deputados à Assembléa Legislativa.

Decreto-lei n.º 607 — Cria o 16.º Distrito Fiscal, com séde em Foz do Iguagú, e uma Coletoria de Rendas de 3.ª Classe, no Distrito Judiciário de Santo António, Município de Clevelândia, criando, ao mesmo tempo, a respectiva lotação: um cargo de exator e dois auxiliares de rendas.

Decreto-lei n.º 608 — Institue o Montepio dos funcionários públicos civis e militares do Estado.

Decreto-lei n.º 609 — Dá nova redação aos artigos 2.º e 3.º do decreto n.º 9.577, de 24 de fevereiro de 1940, relativo à cobrança do imposto de vendas e consignações.

Decreto-lei n.º 610 — Doa à Prefeitura Municipal de Palmas, o prédio e respectivo terreno, que era destinado ao Grupo Escolar daquela cidade, e onde se acha atualmente funcionando a citada Prefeitura.

Decreto-lei n.º 611 — Prorroga o prazo de isenção do imposto de transmissão de propriedade nas aquisições de imóveis rurais ou urbanos, feitas por oficiais e praças da Força Expedicionária Brasileira.

Decreto-lei n.º 612 — Eleva, por proposta do Tribunal de Justiça, os vencimentos do Diretor-secretário de sua Secretaria.

Decreto-lei n.º 613 — Fixa em Cr. \$ 2.400,00 anuais, a pensão mínima a ser concedida pelo Estado, nos casos que a lei determina e majora de Cr. \$ 1.200,00 as pensões superiores àquela importância até Cr. \$ 3.600,00.

Decreto-lei n.º 614 — Cria a Secretaria de Estado de Educação e Cultura e extingue o Departamento Estadual de Informações.

Decreto-lei n.º 615 — Cria a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Decreto-lei n.º 616 — Cria o Departamento Estadual de Compras.

Decreto-lei n.º 618 — Dá nova redação ao § 1.º do artigo 2.º, do decreto-lei n.º 294, de 27 de dezembro de 1944, relativo ao fato de ser o Secretário do Governo presidente nato da Comissão do Serviço Público.

Decreto-lei n.º 618 — Abre um crédito especial no valor de Cr. \$ 250.000,00, destinado a atender ao pagamento de despesas de Exercícios findos, dos diversos órgãos da administração.

Decreto-lei n.º 619 — Abre um crédito especial de Cr. \$ 88.055,00, à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comercio, destinado a atender às despesas com a primeira prestação de uma faixa de terras, que está sendo ocupada pela Granja Canguiri.

Decreto-lei n.º 620 — Abre um crédito especial no valor de Cr. \$ 3.410.156,00, à Secretaria de Viação e Obras Públicas, destinado a atender às despesas com o abastecimento de água e saneamento da cidade de Curitiba.

Decreto-lei n.º 621 — Concede isenção de imposto de propriedade inter-vivos ao Jôquei Clube Pontagrossense, sobre a doação a que se refere o decreto-lei estadual n.º 573, de 15 de janeiro do corrente ano.

Decreto-lei n.º 622 — Transfere da Tabela I, da Parte Suplementar, do quadro geral do funcionalismo público civil do Estado, para a parte suplementar do Quadro do ensino, o cargo isolado, de provimento efetivo, extinto quando vagar, de diretor, padrão J, cujo ocupante atual tem exercício na Escola Profissional República Argentina.

Decreto-lei n.º 623 — Doa ao Município de Teixeira Soares um terreno para a construção de um Hospital de Caridade.

Decreto-lei n.º 624 — Cria, na Tabela I, da Parte Permanente, do quadro geral do funcionalismo público civil do Estado, três cargos isolados, de provimento em comissão, de Diretores dos Departamentos de Segu-

rança Pública, Serviço de Trânsito e Imprensa Oficial do Estado, padrão R, com lotação na Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, extinguindo as funções gratificadas correspondentes.

Decreto-lei n.º 625 — Cria, na Tabela II, da Parte Permanente, do Quadro Geral do Funcionalismo público civil do Estado, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura, no Museu Paranaense, os cargos isolados, de provimento efetivo, de assistente técnico de botânica, assistente técnico de zoologia e taxidermista, nos padrões N, N e O, respectivamente. Suprime, na dotação numérica do referido Museu, um cargo da classe H, da carreira de escriptorário, constante da Tabela III, da Parte permanente, do Quadro geral, do Funcionalismo Público Civil do Estado.

Decreto-lei n.º 626 — Cria, no Departamento da Receita, da Secretaria da Fazenda, as Divisões de Fiscalizações e Arrecadação de Rendas e a do Imposto de Vendas e Consignações, e estabelece a sua lotação. Extingue, no mesmo Departamento, as Divisões de Fiscalização de Rendas e Arrecadação de Rendas, criadas pelo decreto-lei n.º 390, de 22 de novembro de 1945, suprimindo as funções gratificadas correspondentes aos chefes das Divisões extintas.

Decreto-lei n.º 627 — Cria o Tribunal de Contas do Estado, extinguindo o Departamento das Municipalidades e a Diretoria de Tomada de Contas da Secretaria da Fazenda.

Decreto-lei n.º 628 — Abre um crédito especial, no valor de Cr. \$ 1.543.952,60, à Secretaria de Viação e Obras Públicas, destinado a atender ao pagamento de despesas com obras de reforço do abastecimento de água da cidade de Paranaguá e de despesas com obras de saneamento da cidade de Cornélio Procopio.

Decreto-lei n.º 629 — Abre um crédito especial de Cr. \$ 3.592.200,00 destinado a pagar as prestações 4.ª e 5.ª complementares do aumento do capital subscrito pelo Estado, de 17.961 ações de Cr. \$ 1.000,00 cada uma, do Banco do Estado do Paraná.

Decreto-lei n.º 630 — Abre um crédito especial de Cr. \$ 200.000,00 para atender ao pagamento da extensão da linha de iluminação até a Colônia Santa Fencidade e para a instalação de luz no Hospital de Crianças Tuberculosas e Grupo Escolar.

Decreto-lei n.º 631 — Cria, na Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, a 16.ª Delegacia Regional de Polícia, em Tibagi, e a 17.ª em Apucarana.

Decreto-lei n.º 632 — Prorroga o prazo para que o Instituto de Jovens Brasileiros inicie as obras do edifício de sua sede social, tendo em vista o disposto no artigo 2.º, do decreto-lei n.º 382, de 29 de outubro de 1945.

Decreto-lei n.º 633 — (Nota. — Este número foi omitido na série, de modo que não há decreto-lei a êle referente).

Decreto-lei n.º 634 — Concede isenção de imposto de transmissão de propriedade inter-vivos à Logião Brasileira de Assistência, secção do Paraná, centro municipal de Malet, referente à doação a que se refere o decreto-lei n.º 15, de 15 de fevereiro do corrente ano, da Prefeitura Municipal daquela cidade.

Decreto-lei n.º 635 — Organiza o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado.

Decreto-lei n.º 636 — Dá, ao cargo de Prático de Engenharia, padrão L, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens, constante da tabela III, parte suplementar, do Quadro Geral do funcionalismo público civil do Estado, a denominação de Auxiliar de Engenheiro.

Decreto-lei n.º 637 — Abre um crédito especial de Cr.\$ 1.000.000,00 à Secretaria de Saúde e Assistência Social, destinado a atender ao serviço de Assistência Psiquiátrica do Estado, de conformidade com o acôrdo feito com o Governo Federal neste sentido.

Decreto-lei n.º 638 — Cria, na Tabela IV, da Parte Permanente, do Quadro Geral do Funcionalismo Público civil do Estado, as seguintes funções gratificadas: Diretor da Divisão de Administração; Oficial de Gabinete e Chefe do Serviço da Secção de Compras e Verificação, do Departamento Estadual de Compras.

Decreto-lei n.º 639 — Cria, na Tabela IV, da Parte Permanente, do Quadro Geral do Funcionalismo Público civil do Estado, as funções gratificadas de Diretor do Departamento Administrativo, Chefe do Gabinete do Secretário, Chefe da Secção do Expediente e Protocolo, Chefe da Secção de Estatística, Contador Seccional, — na Secretaria de Educação e Cultura.

Decreto-lei n.º 641 — Extingue a 2.ª Recebedoria de Rendas da Capital criada pelo decreto-lei n.º 156, de 14 de julho de 1943, passando as suas atribuições ao cargo da 1.ª Recebedoria de Rendas. Transforma a Recebedoria de Rendas da Estação Ferroviária em 2.ª Recebedoria de Rendas da Capital. Cria as Coletorias de 3.ª classe para arrecadação das rendas estaduais, na porção territorial dos lugares denominados Jandaia e Maringá, no Município de Apucarana, e em Bela Vista, pertencente ao Município de Sertãoópolis.

Decreto-lei n.º 642 — Altera, sem aumento de despesa, a carreira de médico, da Tabela III, da Parte Permanente, do Quadro Geral do Funcionalismo Público civil do Estado.

Decreto-lei n.º 643 — Atualiza o Regulamento referente à cobrança do imposto do selo sobre atos emanados dos poderes do Estado e negócios de sua economia.

Decreto-lei n.º 644 — Organiza a taxa de Caça e Pesca do Estado.

Decreto-lei n.º 645 — Extingue, na Tabela I, da Parte Permanente, do Quadro Geral do Funcionalismo Público civil do Estado, o cargo isolado, de provimento e comissão, de Diretor, padrão P, do Departamento Estadual da Criança, da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Decreto-lei n.º 646 — Dispõe sobre a criação da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

Decreto-lei n.º 647 — Extingue, na Tabela II, da Parte Permanente, do Quadro Geral do Funcionalismo Público civil do Estado, o cargo isolado, de provimento efetivo, de Advogado Geral do Estado, padrão U. Transfere da lotação numérica da Consultoria Jurídica do Estado, da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, da Parte Permanente, do Quadro da Justiça, três cargos da carreira de advogado. Transfere da lotação do Departamento Estadual de Estatística, para a Pro-

Escrituradaria Geral do Estado, um cargo de Oficial Administrativo, constante da Tabela III, da Parte Permanente, do Quadro Geral.

Decreto-lei n.º 648 — Extingue a taxa bromatológica, criada pelo decreto-lei n.º 5.828, de 12 de novembro de 1937.

Decreto-lei n.º 649 — Atualiza a legislação relativa ao imposto de exportação.

Decreto-lei n.º 650 — Atualiza a legislação sobre o imposto de vendas e consignações.

Decreto-lei n.º 651 — Consolida e modifica a legislação atinente à Caixa de Seguro de Vida dos Funcionários Públicos Civis e Militares do Estado.

Decreto-lei n.º 652 — Cria, na Tabela III, da Parte Permanente, do Quadro Geral do Funcionalismo Público Civil do Estado, a carreira de médico legista.

Decreto-lei n.º 653 — Dispõe sobre o Imposto Territorial Rural.

Decreto-lei n.º 654 — Transfere um funcionário ocupante do cargo da classe I, da carreira de Inspetor de Alunos, da parte Suplementar do Quadro Geral, para a classe I, da carreira de escriturário, constante da Tabela III, da Parte Permanente, do referido quadro.

Decreto n.º 655 — Autoriza o Governo do Estado a promover a organização de uma Sociedade Anônima de economia mixta, para o desenvolvimento industrial do imóvel e instalações de propriedade do Estado, denominados Frigorífico Atuba, determinando que o Estado participará dessa Sociedade com 55% do seu capital.

Decreto-lei n.º 656 — Estabelece a organização do Departamento de Segurança Pública da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, e cria a carreira de Delegado de Polícia, estabelecendo que as nomeações para as categorias mais importantes dessa carreira devem ser preenchidas por bacharéis em direito.

Decreto-lei n.º 657 — Abre, à Secretaria de Saúde e Assistência Social, um crédito especial de Cr.\$ 1.100.000,00 destinado a atender as despesas oriundas da instalação e funcionamento dos novos serviços afetos à referida Secretaria.

Decreto-lei n.º 659 — Dá nova organização à Secretaria do Palácio do Governo.

Decreto-lei n.º 660 — Cria a Diretoria de Expediente e Protocolo Geral da Secretaria da Fazenda.

Decreto-lei n.º 661 — Cria, na sede da comarca de Londrina e na Capital, respectivamente, o terceiro e o sexto officios do Tabelião de Notas.

Decreto-lei n.º 662 — Autoriza o Governo do Estado a proceder à reorganização do Banco do Estado, com elevação de seu atual capital, criação da Carteira de Crédito Rural e Agrícola e da Carteira Comercial e Industrial, melhoria dos meios administrativos e alargamento das atividades do Banco.

Decreto-lei n.º 663 — Autoriza a Secretaria de Viação e Obras Públicas a fixar as condições técnicas, a iniciar os estudos e organizar o projeto e orçamento de uma estrada de ferro que, partindo de Apucarana, onde entronque na linha tronco que se dirige para Ourinhos, atinja Ponta Grossa ou ponto mais conveniente da Rede Viação Paraná-Santa

Catarina, bem como indicar, dentro de trinta dias a contar da data deste decreto, as medidas que se tornarem necessárias para construir, contratar a construção ou conceder a referida linha férrea a quem melhores condições oferecer ao Estado, ouvindo preliminarmente o Governo da União. Abre o crédito de Cr.\$ 500.000,00 para ocorrer às despesas com os estudos indicados.

Decreto-lei n.º 664 — Autoriza a Secretaria de Viação e Obras Públicas a organizar um plano de aproveitamento das reservas hidráulicas existentes no Estado, procedendo para isso ao estudo dos regimes dos cursos de águas e avaliação do potencial hidráulico e possível aproveitamento dos mesmos para fins industriais, mediante o estabelecimento de usinas hidro-elétricas para a produção de energia. Abre o crédito de Cr.\$ 200.000,00 destinado a fazer face às despesas decorrentes da elaboração do aludido plano.

Decreto-lei n.º 665 — Abre um crédito especial no valor de Cr.\$ 1.500.000,00, à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, destinado a atender o pagamento, pela aquisição pelo Estado, do imóvel FAZENDA MATILDE, no Município de Castro, onde se acha instalada a Escola de Trabalhadores Rurais Olegário Machado, incluindo-se naquela aquisição as benfeitorias e tudo o mais que ali se encontra. Determina que o referido pagamento se efetue em prestações mensais de Cr.\$ 100.000,00.

Decreto-lei n.º 666 — Cria a taxa de Assistência Social, destinada a ser aplicada nos serviços próprios da Secretaria de Saúde e Assistência Social, recaindo a referida taxa sobre aguardente e bebidas alcoólicas de qualquer procedência, destinadas ao consumo dentro do Estado.

Decreto-lei n.º 667 — Dá nova redação ao § único do artigo 7.º, do decreto-lei n.º 608, de 23 de abril de 1947, modificando a forma de pagamento da joia do Montepio dos funcionários públicos civis e militares do Estado.

Decreto-lei n.º 668 — Cria, na Tabela I, da Parte Permanente, do Quadro de Ensino, quarenta cargos de Professor Normalista, padrão G.

Decreto-lei n.º 669 — Autoriza a Secretaria de Viação e Obras Públicas a elaborar um programa de serviços de água e exgoto, visando beneficiar os municípios de Palmeira, União da Vitória, Rio Negro, Lapa, Sertãoópolis, Apucarana, Araçongas, Caviúna, Antonina, Piraí-Mirim, São Mateus do Sul, Guarapuava, Palmas, Antônio Rebouças, Cambé, Marçal Malet, Tomazina, Andirá, Tibagi, Ribeirão Claro, Joaquim Távora, Campo Largo, fazendo proceder, em tal sentido, aos necessários estudos e à organização dos projetos e orçamentos para a execução das respectivas obras. Abre um crédito de Cr.\$ 800.000,00 com esse objetivo. Determina que a Secretaria referida apresente, ainda, um plano de financiamento das obras cujos estudos tiverem sido aprovados, prevendo-se, porém, a futura transferência para as administrações municipais, sem onus algum para os cofres públicos, dos serviços já organizados e inicialmente explorados pelo Estado.

Decreto-lei n.º 670 — Anistia a dívida da Prefeitura Municipal de Malet para com o Estado do Paraná, proveniente da contribuição de 5% a que se refere o decreto-lei estadual n.º 12.201, de 26 de novembro de 1941, no total de Cr.\$ 40.973,50, obrigando-se a referida Prefeitura a, no prazo de três anos, efetivar pelo menos as seguintes realizações :

auxiliar eficientemente a construção da Maternidade e Escola Maternal anexas ao Hospital de Caridade S. Pedro de Malet; auxiliar eficientemente a construção do edificio para o Sub-Posto de Higiene de Malet e Posto de Puericultura; realizar eficiente amparo às sociedades de socorro e demais obras de assistência social no município.

Decreto-lei n.º 671 — Concede isenção de imposto de transmissão de propriedade inter-vivos à Legião Brasileira de Assistência, secção do Paraná, Centro Municipal de Apucarana, relativamente às datas de terras n.ºs. 1, 14 e 15, da quadra 22-B, com a área total de 1.800,00 metros 2, naquela cidade, que foram doados pela Cia. de Terras Norte do Paraná.

Decreto-lei n.º 672 — Cria, na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, o Departamento de Ensino Agrícola, e extingue, na mesma Secretaria, a Divisão de Ensino Superior do Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional.

Decreto-lei n.º 673 — Regulamenta o Tribunal de Contas do Estado.

Decreto-lei n.º 674 — Extingue a Consultoria Geral do Estado, atribuindo as suas funções à Procuradoria Geral do Estado.

Decreto-lei n.º 675 — Subordina à Secretaria da Fazenda o Departamento Estadual de Compras.

Decreto-lei n.º 676 — Autoriza a Secretaria de Viação e Obras Públicas a elaborar os planos e projetos destinados a realizar as obras da VILA DA MADEIRA, no Porto de Paramaguá, ficando ainda a mesma Secretaria autorizada a entrar em entendimentos necessários para efetivar as operações de crédito respectivo, até o limite de Cr.\$ 11.000.000,00.

Decreto-lei n.º 677 — Transfere do Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social, as Escolas de Trabalhadores Rurais Campo Comprido e Augusto Ribas, situadas, respectivamente, nos Municípios de Curitiba e Ponta Grossa. Transfere, nas mesmas condições, as verbas e pessoal correspondente.

Decreto-lei n.º 678 — Autoriza o Prefeito Municipal de Curitiba a receber, em nome da Prefeitura, a escritura pública de compra e venda, rescisão, desistência e cessão, que lhe deve fazer a Cia. Fôrça e Luz do Paraná, do acêrvo dos serviços de bondes do Município de Curitiba, e das concessões e privilégios de transportes urbanos, mediante o pagamento pela mesma concessionária estipulado, de Cr.\$ 1,00.

Decreto-lei n.º 679 — Concede uma subvenção extraordinária à Associação Comercial do Paraná, para auxílio à construção de um edificio adequado à sua sede, devendo a planta respectiva ser previamente aprovada pelo Govêrno do Estado. A referida subvenção é de um milhão de cruzeiros anuais durante três anos, a partir de 1948. Mediante entendimento prévio com a Associação referida, o Estado reserva-se a faculdade de utilizar parte razoável do edificio referido, independente de qualquer pagamento ou contribuição, para o fim de localização da sede de outras Associações. O pagamento dessa subvenção será feito em duodécimos mensais, mediante comprovação das despesas feitas na construção.

Decreto-lei n.º 680 — Autoriza o Govêrno do Estado a doar ao Município de Curitiba, Comarca do mesmo nome, a linha trifásica de alta

tensão — 13.300 V — Transmissora de energia elétrica, com ponto inicial no Barigui do Seminário, bairro da Capital, e terminal no distrito de Ferraria, Município de Campo Largo, linha essa com três fios n.º 6, bem como postes, cruzetas e isoladores que o sustentam no percurso, estabelecendo-se, porém, a condição de que esse material só poderá ser utilizado para o fim especial de favorecer os habitantes da zona de sua localização atual.

Decreto-lei n.º 682 — Abre, à Secretaria da Fazenda, um crédito especial de Cr. \$ 440.520,00 afim de atender despesas de manutenção dos seguintes serviços da referida Secretaria, no exercício financeiro de 1947: Superintendência dos Serviços do Café e Departamento Estadual de Compras.

Decreto-lei n.º 683 — Estabelece regras e processos para as promoções de Oficiais e praças da Polícia Militar do Estado.

Decreto-lei n.º 685 — Cria, na Capital, duas novas zonas de Paz, desmembradas do Ofício do Registro Civil das pessoas naturais da 1.ª Zona da Comarca, com as denominações de Quarta e Quinta Zonas.

Decreto-lei n.º 638 — Dispõe sobre a cobrança do imposto de transmissão de propriedade inter-vivos e causa-mortis.

Decreto-lei n.º 640 — Atualiza a legislação relativa ao serviço da Dívida ativa.

Decreto-lei n.º 681 — Abre um crédito suplementar no valor de Cr. \$ 84.458.011,40 para atender despesas da administração pública. Nas Secretarias de Agricultura; Viação e Obras Públicas; Fazenda; Interior, Justiça e Segurança Pública; Saúde e Assistência Social; Educação e Cultura; Departamento das Municipalidades; Palácio do Governo e Poder Legislativo.

Decreto-lei n.º 684 — Divide a Comarca de Curitiba em quatro circunscrições imobiliárias.

Decreto-lei n.º 686 — Organiza a Administração do Porto de Paranaguá.

ANEXOS

ABASTECIMENTO

O Departamento Estadual de Compras, além das suas atribuições ordinárias na centralização dos serviços de aquisição dos materiais, permanente e de consumo, destinados ao suprimento dos órgãos públicos estaduais teve, por força do impositivo das circunstâncias, que assumir a tarefa do abastecimento em mais de um sector das necessidades do Estado.

Os gravames naturais decorrentes da situação geral, no país e mundial, pesariam naturalmente sobre a economia paranaense fazendo surgir questões que, pela sua origem, afetam as massas populares, causando desequilíbrios, a que é imperativo atender.

Como se não bastassem tais fatores de perturbação, sobreveiu a praga dos gafanhotos, que invadiu as zonas sul e oeste do nosso Estado, devastando as plantações e causando consideráveis prejuízos à lavoura.

Os Municípios atingidos pelos acrídios tiveram forte depressão em sua economia, muitos dos quais foram forçados a importar cereais, que antes produziam em abundância para se bastarem, destinando as sobras para exportação.

A diminuição dos estoques no Paraná causava-nos sérias apreensões. Desde logo, tratamos de estudar os importantes aspetos do problema do abastecimento, por intermédio da Comissão Estadual de Preços e do Departamento Estadual de Compras.

Estavamos na iminência da falta do pão, quando se estabeleceu o racionamento da farinha de trigo e foram acertadas e salutaras as medidas postas em prática pela Comissão de Preços. Ao mesmo tempo que se fazia distribuição equitativa da farinha aos panificadores, também se tomavam providências para a aquisição do produto, mediante importação tanto do exterior, como do Estado do Rio Grande do Sul.

Em setembro último, as organizações mantenedoras do fornecimento de carne verde à nossa população, fazendo ver que vinham sofrendo prejuízos, ameaçaram suspender suas atividades.

Agravada estava a situação com a atitude dos marchantes, que pleiteavam aumento imediato no preço da carne.

Então, como não dispuzéssemos de bases concretas sobre o preço de aquisição de bois no Estado de São Paulo, que abastece o Paraná em oitenta por cento da carne para o consumo não só de Curitiba, como de outras cidades, e não conhecêssemos outros elementos relacionados com a respectiva despesa de transporte, perdas por morte ou extravio, rendimento em carne em seus tipos vários e preços no corte dos bois abatidos, julgá-nos prudente pelo menos protelar o aumento insistentemente pleiteado, para chegar a obter um julgamento preciso da situação, — base de medidas justas que, sem prejudicar os lucros normais da produção e do comércio, representassem uma defesa dos direitos fundamentais da população consumidora.

Em face, assim, da atitude dos marchantes, cujo movimento se tornou de conhecimento público, o nosso Governo entrou nas atividades da Comissão de Preços com as do Departamento Estadual de Compras e usou, como órgão técnico, a União dos Açougueiros Limitada, entidade de classe possuidora de pessoal especializado e açougues instalados para, assim, obter os indispensáveis elementos básicos destinados àquêle julgamento.

Dêse modo foram tomadas as seguintes providências :

- a) aquisição do gado na zona produtora, fiscalizada a compra, até seu embarque, por pessoa da nossa confiança;
- b) matança do gado no Matadouro Municipal, sob a fiscalização de funcionário do Departamento Estadual de Compras;
- c) entrega de carne aos açougueiros ao preço inicial de Cr.\$ 4,40 e posteriormente a Cr.\$ 4,60 por uilo, para ser vendida ao preço de Cr.\$ 5,00 (carne comum);
- d) faturamento e, em última análise, verificação do resultado financeiro do plano estabelecido.

Assim, não seria interrompido o abastecimento e seria evitado o aumento de preço exigido, ficando, ainda, o Governo de posse dos elementos seguros para trabalho criterioso, na defesa dos interesses da população.

Obtidos os resultados positivos, chegou-se à conclusão exata sobre o verdadeiro custo da carne e, nessa altura, foi baixado tabelamento efetivo de preço para carne com osso, carnes consideradas especiais, miúdos, etc., cessando a interferência governamental no caso e fazendo-se com que os marchantes tornassem a abastecer a população através de suas próprias organizações.

Durante a fase de nossa interferência, foram adquiridas 1.876 reses para corte ao preço unitário médio de Cr.\$ 1.309,70, aí computados o preço de cada boi no local da compra, transporte para a estação ferroviária, despesas para efetivação da compra, frete ferroviário, impostos e gastos diversos.

Bem antes do caso da carne, vinha o Governo atendendo ao provi-
sionamento de banha à nossa população.

Inicialmente era feita entrega aos comerciantes e estes distribuíam o produto aos consumidores por preço estabelecido.

A prática, porém, revelou que o fornecimento direto do Governo ao consumidor apresentava resultados mais compensadores, não só ao consumidor com a possibilidade de aquisição por menor preço, como também

ao próprio Governo, que por sua vez poderia dispensar a fiscalização exercida sobre os revendedores que, muitas vezes, burlavam a tabela, anulando, em consequência, a ação que visava a salvaguarda dos interesses gerais.

Construído que foi o Pôsto de Abastecimento n.º 1, da série de postos que serão localizados em diversos pontos da Capital, a êle foi confiada a venda de banha ao público em caráter de emergência. Ficou, assim, aquêle Pôsto servindo de armazem regulador para os casos em que faltem os produtos alimentares de primeira necessidade ou ocorra a alta exagerada dos preços.

Cerca de quatro mil sacas de feijão foram compradas pelo Governo, em momento em que se constatou o desaparecimento dêsse produto em nosso meio.

Foram bem rápidas as providências postas em prática, para a defesa dos interesses da população.

Esse gênero foi adquirido das zonas produtoras de nosso Estado e armazenado nos depósitos do próprio Departamento de Compras.

Dado o seu preço acessível e distribuição do produto ao comércio local, fixou-se preço razoável ao consumidor.

Tal como sucedeu com a banha, verificou-se que a distribuição do feijão pelo Pôsto de Abastecimento, trazia melhores resultados e assim foi feito, de modo que também neste domínio atingimos a uma normalização definitiva.

Devemos considerar que, exclusive o primeiro fornecimento feito, anteriormente, aos comerciantes, o Pôsto de Abastecimento n.º 1 já registrou a venda de 22.000 quilos de feijão e 6.000 quilos de banha.

Quando assumimos o governo, agravando extraordinariamente o problema dos transportes, que, por sua vez, era um dos mais graves que se nos apresentavam entre os problemas de emergência, encontramos uma alarmante escassês de pneumáticos, determinando, de um lado, a paralisação provável de uns quinhentos caminhões no Estado, ao mesmo tempo que provocando uma verdadeira corrida dos possuidores de caminhões para a compra dos raros pneus possíveis de obter, com tôdas as consequências que essa procura anormal forçosamente acarretaria, como o comércio no câmbio negro, a retenção de estoques ocultos e os desvios verdadeiramente criminosos.

A gravidade da situação, de resto evidente e ainda na memória de todos, refletiu-se muito bem, naquele momento, quasi como um clamor, através da numerosa correspondência que nos chegava com insistência de todo o Estado, pedindo providências, bem como nas manifestações de todos os municípios nas Conferências Econômicas regionais que tivemos oportunidade de reunir.

Tendo tentado obter no mercado interno os pneumáticos de que necessitávamos pela situação de angústia das classes produtoras, e como isso fôsse então impossível, uma vez que todo o país se ressentia gravemente de sua falta, empenhamo-nos no muito mais complexo esforço de obtê-los no estrangeiro, por importação direta.

Com essa preocupação, procuramos o apoio do Major Athé, então Presidente da Comissão de Acôrdos de Washington, no sentido de ser importado aquêle equipamento essencial à vida econômica dêsse Estado.

Assim, devidamente autorizados pela Comissão de Acôrdos de Washington, obtivemos autorização do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda para que o Banco do Brasil concedesse a licença prévia para a importação de 20.000 unidades, licença essa emitida em 10 de junho de 1947 sob número 47/9 — 23. Nesse interim conseguimos obter uma oferta da firma Ensenato & C^o. Inc. de New Orleans, dos Estados Unidos da América do Norte para o embarque imediato de um primeiro lote de 5.000 pneus, os quais, chegados a Paranaguá, foram remetidos em parte (3.600) para o interior do Estado, aos Distritos Fiscais, para revenda, procedendo-se a sua distribuição do seguinte modo :

Londrina	1.300
Jacarezinho	1.000
Jaguariaíva	200
Ponta Grossa	500
Iratí	300
União da Vitória	300

ficando em depósito no Departamento Estadual de Compras, 1.400.

Custaram-nos êsses pneus, pagas as despesas, o preço de Cr. \$ 933,70 por unidade, no Porto de Paranaguá.

Para a aquisição de um segundo lote, de 15.000 pneus, da mesma procedência obtivemos a atenção do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e pudemos conseguir junto à boa vontade e espírito de colaboração da direção do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, a realização do financiamento, cujas bases foram estabelecidas nos seguintes termos :

- a — Base da operação, — US\$ 640.420,00, que, calculados ao câmbio de 18,72, resultam Cr. \$ 11.988.662,40.
- b — Juro fixado em 10 %.
- c — O Instituto receberia, além dos juros de 10 %, uma comissão de 1 % sobre o valor total do financiamento.
- d — O Instituto depositaria no Banco do Brasil as quantias referidas, para pagamento nos Estados Unidos à firma exportadora, ficando os pneumáticos, no Porto de Paranaguá, armazenados, para que o Estado os retirasse, em lotes mínimos de 2.000, mediante o pagamento prévio no Banco do Brasil, só então, das parcelas retiradas, — devendo-se dizer que o Estado iria proceder a tais retiradas e ao seu pagamento em função das necessidades, e mediante reembolso imediato pelos interessados.

Dêsse modo, obtivemos 20.000 pneumáticos, dos quais 16.000 do tamanho 32 x 6 (700 x 20) 10 lonas e 4.000 de 34 x 7 (750 x 20) 10 lonas todos tipo Rayon, da mais alta qualidade.

Ocorre que uma relativa normalização no comércio de pneus EM NOSSO ESTADO, devida, em parte, à própria presença dos pneumáticos a que nos estamos referindo, determinou uma momentânea paralisação no Porto de Paranaguá, do estoque dos 15.000 importados do segundo lote, — que estamos retendo, apesar dos insistentes pedidos dos Estados vizinhos, de firmas particulares, e do próprio estrangeiro, que querem adquiri-los na sua totalidade, em condições vantajosas para nós, — sendo

a nossa atitude, determinando aquela retenção, adotada pelas perspectivas de uma nova crise ou encarecimento daquele equipamento, não desejando o nosso governo ser acusado de se ter desfrito, atrás de um lucro imediato mas relativo, de material tão fundamentalmente necessário aos interesses das nossas classes produtoras, estando, por isso, inclinado a arcar com a responsabilidade momentânea do reembolso do valor daqueles pneumáticos.

Ao assumirmos a direção do Estado, constatamos a existência de um depósito bancário que se elevava a quatro milhões de cruzeiros, acumulado por industriais, comerciantes e agricultores, para efeito de compra de caminhões indispensáveis a tais setores de nossa economia.

O referido depósito fôra efetivado a partir de junho de 1945 e vinha sendo movimentado somente pelas retiradas por desistências do direito de prioridade, dada a prolongada demora para o início da entrega dos veículos, apesar da angustiada situação em que se debatiam os nossos transportes.

Reconhecendo a precariedade da situação encontrada e atendendo aos justos reclamos das classes interessadas, providenciamos no sentido de debelar a crise, empregando o mais vivo interesse na liquidação do assunto.

Assim, foram adquiridos 118 caminhões entre Fords e Chevrolets, e sua distribuição aos depositantes se processou rapidamente, obedecendo-se à ordem rigorosamente cronológica das respectivas inscrições.

Ao atingirmos o fim do mês de novembro, estava encerrada a conta dos aludidos depósitos, que há dois anos se conservava, como dissemos, aberta no Banco do Estado do Paraná.

Agora, com o mesmo ânimo, estamos procurando dar solução aos demais pedidos de caminhões "sem depósitos", mas feitos diretamente ao Departamento de Compras, não sendo aceitas cauções garantidoras de prioridade. Nesse caso, a liquidação da compra do produto é feita diretamente pelo interessado, ao preço da tabela, perante a agência fornecedora.

Todavia, deve-se frisar que a dispensa da exigência de depósito do numerário não prejudica o direito de cada interessado inscrito em nosso registro, visto como as entregas dos veículos são feitas também na ordem cronológica e na proporção em que se vão obtendo os veículos.

Si bem não esteja ainda resolvido o problema da falta de caminhões podemos assinalar, no entanto, que a situação se desoprimiu de maneira assás satisfatória.

PESTE SUÍNA

Texto da circular dirigida às Prefeituras Municipais.

Assunto — Organização do combate à peste suína.

Senhor Prefeito Municipal.

1. A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, em estreita colaboração com o Serviço Federal de Defesa Sanitária Animal, e baseada no plano pré-estabelecido com as respectivas autoridades, — tem o grato prazer de comunicar a Vossa Senhoria que, independentemente da gravidade da situação, se faz mistér a colaboração dessa Municipalidade para um perfeito e eficiente combate à peste suína, que ora está assolando o nosso Estado.

2. Tratando-se de medidas que se referem a grandes interesses econômicos, coletivos e particulares, principalmente dos nossos criadores, impõe-se, categoricamente, a ação conjunta e metódica, sem se poupar esforços e sem desfalecimentos.

3. Por outro lado, o Governo Estadual, por intermédio desta Secretaria de Estado, espera e confia na ação de Vossa Senhoria, para que haja a perfeita colaboração e auxílio dessa Prefeitura, na entrosagem dos serviços necessários ao combate da referida epizootia.

4. Isto pôsto, e afim de se poder atingir os referidos objetivos, aprez-me solicitar de Vossa Senhoria o seguinte :

- 1.º — Seja colocado à disposição daquele Serviço, com a maior urgência possível, um servidor, dessa municipalidade, afim de especializar-se como vacinador, quer por um Pôsto do Serviço Estadual, quer por um do Serviço Federal.

O servidor para tal fim designado deverá receber vencimentos pré-fixados por essa Prefeitura, correndo as demais despesas, como diárias, transportes, etc., durante o estágio de aprendizagem, por conta dos serviços federal ou estadual.

A presente organização de combate à peste suína não deve ser considerada, apenas, como uma organização de emergência, mas sim de prevenção futura, exigindo, por isso, pessoal preparado e de pronta ação.

- 2.º — Afim de que haja uma rápida e acertada supervisão da distribuição das vacinas disponíveis ao combate da referida peste, torna-se necessário sejam por Vossa Senhoria fornecidos dados imediatos e periódicos, dados êsses verídicos e exatos, dos focos existentes no município, bem como do número de vacinas requeridas por parte dos criadores.
- 3.º — No intuito de se evitar, o mais possível, a propagação da praga e até a fixação de normas definitivas, pelo Serviço da Defesa Sanitária Animal, — solicito a Vossa Senhoria sejam por essa Prefeitura adotadas medidas de fiscalização obrigatória dos atestados de vacina dos suínos, quer importados, quer vendidos no município. Devo esclarecer que medidas idênticas estão sendo tomadas pelos órgãos estaduais.
- 4.º — Os veículos que transportarem animais devem ser desinfetados com inseticidas à base de creosota, tal como creolina, e, após a lavagem, catados, para a fácil fiscalização da desinfecção precedida.
5. Esta Secretaria de Estado criou Distritos de Defesa Sanitária Animal para a instalação de Postos de combate, os quais terão tantos sub-Postos quantos forem necessários, tendo-se em vista a maior ou menor necessidade de vacinação dos rebanhos.
6. Os Distritos criados serão superintendidos por um Veterinário, ao qual serão subordinados os vacinadores municipais formados e ensinados praticamente nos serviços ora existentes. As sédes dos distritos em referência são as seguintes :

ESTADUAIS — 1.º Distrito — Apucarana
Postos em: Mandaguari, Paranavaí e Campo Mourão;

2.º Distrito — Jacarezinho
Postos em: Bandeirantes, Cambará, Andirá, Santo Antônio da Platina e Ribeirão Claro;

3.º Distrito — Londrina
Postos em: Rolândia, Cambé, Sertãozinho, Jaguapitã, Porecatú, Bela Vista do Paraíso e Ibioporã;

4.º Distrito — Cornélio Procopio
Postos em: Jataizinho, Assaí, Araiporanga, Congoinhas, Curiúva e Uraí;

5.º Distrito — Siqueira Campos
Postos em: Joaquim Távora, Carlópolis, Venceslau Braz e Tomazina;

6.º Distrito — Rio Negro
Pôsto em Lapa; e

7.º Distrito — Bocaiúva do Sul
Pôsto em Cêro Azul.

FEDERAIS — Distritos em — Castro;
Piraí do Sul;
Tibagi;

Reserva;
Ipiranga;
Jaguariaíva;
Sengés;
Irati;
Teixeira Soares;
Imbituva;
Prudentópolis;
Guarapuava;
Pitanga;
Laranjeiras do Sul;
Clevelândia;
Palmas; e
União da Vitória.

7. As medidas desta Secretaria, Senhor Prefeito, visam a defesa e proteção de importante parte do patrimônio da nossa lavoura e exigem, neste momento aflitivo da nossa suinocultura, a estreita cooperação dos órgãos municipais, sem a qual não será possível a eliminação dessa epizootia.

8. Muito embora seja ainda precária a obtenção do número suficiente de vacinadores, e justamente por este motivo, torna-se necessária a mais severa fiscalização possível e a cooperação dos próprios criadores.

9. Seria de toda a conveniência, portanto, que os compradores de suínos, cooperando com as determinações de fiscalização, deixassem de comprar animais sem os competentes atestados do Serviço de Defesa Sanitária Animal, e, principalmente, no que se refere aos criadores, os quais não devem adquirir ou vender suínos sem exame e vacinação.

10. Esta Secretaria aguarda, pois, a confirmação d'este officio circular, com a qual deverá ser indicada, ainda, o nome do futuro candidato a vacinador permanente d'esse município, do qual Vossa Senhoria é digno Prefeito, bem como dados pessoais do mesmo cidadão, pelos quais se possa verificar a sua aptidão.

BROCA DO CAFÉ

A REPERCUSSÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA INFESTAÇÃO

Patrimônio em cafeeiros, no Paraná :

Total — 224.018.000 a		
Cr. \$ 10,00 p. pé		Cr. \$ 2.240.180.000,00
Infestado pela broca :		
49.854.000 a Cr. \$ 10,00	Cr. \$	490.854.000,00
Novas plantações ameaçadas na zona infestada:		
44.277.000 a Cr. \$100,00	Cr. \$	442.770.000,00
		<hr/>
	Cr. \$	993.624.000,00

Patrimônio intacto, a preservar da praga :

129.442.000 pés de café Cr. \$ 1.294.420.000,00

NOTA — O valor de Cr. \$ 10,00 por pé de café se refere, apenas, à despesa de plantio.

Efeitos econômicos da praga sobre a produção, em 1948 :

A. Sobre a circulação da riqueza (prejuízo direto) 12,8% de 1.285.441 sacas de café = 56.321 sacas a Cr. \$ 250,00	Cr. \$	14.080.250,00
B. Sobre a renda estadual	Cr. \$	2.033.625,00
		<hr/>
Prejuízos mínimos	Cr. \$	16.113.875,00

PROCEDÊNCIA DA PRAGA E DEFICIÊNCIAS DO ATUAL

SERVIÇO DE COMBATE

Esclarece a situação da infestação que a praga entrou no Paraná do lado paulista, pelos municípios de Cambará, Jacarézinho e Ribeirão Claro.

A linha de defesa estabelecida entre estes 3 municípios não resistiu

à infiltração, seja por falta de recursos, seja por desobediência dos lavradores na execução das medidas aconselhadas pelos técnicos.

O fato é que o problema do combate à praga se apresenta na situação atual de um modo bem diferente do que na invasão inicial. Mais grave. Mais urgente.

Distinguem-se duas fases:

- 1.º) Combate geral na zona infestada;
- 2.º) Organização da linha de defesa da infiltração, formando-se o "cordão de fiscalização", composto de Inspetorias e Postos. (Veja-se mapa).

A linha inicial de Cambará-Jacarèzinho-Ribeirão Claro, seria mantida e aparelhada, para o combate geral na zona infestada, e para contínua fiscalização dos veículos que atravessam os limites do Estado.

Novos postos de combate devem ser criados na zona infestada, mas o plano inicial deverá concentrar todos os recursos para a nova linha de defesa, para proteger as plantações ainda indenés da praga.

Dos métodos de combate

Independente dos auspiciosos resultados obtidos pelo Instituto Biológico de São Paulo com os novos inseticidas, — experiências ainda não concluídas, — devem ser mantidas tôdas as medidas até hoje em vigor, redobrando a fiscalização, o expurgo e a desinfecção dos veículos, sacaria e mudanças, o repasse, etc., etc.

O emprêgo dos novos inseticidas não dispensa a fiscalização, que deve ser ainda mais severa e vigilante.

Dos recursos

Imediata, e de urgência, deverá ser a criação das Inspetorias e Postos, e o seu respectivo aparelhamento, para organizar a fiscalização, o expurgo e a desinfecção, afim de evitar a todo custo, a marcha da praga, pelos veículos e elementos humanos.

As Inspetorias e Sub-Inspetorias, situadas na zona de isolamento, devem estar aparelhadas, tanto para a fiscalização e expurgo, como para o combate imediato, ao primeiro sinal de infestação na zona de isolamento.

São necessários, para êste fim, créditos extraordinários, do Estado ou do Governo Federal, pois a praga constitui verdadeira calamidade pública, para a lavoura e a economia do Estado e do País.

Para a organização e o aparelhamento da linha de defesa, conforme o plano anexo é prevista a criação de: 6 Inspetoria, 6 Sub-Inspetorias e 20 Postos Fiscais de expurgo e desinfecção.

Pessoal:

6 Inspetores-agrônomo	2	30.000,00	anuais	180.000,00
6 Capatazes das Sub-Inspetorias	2	18.000,00		108.000,00

PRODUÇÃO — (Safrá 1947/48)

- (+) Dados D.N.C. (em milhões)
- (++) Coeficiente 1.100 ks. p/1.000 pés de café
- (+++ Média: Cr. \$ 500,00 (por saca)
- (o) Pauta de exportação: Cr. \$ 300,00 (por saca.)

ZONAS	Cafeeiros em Produção (+)	Sacas de 60 ks. (++)	Valores (em milhões de cruzeiros)		Taxa ouro
			(+++)	comercial	
Zero	41.872	767.653	383,83	230,3	3,67
Isolada	27.796	509.593	254,80	152,9	2,45
Infestada	49.854	913.990	456,99	274,2	4,39
TOTALS	119.522	2.191.236	1.095,62	657,4	10,51

O índice de 1.100 ks. de café por 1.000 pés é mínimo. A média apurada de outras safras é de 1.500 ks. por 1.000 pés.

RENDA ESTADUAL

- (+) 5% s/Cr. \$ 300,00 - pauta oficial - Exportação com dedução de 20% da produção para consumo do País.

Vendas e Consignações	Exportação		ZONAS
	2% de Renda em milhões de Cr. \$	Sacas de 60 ks.	
383,830	7.676.600,00	614.123	Zero
254,800	5.096.000,00	407.675	Isolada
456,990	9.139.930,00	731.192	Infestada
1.095,620	21.912.530,00	1.752.990	T O T A I S
	parte	26.294.850,00	prev. organ.
		30.000.000,00	

Resumo da renda previsível

- Vendas e Consignações 21.912.530,00
- Exportação 26.294.850,00
- Taxa Ouro 10.517.982,00

TOTAL Cr. \$ 58.725.362,00 = 15,4% da Receita de 1948

QUADRO DEMONSTRATIVO dos prejuizos presumíveis pela broca do café

(+ 45% sôbre o volume do café broqueado
 (++) 50% do valor comercial, ou seja, Cr. \$ 250,00 p/saca

ZONAS cf. Tab. I	MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO		Grão de infestação		Prejuizos (+) (++)		Observações
		Pés de café	Sacas	%	Vol. em scs.	45% do Volume	50% do valor Cr. \$	
Isolada	Cornélio Procopio	16.350.000	299.750	2,2	6.594	2.967	741.750,00	Estes cálculos se restringem ao café broqueado, exclusivamente.
—	Siqueira Campos	1.551.000	28.435	2,2	625	281	70.250,00	
—	Tomazina	2.360.000	43.266	2,2	951	428	107.000,00	
Infestada	Todos os Municípios	49.854.000	913.990	12,8	116.990	52.645	13.161.250,00	
T O T A I S		70.115.000	1.285.441	—	125.140	56.321 scs.	14.080.250,00	

Prejuizos presumíveis sôbre a renda do Estado

Sôbre VENDAS E CONSIGNAÇÕES	—	2% s/Cr. \$ 13.080.250,00	Cr. \$ 261.605,00
Sôbre EXPORTAÇÃO	—	125.140 sacas + 20% = 100.112 scs. a 15,00	1.501.690,00
Sôbre TAXA OURO	—	56.321 sacas a 4,80	270.340,00

Prejuizo sôbre a Renda Cr. \$ 2.033.625,00

24 Trabalhadores (2 para cada Inspetoria)	a	12.000,00	anuais	288.000,00
20 Fiscais de Postos	a	15.000,00		300.000,00
20 Trabalhadores de Postos	a	12.000,00		240.000,00
Diárias				60.000,00
				Cr. \$ 1.176.000,00

Residências, Depósitos e Galpões (na base de aluguéis):

1.º) Inspetorias	Cr. \$	72.000,00	
2.º) Sub-Inspetorias	Cr. \$	36.000,00	
3.º) Postos Fiscais	Cr. \$	72.000,00	Cr. \$ 180.000,00

NOTA: Podem ser aproveitados Postos Fiscais da Renda Estadual, situados nos limites do Estado.

Meios de transporte:

12 "jeeps", para as Inspetorias ...	Cr. \$	480.000,00	
Combustível	Cr. \$	60.000,00	
Lubrificantes	Cr. \$	10.000,00	
Pecas sobressalentes	Cr. \$	10.000,00	
6 caminhões	Cr. \$	300.000,00	Cr. \$ 860.000,00

Organização do Expurgo:

Aparelhamento para:

12 Inspetorias e Sub-Inspetorias (câmaras para sacaria e mudanças)	a	40.000,00	480.000,00
20 Postos Fiscais (idem)	a	40.000,00	800.000,00
40 Aparelhos portáteis para desinfecção e expurgo	a	3.000,00	120.000,00
32 Toneladas de inseticidas	a	6.000,00	192.000,00
160 Toneladas de talco	a	2.000,00	320.000,00
Desinfetantes (creolina, etc.) ..			60.000,00

Cr. \$ 1.972.000,00

Máquinas para polvilhamento (para uso das Inspetorias):

1 Helicóptero (avião)		700.000,00
20 Polvilhadeiras motorizadas		140.000,00
50 Polvilhadeiras manuais		50.000,00

Cr. \$ 890.000,00

Despesas Diversas e Imprevistas:

Expediente, transportes, etc.			
1.º) Inspetorias e Sub-Inspetorias		72.000,00	
2.º) Postos Fiscais		24.000,00	Cr. \$ 96.000,00

RESUMO

Pessoal	Cr. \$	1.176.000,00
Residências, etc.	Cr. \$	180.000,00
Transporte	Cr. \$	860.000,00
Expurgo	Cr. \$	1.972.000,00
Máquinas	Cr. \$	890.000,00
Despesas, etc.	Cr. \$	96.000,00
		<hr/>
TOTAL	Cr. \$	5.174.000,00

NOTA: A organização do Expurgo e Desinfecção seria aproveitada no Combate à Péste Sufna, que necessita da mais severa fiscalização.

O Combate com inseticida HCB.

Mesmo apesar de ainda prematuros os planos definitivos por parte do Governo, já se anunciam sérias dificuldades para a rápida execução do combate à broca, por falta de material e maquinários.

Conforme dados oficiais publicados nos últimos dias, podem-se fazer cálculos aproximados do custo do combate na zona infestada do Paraná, onde existem, cf. Tabela, 94.131.000 cafeeiros.

O orçamento seria, pois, o seguinte :

I. Pelo processo de polvilhamento :

a) Quantidades :		
Inseticida a 40 grs. por pé	=	3.765 toneladas
Talco (veículo a 20% = 200 grs. por pé)	=	18.825 "
b) Preço :		
Inseticida a Cr. \$ 235,00 p/milh. de pés	Cr. \$	23.500.000,00
Talco a Cr. \$ 2.000,00	Cr. \$	37.650.000,00
		<hr/>
	Cr. \$	61.150.000,00

NOTA : Há dúvidas, ainda, sobre a quantidade de talco a empregar por pé de café.

II. Pelo processo de pulverização :

Conforme dados do Instituto Biológico de São Paulo, Cr. \$ 540,00 p/milh. de pés	
94.131.000 cafeeiros	= Cr. \$ 41.830.740,00

NOTA: Este processo não é aconselhado, devido ao menor rendimento de trabalho, ou sejam, 1.300 pés por dia, por máquina motorizada, enquanto o polvilhamento renderá 4.000 pés por dia.

III. Maquinário :

O emprego de aparelhos e máquinas não pode ser uniforme, depen-

dendo, a aplicação, de muitos fatores, como sejam : formação do cafezal, topografia, sombreamento, plantio do meio, etc.

Para se conseguir a rapidez necessária no combate, seriam precisos tôdas as variedades de aparelhos, desde o helicóptero, até a simples polvilhadeira à mão.

Estudos mais concretos serão necessários para a aquisição do aparelhamento, com a desejada rapidez.

IV. Preços aproximados :

Helicóptero, cêrca de Cr. \$ 700.000,00

Polvilhadeiras motorizadas, de Cr. \$ 7.000,00 a Cr. \$ 10.000,00

Polvilhadeiras manuais, de Cr. \$ 700,00 a Cr. \$ 1.000,00

V. Financiamento :

É fácil de se vêr que nem o Govêrno do Estado, nem o da União, podem financiar, dos próprios recursos, o combate à brôca em geral. A aquisição de máquinas e inseticidas, ficará por conta da lavoura, interferindo o Govêrno, com isenção de direitos alfandegários e financiamento da fiscalização.

VI. Legislação :

Sem leis que regulem a obrigatoriedade do combate, todo esforço isolado será inútil.

O problema não é do Estado. É nacional.

FOMENTO DA PRODUÇÃO

Procurando atender às necessidades crescentes da lavoura e da pecuária do Estado e avaliando a situação atual dos seus serviços e os recursos disponíveis, elaborou-se o presente PROGRAMA MÍNIMO para a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, visando uma reestruturação dos seus órgãos e a racionalização dos seus serviços, imprimindo aos mesmos um sentido nitidamente prático, de maior e melhor aplicação dos aludidos recursos.

Esse projeto partiu do aproveitamento dos recursos existentes, seu desenvolvimento e da criação de novos centros de estímulo ao trabalho sobretudo do pequeno agricultor ou pecuarista.

Mantidos os campos de experimentação e multiplicação de sementes, os postos zootécnicos ou agro-zootécnicos, estudou-se o seu reaparelhamento e efetivo entrosamento com os congêneres do serviço federal, estabelecendo-se uma rede que abrange o Estado todo, e localizando-os nos pontos estratégicos ou núcleos principais e mais importantes, dos quais se irradiam e aos quais se ligam os menos completos, todos ligados entre si com campos ou postos de cooperação, nos quais o lavrador interessado terá a devida assistência.

Os mapas anexos darão nítida idéia do plano, que no terreno do fomento vegetal pode ser assim resumindo :

Núcleos centrais já existentes, e que carecem, unicamente de melhor e mais completo aparelhamento : Cambará, Rolândia e Carí, onde se devem organizar verdadeiras estações experimentais, especializadas em algodão, café, cana e fruticultura.








Núcleos centrais a criar, aparelhando-os convenientemente, dedicando-os particularmente a raízes e tubérculos, cereais e fruticultura : Iratí, Rio Azul ou Iratí ou Malé, e Clevelândia e Cêrro Azul para a última especialidade.

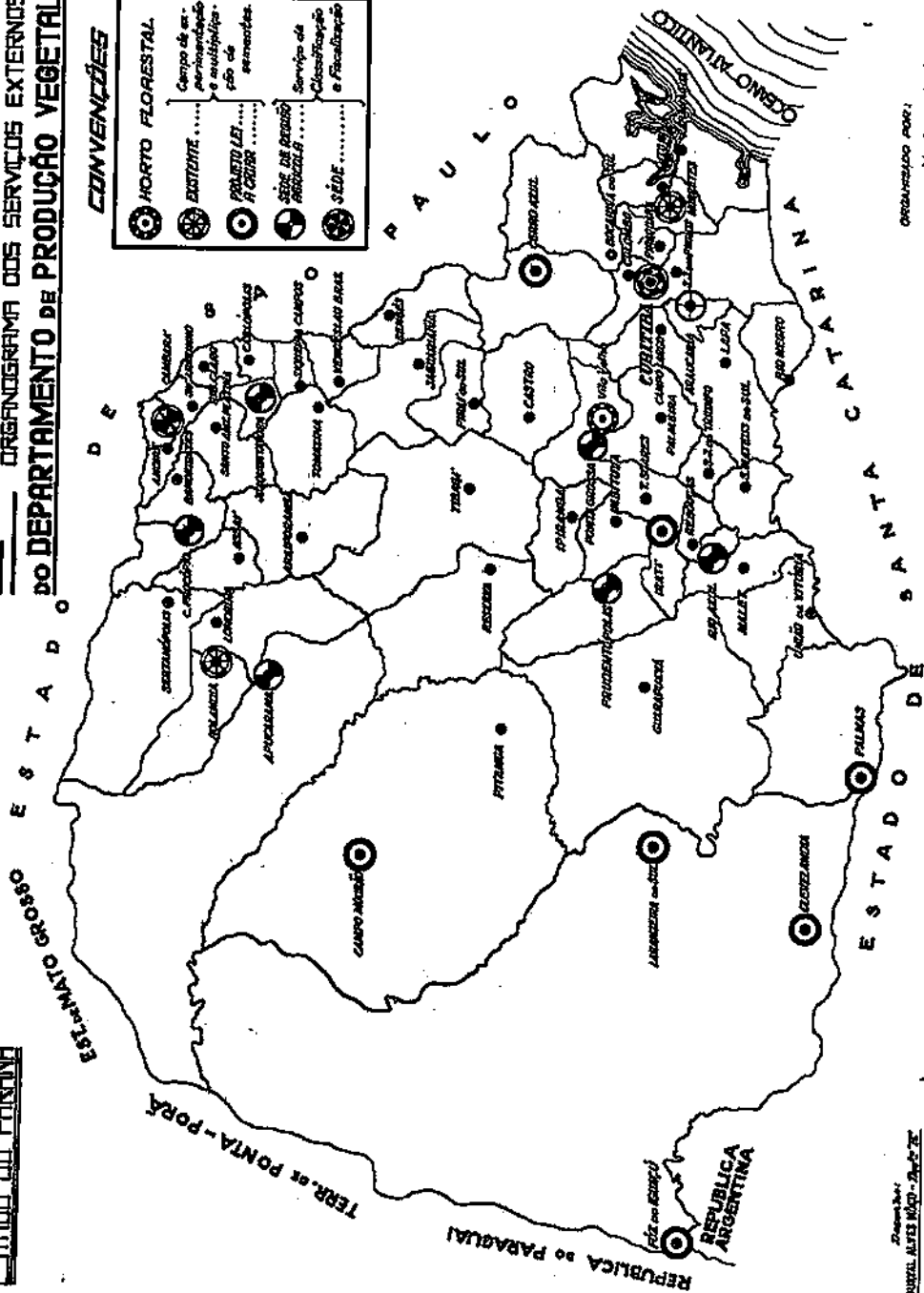
Assistidos por êsses campos especializados e os demais de caráter mixto bem acentuado, visando estimular o quanto possível a policultura, criar-se-ão os Campos de Cooperação, nos quais os lavradores receberão sementes, assistência técnica e máquinas agrícolas do Estado.

ESTADO DO PARANÁ

**ORGANOGRAMA DOS SERVIÇOS EXTERNOS
DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO VEGETAL**

CONVENIÊNCIAS

	HORTO FLORESTAL
	Centro de es- perimentação e assistência pós de sementes.
	ESTACIONE
	PRATICO LER
	SÉDE DE DEPARTO AGRICULTURA
	Serviço de Classificação e Fiscalização
	SÉDE



Elaborado por:
DOUTOR ALFES BORGES DE SAES

0

Concomitantemente, e em caráter especial, promover-se-á uma campanha bem orientada e intensa, pelo desenvolvimento e aumento da cultura do trigo. Este plano reclama sem demora e fora de qualquer dúvida, a instalação em locais apropriados do maior número possível de pequenos moinhos para moagem da produção, afim de atender aos pequenos lavradores, que não só satisfarão as suas necessidades familiares em relação à farinha, como facilitarão o desfôgo dos centros de maior consumo.

Preve-se ainda a instalação de silos, armazens e câmaras de expurgo nos locais devidos.

No campo do fomento da produção animal preve-se plano semelhante, dotados os Postos zootécnicos de reprodutores, os quais serão cedidos aos criadores, nas condições usuais, e sempre evitando-se que a cooperação seja illusória, prestando-se a indispensável assistência veterinária.

Os mapas anexos mostram o desenvolvimento do plano e localizam os diversos serviços federais e estaduais já existentes e os que se pretende criar.

É de esclarecer que o Estado dispõe, atualmente, de reprodutores das seguintes espécies e raças, como se segue :

Bovinos: Holandês, Schwyz, Jersev, Shorthorn, e mestiça Zebú;

Suínos: Poland-China, Berkshire, Carucho e Hampshire.

Equinos: Inglês, Percheron, Mangalarga, Creoulo Nacional e Yorkshire.

Ovinos: Romney Marsch.

Os exemplares são, porém, inexpressivos numericamente, razão por que se torna indispensável a aquisição de novos reprodutores para fazer face às necessidades da pecuária paranaense, tão profundamente atingida nos últimos tempos por zoonoses. Temos necessidade de obter reprodutores bovinos das raças Indiana e Caracú e suínos das raças Duroc-Jersey, Berkshire, Hampshire, Carucho e Poland-China. A quantidade necessária para o início da melhoria do rebanho bovino do Estado será, no mínimo, de 30 animais de cada raça entre reprodutores e reprodutoras. Com relação aos suínos as nossas necessidades elevam-se muito em face dos prejuízos causados pela peste suína. Dez ternos de cada raça deve-se considerar a nossa necessidade mínima imediata neste sentido.

Para a realização desses planos, precisamos obter, do governo federal, um substancial auxílio, que poderá ser, para já, resumido nos números seguintes :

Aumento de recursos para aquisição de sementes e consequente fornecimento ao pequeno lavrador, juntamente com maquinário agrícola	Cr. \$ 2.000.000,00
Refôrço da verba do Acôrdo, na proporção de três para um	Cr. \$ 1.600.000,00
Refôrço da verba normal	Cr. \$ 500.000,00
15 máquinas de beneficiar arroz, com capacidade de 100 a 500 sacos diários.	
15 moinhos para cereais, com capacidade para 50 a 100 sacos diários.	
Silos, armazens e câmaras de expurgo em igual número.	
Reprodutores, segundo as indicações do plano.	

Na parte dos planos de edificações do Estado, pode-se encontrar a previsão do reaparelhamento em instalações, dos Campos Experimentais, Postos Zootécnicos e Escolas de Trabalhadores Rurais, indicando-se também a criação de novas unidades desta última categoria.

Mecanização — Todas as medidas planificadas acima encontram o seu complemento lógico e indispensável nas soluções que dermos ao importante problema da mecanização.

Esta não se deve limitar à motorização, mas cuidar talvez sobretudo, do aparelhamento mecânico do pequeno agricultor, que deve ser intensificado em todos os sentidos e notadamente adotando-se uma melhor orientação no emprêgo do maquinário agrícola adequado à espécie da cultura, e à topografia da região.

Os conceitos acima encontram uma repercussão prática na organização de cursos rápidos e gratuitos nos campos de experimentação e multiplicação de sementes, bem como nas Escolas de Trabalhadores Rurais, possibilitando ao pequeno lavrador capacitar-se das vantagens do uso de meios mecânicos adequados e modernos.

A aquisição dos instrumentos agrícolas pelo produtor seria facilitada e padronizada por intermédio das cooperativas agrícolas ou mixtas, dentro de um plano de fomento e financiamento pré-estabelecido. (Veja-se Crédito).

Para aparelhar os seus campos de Experimentação e Multiplicação de sementes, suas Escolas de Trabalhadores Rurais e Postos Agro-Zootécnicos são necessários de início 20 equipamentos, composto cada equipamento das seguintes máquinas :

- 1 arado de aiveca fixa de 14" (tipo sack)
- 1 arado de aiveca fixa de 12" (tipo sack)
- 1 arado de aiveca reversível tipo B1 (ou tipo semleante)
- 1 arado sulcador
- 1 arado bico de pato
- 1 arado de disco reversível de 20" (tipo Chatanooga) com disco sobresalente de 20"
- 1 grade de 8, 10 ou 12 discos de 16"
- 1 grade de dentes (2 secções de 30 dentes)
- 1 carpideira com 7 enxadinhas (equipamento completo)
- 1 carpideira com 5 enxadinhas (equipamento completo)
- 1 cultivador de dentes (14 dentes)
- 1 semeadeira de 1 linha com discos para diferentes sementes
- 1 semeadeira de duas linhas para arroz e trigo
- 1 semeadeira múltipla de 8 ou 10 linhas
- 1 segadeira com faca sobresalente de 3" ou 3½"
- 1 adubadeira de 8 a 10 linhas
- 1 ceifadeira atadeira para arroz, trigo, etc.
- 1 ancinho mecânico
- 1 trilhadeira com ventilador e motor
- 1 desintegrador para forragem — tipo Viana — nacional
- 1 picador de capim.
- 1 colhedor de batata.
- 5 pulverizadores costais

- 1 pulverizador sôbre rodas
- 1 destocadeira (arranca tocos)
- 1 caminhão dotado com polia
- Peças sobressalentes para cada máquina.

Motorização — O Estado, empenhando em uma melhor divulgação das vantagens das máquinas pequenas na agricultura, não pode deixar de cuidar da lavoura motorizada.

As zonas que, pela formação das terras e propriedades físicas destas exigem a utilização do trator e respectivo equipamento, deverão contar com a assistência da motorização da lavoura por parte do Fomento Agrícola. Para a expansão da área do cultivo do trigo, por exemplo, em maior escala e capaz de proporcionar rendimento comercial, torna-se necessária a aparelhagem mecânica motorizada. Custando essas máquinas e seu fornecimento preço elevado, não está a sua aquisição ao alcance, de um modo geral, das possibilidades da maioria dos lavradores.

Levando em consideração os meios deficientes para o arroteamento de novas culturas com o fim de aumentar sensivelmente as áreas em cultura, — deve a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio estar aparelhada com o maior número possível de patrulhas e equipamento agrícola.

Consiste o plano em formar turmas volantes motorizadas, para dar assistência rendosa aos lavradores e campos de cooperação, proporcionando aos associados das cooperativas ou aos lavradores das colônias os meios de aumentar as suas lavouras, cobrando-se-lhes o preço da área lavrada.

Convém obter a entrosagem dêste serviço com a organização federal do fomento, dispondo êste em nosso Estado de maiores recursos.

Indispensável, porém, torna-se que a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio obtenha talvez do referido Fomento, para seu uso e organização do ensino profissional, no mínimo, as patrulhas acima mencionadas, sendo constituída cada uma delas de :

- 7 tratores de 2 ou 3 tipos diferentes
- 2 arados de 3 a 4 discos, conforme força motriz
- 2 sulcadores
- 2 grades de 32 a 40 discos de 18" a 20"
- 2 equipamentos de destocamento
- 2 cultivadores, equipamentos de capina, adaptáveis ao trator
- 3 sementeiras com adubadeiras
- 3 ceifadeiras — atadeiras
- 1 pulverizador mecânico
- 1 rolo compressor
- 1 "Colhe tudo"
- 3 colhedores de batata
- 3 caminhões com polia motriz.

AUXÍLIO FEDERAL

Goza hoje o Paraná, na esfera do governo federal do mais excelente prestígio, graças ao qual tem podido obter, nos diversos ramos da administração pública, auxílios da maior significação e importância, para a solução dos seus problemas.

Desejamos consignar aqui, reunidos, para que se possa melhor avaliá-los e estimá-los, aqueles auxílios e serviços federais, que o Estado obteve, em sua maioria, por interferência direta do nosso governo, em quasi todas as pastas, — em atestado, de outra parte, da elevada compreensão e simpatia dos titulares dos vários Ministérios para com o Paraná.

No domínio da saúde pública, obtivemos :

— Instalação de unidades fixas de combate ao tracoma, em Cornélio Procópio e Cambará.

— Assinatura, junto à Campanha Nacional da Tuberculose, de um convênio que estende até nós as atividades da referida campanha. De acôrdo com o entendimento estabelecido, o programa de execução imediata será o seguinte:

Responsabilidade da CNT: Construir 120 leitos no Hospital Oswaldo Cruz, aproveitando os atuais pavilhões de tuberculosos; fornecer o núcleo móvel para o Departamento de Saúde; fornecer um Raio X de 100 M. A. e 100 K. W. para o Hospital Médico Cirúrgico; construir Pavilhão de 60 leitos em Londrina; Construir Pavilhão de 30 leitos em Antonina e instalar Raio X para o Dispensário; fornecer bolsas de estudo para médicos e auxiliares empenhados na "Campanha".

Responsabilidade do SSAS do Paraná: instalar novo Pavilhão no Hospital Oswaldo Cruz; instalar o Pavilhão de Londrina; construir e instalar um Pavilhão anexo de 60 leitos em Ponta Grossa; instalar Raio X com abreugrafia em Jacarezinho e Irati; instalar Raio X vertical no Dispensário de Curitiba; instalar o Pavilhão de Antonina.

— Saneamento do litoral e do vale do rio Ivaí para o qual foi destinada a verba de Cr. \$ 2.000.000,00, estando as obras já bastante adiantadas.

— Acôrdo com o Governo Federal para a construção da Colônia de Psicopatas, tendo o Estado obtido a verba federal inicial de Cr.\$ 1.000.000,00 para o ano de 1947.

— Verba — (concedida ordinariamente) — de Cr.\$ 1.300.000,00 para 1947, para serviços de saúde pública, das quais parte foi aplicada no saneamento da Vila Guaíra, em Curitiba, e parte na campanha contra a ancilostomose, em Antonina.

— Verbas especiais de Cr.\$ 150.000,00, em 1947, e Cr.\$ 330.000,00, no ano corrente, para o Hospital Colônia de São Roque, — obtidas do Serviço Nacional da Lepra.

— Doação de uma ambulância, com instalações para serviços itinerantes de abreuografia, — a qual já se acha em serviço.

No sector da assistência social, além das elevadas verbas para as nossas instituições com essa finalidade, verbas que, sendo de rotina, conseguimos melhorar apenas, — obtivemos, ainda, para os serviços de protecção à infância e à maternidade, para o ano de 1947, a quantia de Cr.\$ 700.000,00, e, para o corrente ano, a quantia de Cr.\$ 1.300.000,00, que se vão destinar ao cumprimento do nosso "slogan", — "Um posto de puericultura para cada município".

Esta última verba será a parte do Departamento Nacional da Criança, estipulada em Convênio a ser assinado brevemente no Rio de Janeiro, entre o Estado do Paraná, o referido Departamento e a Legião Brasileira de Assistência, — Convênio mediante o qual contribuiremos com Cr.\$ 1.200.000,00 e a Legião com Cr.\$ 660.000,00.

Referentemente à educação, conseguimos do governo federal verbas no valor de Cr.\$ 4.080.000,00, para a construção de 68 unidades escolares rurais, a serem distribuídas da seguinte maneira: 3 no município de Bandeirantes; 2 no município de Cambará; 1 no município de Carlópolis; 1 no município de Castro; 1 no município de Cêro Azul; 6 no município de Clevelândia; 3 no município de Congoinhas; 1 no município de Cornélio Procópio; 6 no município de Foz do Iguaçu; 4 no município de Guarapuava; 8 no município de Laranjeira do Sul; 1 no município de Imbituva; 1 no município de Bocatúva do Sul; 1 no município de Ipiranga; 1 no município de Jacarezinho; 2 no município de Jaguariava; 1 no município da Lapa; 1 no município de Londrina; 4 no município de Mangueirinha; 2 no município de Palmas; 1 no município de Piraí do Sul; 3 no município de Reserva; 1 no município de Ribeirão Claro; 1 no município de Santo Antônio da Platina; 2 no município de São João do Triunfo; 1 no município de São José dos Pinhais; 1 no município de São Mateus do Sul; 2 no município de Sengés; 3 no município de Sertanópolis; 1 no município de Siqueira Campos; 1 no município de Tibagi; 1 no município de Tomazina e 1 no município de Wenceslau Braz.

Já fizemos menção às vultosas verbas federais destinadas ao nosso sistema de viação, — e devemos mencionar, agora, referindo-nos ao sector da produção, que ao nosso Estado foram destinadas elevadas verbas para os serviços de combate à praga dos gafanhotos e à peste suína, além de termos obtido a instalação de serviços de defesa sanitária animal, a promessa de instalação próxima de 8 moinhos para a nossa produção de trigo, a constituição de dez postos agro-zootécnicos a serem localizados em Jacarezinho, Londrina, Uraí, São José dos Pinhais, Iratí, Piraí do Sul, Maringá, Lapa, Pato Branco e Morretes.

MFN 941